

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ÁLVARO DE BORBA KAFRUNI

DESPESA PÚBLICA: AVALIAÇÃO SOBRE SUA EVOLUÇÃO NO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL: 1971 A 2000

Porto Alegre

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

ÁLVARO DE BORBA KAFRUNI

DESPESA PÚBLICA: AVALIAÇÃO SOBRE SUA EVOLUÇÃO NO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL: 1971 A 2000

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Lagemann

Porto Alegre

2003

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

K11d

Kafruni, Álvaro de Borba

Despesa pública : avaliação sobre sua evolução no Estado do Rio Grande do Sul : 1971 a 2000 / Álvaro de Borba Kafruni. – Porto Alegre, 2003.

209 f.

Orientador: Eugênio Lagemann.

Ênfase em Economia Aplicada.

Dissertação (Mestrado profissional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2003.

1. Finanças públicas : Rio Grande do Sul. 2. Despesa pública : Rio Grande do Sul. 3. Despesa estadual : 1971-2000 : Rio Grande do Sul. I. Lagemann, Eugênio. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 336.5

ÁLVARO DE BORBA KAFRUNI

DESPESA PÚBLICA: AVALIAÇÃO SOBRE SUA EVOLUÇÃO NO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL: 1971 A 2000

Dissertação submetida ao programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia, modalidade profissionalizante, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em: Porto Alegre, 04 de agosto de 2003.

Prof. Dr. Eugênio Lagemann – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Gentil Corazza
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Pontual Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis
PUCRS

DEDICATÓRIA

Às Marias (Clara e Cícera), à Sílvia, D.Zeny, Serginho, Laison e, com uma eterna gratidão, aos meus amigos e irmãos Marcelo Silva e Leonardo Alves para os quais, vale a máxima: quem tem amigo não morre pagão Ao meu professor e amigo Eugenio, cuja compreensão e paciência foram como um empurrão decisivo para a consecução deste.

RESUMO

Este estudo analisa as despesas públicas da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul no período 1971 a 2000. O objetivo é demonstrar quais modificações e alterações relevantes que ocorreram na estrutura de despesas do Estado. Para tanto, utiliza-se de três óticas para avaliá-las: a primeira, é àquela definida pela lei de orçamentos (Lei 4320/64) onde a análise das despesas é feita pela ótica da classificação econômica, restrita a suas categorias. A segunda, definida como uma consolidação gerencial-administrativa, interpreta a evolução das despesas através de novos conceitos, procurando identificar a determinação causa-efeito das alterações ocorridas na dinâmica dos gastos públicos, conforme visto no primeiro enfoque. O terceiro faz essa mesma análise, porém, obedecendo a critérios estabelecidos por James O'Connor, onde as despesas públicas são analisadas pelos interesses atendidos pelo Governo no momento da efetivação de seus gastos.

Palavras-chave: Despesa Pública. Análise das Despesas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Finanças do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The present dissertation examines direct administration public expenditure of the State of Grande do Sul from 1971 to 2000. The main purpose is to empirically demonstrate relevant changes and alterations in the state expenditure structure. In order to accomplish that, the analysis focuses on three points. The first one is related to the Budget Law (Law 4320/64), where expenditure analysis is made in the light of economics classification, limited to its categories. The second one, expressed in a managerial-administrative consolidation, interprets expenditure evolution via new concepts, trying to identify the cause-effect determination of the changes in the public expenditure dynamics, as seen in the first point. The third one makes the same analysis, but following criteria established by O'Connor, where public expenditure is analysed according to government interests the moment expenditure is taken into effect.

Keywords: Public Expenditures. Public Expenditures of the State of Rio Grande do Sul. State of Rio Grande do Sul.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Crescimento da Despesa Total e do PIB pm RS – (1971=100)	28
Gráfico 2 – Participação das Despesas Corrente e de Capital na Despesa Total	29
Gráfico 3 – Participação das Despesas de Custeio e Transferências Correntes na Despesa Total (1971=100).....	34
Gráfico 4 – Participações dos Componentes da Despesa de Capital (1971=100).....	39
Gráfico 5 – Taxas Médias de Crescimento do Serviço da Dívida e do Investimento (1971-2000).....	46
Gráfico 6 – Participação na Despesa Total dos Gastos Consolidados (1971-2000)	47
Gráfico 7 - Índices de Crescimento do Investimento e do Serviço da Dívida (1971=100).....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Médias de Participação da Despesa Corrente e de Capital sobre Indicadores Selecionados	31
Tabela 2 - Taxas Médias de Indicadores Selecionados dos Componentes das Despesas de Capital.....	35
Tabela 3 - Gastos Médios e Participações na Despesa Total, por Período, em Valores de Dez/2000.....	43
Tabela 4 - Participação Média dos Componentes da Despesa de Pessoal (1971-2000).....	51
Tabela 5 - Participação Média do Serviço da Dívida no PIB pm RS.....	54
Tabela 6 - Serviço da Dívida – Médias de Participação dos Principais Componentes	55
Tabela 7 - Médias de Participação dos Componentes da Despesa Total.....	69
Tabela 8 - Média de Participação dos Investimentos Sociais na Despesa Total	70
Tabela 9 - Médias de participações das Funções Agricultura, Comunicações, Energia e Recursos Minerais e Indústria, Comércio e Serviços no Investimento Social	72
Tabela 10 - Participação média dos componentes do consumo social	76
Tabela 11 - Participação Média dos Principais Componentes da Despesa Social	80

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 A DESPESA SOB OS ENFOQUES TEÓRICO E EMPÍRICO	18
1.2 ÁREA DE ESTUDO	21
2 ANÁLISE DA DESPESA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 4.320/64.....	24
2.1 A EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL.....	25
2.2 A EVOLUÇÃO DO PIB PM RS.....	26
2.3 DESPESAS TOTAIS PER CAPITA E PARTICIPAÇÃO NO PIB PM RS	27
2.4 A EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DA DESPESA TOTAL.....	28
2.5 OS COMPONENTES DAS DESPESAS CORRENTES.....	31
2.6 A EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DAS DESPESAS DE CAPITAL.....	35
2.7 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EVOLUÇÃO E EXPANSÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS.....	39
3 A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ATRAVÉS DA ÓTICA DE CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS	41
3.1 A METODOLOGIA DO DECRETO 33.080, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1988	42
3.2 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS NA DESPESA TOTAL	43
3.3 A EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DOS GASTOS CONSOLIDADOS NA DESPESA TOTAL.....	46
3.4 O COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL.....	48
3.5 DÍVIDA PÚBLICA	52
3.6 GASTOS COM MANUTENÇÃO	57
3.7 INVESTIMENTOS	60
3.8 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS GASTOS CONSOLIDADOS	62
4 O ESTADO E A NATUREZA DA SUA LOCAÇÃO.....	65
4.1 O MÉTODO DE O´CONNOR.....	65
4.2 INVESTIMENTOS SOCIAIS.....	69

4.3 CONSUMO SOCIAL.....	73
4.4 AS DESPESAS SOCIAIS	77
4.5 AS DESPESAS FINANCEIRAS	80
4.6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO	81
5 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A – DESPESA REALIZADA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971–2000)	94
APÊNDICE B - DESPESAS CORRENTES, EM VALORES NOMINAIS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	95
APÊNDICE C – DESPESA DE CAPITAL, EM VALORES CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)	96
APÊNDICE D – DESPESA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RGS, A PREÇOS DE DEZ/2000, POR CATEGORIAS ECONÔMICAS (1971-2000).....	97
APÊNDICE E – DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000)	98
APÊNDICE F – DESPESAS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000).....	99
APÊNDICE G – POPULAÇÃO RS E PIB PM, TOTAL E PER CAPITA, EM VALOR DE DEZ/2000 (1971-2000).....	101
APÊNDICE H – DESPESA GERAL, POR CATEGORIAS ECONÔMICAS, SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	102
APÊNDICE I – DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, SOBRE INDICADORES SELECIONADOS (1971-2000).....	103
APÊNDICE J – PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS NO PIB PM E NA POPULAÇÃO RS (1971-2000)	104

APÊNDICE K – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB PM RS, TOTAL E PER CAPITA, E DA POPULAÇÃO RS (1971-2000)	106
APÊNDICE L - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	107
APÊNDICE M - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971–2000).....	108
APÊNDICE N – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	109
APÊNDICE O - GASTOS PÚBLICOS CONSOLIDADOS, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	111
APÊNDICE P – DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	113
APÊNDICE Q – - SERVIÇO DA DÍVIDA, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	115
APÊNDICE R – DESPESA COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA, EM VALORES CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	116
APÊNDICE S - DESPESA, A PREÇOS CORRENTES, COM JUROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	117
APÊNDICE T - DESPESA, EM VALORES CORRENTES, COM ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971–2000).....	119
APÊNDICE U – GASTOS PÚBLICOS CONSOLIDADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000).....	121
APÊNDICE V – DESPESA REALIZADA COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000 DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	123

APÊNDICE W - DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000).....	125
APÊNDICE X - DESPESA COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E PARTICIPAÇÕES, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000).....	127
APÊNDICE Y – DESPESAS COM JUROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, A PREÇOS DE DEZ/2000, E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971–2000)	128
APÊNDICE Z – DESPESA TOTAL COM ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000).....	130
APÊNDICE AA – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DA DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971–2000).....	132
APÊNDICE AB - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	134
APÊNDICE AC - ÍNDICE DE VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971=100).....	136
APÊNDICE AD – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	138
APÊNDICE AE – - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	140
APÊNDICE AF – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971–2000)	142
APÊNDICE AG – - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM JUROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA	

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)	143
APÊNDICE AH – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA COM ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971–2000)	145
APÊNDICE AI – PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS NO PIB PM RS (1971-2000).....	147
APÊNDICE AJ - GASTOS PÚBLICOS PER CAPITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000).....	148
APÊNDICE AK – PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO PIB PM RS (1971-2000).....	149
APÊNDICE AL – SERVIÇO DA DÍVIDA PER CAPITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000).....	150
APÊNDICE AM – DESPESA COM PESSOAL PER CAPITA, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000).....	151
APÊNDICE AN – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL NO PIB PM RS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (197 -2000)	153
APÊNDICE AO – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS NO PIB PM RS (1971-2000).....	155
APÊNDICE AP – ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL PER CAPITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	157
APÊNDICE AQ – DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000).....	159

APÊNDICE AR – DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000).....	161
APÊNDICE AS – CONCLUSÃO - DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000).....	163
APÊNDICE AT – ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000).....	165
APÊNDICE AU - DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO INVESTIMENTO SOCIAL, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)	167
APÊNDICE AV - DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO CONSUMO SOCIAL, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)	169
APÊNDICE AW – DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO DESPESAS SOCIAIS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)	171
APÊNDICE AX – DESPESA POR FUNÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO RS (1975-2000).....	173
APÊNDICE AY - CONCLUSÃO - DESPESA POR FUNÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	175
APÊNDICE AZ – - ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	177
APÊNDICE BA – INVESTIMENTO SOCIAL, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE DEZ/2000 ...	178
APÊNDICE BB – CONSUMO SOCIAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)	180
APÊNDICE BC – DESPESA SOCIAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)	181

APÊNDICE BD – PARTICIPAÇÃO DA ALOCAÇÃO DO GASTO NA DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	182
APÊNDICE BE – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO INVESTIMENTO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	183
APÊNDICE BF – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CONSUMO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	184
APÊNDICE BG - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL NA DESPESA SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	185
APÊNDICE BH – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA ALOCAÇÃO DO GASTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	186
APÊNDICE BI - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL NA ADM. DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	188
APÊNDICE BJ – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO CONSUMO SOCIAL NA ADM. DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	190
APÊNDICE BK - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000).....	192
APÊNDICE BL – ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO PER CAPITA E PARTICIPAÇÃO NO PIB PM RS (1975-2000)	194
APÊNDICE BM – PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA POPULAÇÃO RS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000).....	196
APÊNDICE BN – PARTICIPAÇÃO DO CONSUMO SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA POPULAÇÃO RS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)	198

APÊNDICE BO – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA POPULAÇÃO RS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000).....	200
APÊNDICE BP – ÍNDICE, TAXAS DE CRESCIMENTO E VALOR DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	202
APÊNDICE BQ – ÍNDICE, TAXAS DE CRESCIMENTO E VALOR DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)	204
APÊNDICE BR - ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA EM 31 DE DEZEMBRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-1998)	206
ANEXO A – MULTIPLICADORES DO IGP-DI MÉDIO	208
ANEXO B – POPULAÇÃO RS E PIB PM RS, TOTAL E PER CAPITA, A PREÇO CORRENTE (1971-2000)	209

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das economias nacionais tem sido feito, via de regra, através do aumento das despesas públicas. No caso brasileiro, esse aumento das despesas teve papel fundamental para o desenvolvimento e industrialização do país com a implementação de um modelo de forte intervenção estatal onde o Estado, atuando diretamente como empresário, pôde iniciar e preencher lacunas da infra-estrutura industrial.

Assumindo, desde o início, a forma de substituição de importações, para viabilizar a produção de bens e serviços importados e, portanto, diminuir a dependência externa, esse modelo se completa na segunda metade dos anos 70, com a implementação do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

Ao final desta década, contudo, assiste-se a uma ruptura do padrão de financiamento público. A estatização progressiva da dívida externa fez o Estado brasileiro valer-se do endividamento interno como uma alternativa à sua crise de financiamento e que se manifesta em variadas dimensões. Porém, a crise fiscal aparece como um elemento central devido ao papel dos fundos públicos na articulação dos interesses regionais e no pacto federativo.

A década de oitenta, embora não fuja aos paradigmas da década anterior, deve ser compreendida no contexto que a particulariza, marcada por profunda recessão que se abateu sobre a economia brasileira e pela aceleração da inflação. Nesta década, fica evidente a fragilidade do Estado face ao seu elevado comprometimento com a dívida pública.

Na década de noventa, o aprofundamento da crise fiscal trouxe como conseqüência transformações e reestruturações que marcaram a redução do setor público e de seu papel na economia e o colocam sob um novo debate, além do ajustamento fiscal, onde se discute: o seu “tamanho”, a sua forma de se relacionar com o setor privado, o seu controle pela sociedade, o seu padrão de financiamento e o papel a cumprir no desenvolvimento e no resgate da dívida social.

Para as finanças do Estado do RS o comportamento não foi diferente, senão mais agudo, pela ausência da função de emissor de moeda e pela subordinação à política monetária do Governo Central.

A crise nesse aspecto determinou constrangimentos às despesas públicas, implicando na tomada de decisões questões de conveniência política, importância, obrigatoriedade ou relevância. Por certo, tais decisões envolvendo no que gastar e quanto gastar, determinaram

alterações nas participações das diferentes despesas que o Estado empreende para prestar seus serviços.

Esses fatos, por certo, levaram, ao longo dos anos, a uma modificação na estrutura de despesas do Estado do Rio Grande do Sul, basicamente no que se refere às alterações de seus relativos de participação.

No entanto, sobre tais modificações acreditamos que faltam informações e interpretações que satisfaçam a totalidade do período abrangido.

Como contribuição, pretendemos preencher esta lacuna e apresentar a evolução da estrutura de despesas públicas do Estado do Rio Grande do Sul no período 1971 a 2000. Apreender empiricamente as principais tendências e modificações efetuadas é o objetivo, situando-as, dentro do possível, no panorama econômico interpretativo do período. Dessa forma, determinar que modificações relevantes ocorreram na participação de cada despesa, agregado ou função, ao longo do período sob análise, quais classes de despesas apresentaram crescimento e quais involuíram em participação e que rubricas tornaram-se mais relevantes são questões básicas que se procurará responder ao longo desse trabalho.

Nos parágrafos que se seguem, discorreremos sobre as teorias da despesa pública, razões para seu crescimento, bem como acerca dos aspectos metodológicos aqui empregados e de como este texto irá se desenvolver.

1.1 A DESPESA SOB OS ENFOQUES TEÓRICO E EMPÍRICO

Dado o tamanho, o crescimento e a relevância da despesa pública, verificada na grande maioria das economias capitalistas, formularam-se diversos estudos com o objetivo final de compreender a natureza e a lógica dessa expansão.

Do ponto de vista microeconômico, vinculado à teoria neoclássica, fundamenta-se o postulado da chamada ótica da alocação dos recursos econômicos através de leis e mecanismos de mercado, cujo pressuposto fundamental é a busca da maximização dos lucros para os produtores, e da utilidade de bens e serviços para os consumidores. Essa maximização é alcançada via o equilíbrio de preços, admitindo-se que, tanto bens quanto serviços, além de estarem sujeitos ao princípio da exclusão, são consumidos individualmente.

Cabe salientar que os bens não sujeitos ao princípio da exclusão são, pela Teoria Microeconômica, considerados como bens públicos, que resultam da existência de três razões

técnicas para serem produzidas pela economia pública: i) indivisibilidade; ii) potencialidade em criar economias externas, e iii) monopólio.

Um segundo aspecto na questão da abordagem microeconômica se refere à noção de necessidade pública. De acordo com este conceito, os bens e serviços que satisfazem e estão sujeitos ao princípio da exclusão, ao mesmo tempo em que proporcionam enormes economias externas, beneficiam grande parte da sociedade. Exemplos de bens que preenchem estes requisitos seriam os bens meritórios, como merenda escolar, subsídio para casa própria, educação gratuita, etc.

Outra concepção teórica que aborda a evolução do gasto público é a marxista. Decorre sua concepção do funcionamento contraditório da economia capitalista, onde a taxa de lucro, mantendo-se constante a taxa de mais-valia, tem tendência a decrescer à medida que a economia se desenvolve, gerando crises e depressões periódicas.

Dentro da concepção marxista, duas correntes procuram explicar o comportamento da despesa pública como forma de contrapor e minimizar períodos de crise e depressão. Uma delas é a corrente francesa, que afirma que, apesar da tendência média da taxa de lucro decrescente estar se verificando, os empresários continuam tendo bons lucros, pois a economia pública estaria assumindo duas funções com o objetivo de aumentar a taxa de lucro do setor privado: a primeira, ao reduzir os custos dos chamados bens-de-salário; a segunda, ao realizar gastos em investimentos de longa maturação com índices de capitalização muito elevados, os chamados investimentos em infra-estrutura.

A outra corrente de cunho marxista é a americana, representada por Paul Baran e Paul Sweezy, que afirma que o crescimento das despesas públicas visa a absorver o excedente da produção, de modo a manter o nível de renda. Entenda-se como excedente, a diferença entre o que a sociedade produz e o custo dessa produção.

Uma terceira concepção teórica acerca da evolução do gasto público é a apresentada pela ótica macroeconômica, subdividindo-se nas concepções anglo-americana e francesa.

A corrente anglo-americana é aquela que vincula o crescimento das despesas públicas, além do princípio de ajustamento da ótica de alocação de recursos da abordagem microeconômica, já visto, a dois novos princípios reguladores da economia: o da estabilização e o de uma melhor distribuição entre as classes sociais.

Já a concepção macroeconômica francesa destaca três objetivos do Estado em matéria econômica: i) a realização do bem-estar econômico da sociedade; ii) o provimento da segurança; e iii) a execução da política fiscal.

Essas três concepções repousam sua origem nos três ramos teóricos da história do pensamento econômico: o neoclássico, o marxista e o keynesiano.

Por outro lado, ainda que não representem as principais escolas da literatura econômica, encontramos, também, pensadores que buscaram traçar seus campos de entendimento através de evidências empíricas do crescimento das despesas públicas que se apresentavam ao longo da evolução da história. Dentre as mais relevantes, pode-se citar:

- i) a Lei de Wagner, hipótese em que, como a economia cresce, historicamente, com ela crescem as necessidades e demandas por serviços públicos, sendo que a necessidade por serviços públicos cresce a uma taxa superior a do crescimento da renda. Esse descompasso entre as taxas de crescimento da demanda por serviços públicos e da renda dá-se, fundamentalmente, por três razões: i) pelo crescimento natural das atividades administrativas e das despesas com segurança; ii) em decorrência da pressão provocada pelos processos de industrialização e urbanização; iii) em virtude da necessidade de intervenção direta ou indireta do Estado na economia para prevenir a proliferação de monopólios.
- ii) a hipótese de Peacock e Wiseman, em que o crescimento das despesas está limitado ao crescimento da receita. Esse limite é somente transposto em épocas anormais (guerra, por exemplo), o que permitiria à despesa pública apresentar um crescimento não de forma contínua, mas mediante a alternância com períodos de relativa estabilidade e outros de rápida expansão.
- iii) a hipótese de Musgrave, que revalida a Lei de Wagner, apenas ressaltando que o maior crescimento da despesa pública dá-se por alguns setores ou funções e, por outro lado, que o estágio do processo de crescimento econômico é importante para determinar o crescimento da despesa pública.
- iv) o hiato de produtividade, onde uma explicação para o crescimento das despesas públicas reside no diferencial de produtividade entre o setor público e o setor privado, fazendo com o setor público empregue mais intensivamente mão-de-obra nas atividades governamentais, basicamente em função das próprias características dos serviços que oferta.

Dada a quantidade de teorias apresentadas anteriormente, tem-se que a cada uma sugeriria a opção por um trabalho único, discutindo sua contribuição teórica e sua avaliação pela comprovação da realidade, utilizando instrumental e metodologia específicos, para coleta de dados e informações segundo os conceitos por tais teorias desenvolvidos.

Como os balanços e orçamentos brasileiros se espelham e seguem o rito definido na Lei 4320/64, fonte de dados de informações sobre a despesa do Estado do Rio Grande do Sul, optamos por, a partir da legislação, formularmos metodologias que possibilitem diferentes tipos de agregação dos gastos para que nos remetam a verificar empiricamente a evolução e suas causas.

1.2 ÁREA DE ESTUDO

Está situada dentro das Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, limitado à Administração Direta que se compõe atualmente dos seguintes órgãos: Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Justiça Militar, Gabinete do Governador, Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Escritórios de Representação, Defensoria Pública do Estado, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Cultura, Secretaria da Justiça e da Segurança, Secretaria da Coordenação e do Planejamento, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, Secretaria dos Transportes, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Secretaria das Obras Públicas e Saneamento, Secretaria do Turismo, Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, Secretaria de Ciência e Tecnologia, Secretaria Especial da Habitação¹.

1.2.1 Fontes

A análise empírica desenvolvida por este estudo tem suas informações quantitativas coletadas da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul por meio das publicações da revista “Finanças do Estado” e dos Balanços Gerais do Estado.

¹ Considerou-se nesse estudo as diversas alterações na nomenclatura e atribuição dos órgãos e secretarias do Estado que ocorreram durante o período analisado.

Os Agregados Econômicos das Contas Regionais e Populacionais foram coletados junto à Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser – FEE.

Os Índices de Preços utilizados para atualizar os valores foram obtidos da série Índice Geral de Preços, disponível no *site* do Banco Central do Brasil (2002).

1.2.2 Modelo de Análise

Os capítulos se desenvolverão por meio da análise estatística de diferentes dados e seu histórico comportamental. Na parte inicial de cada capítulo é dada ênfase a metodologia empregada. Para tanto, faz-se uso das seguintes variáveis, a partir de um adequado tratamento teórico e estatístico: i) agregados segundo a Lei 4320/64 – Despesa Total; Despesas Correntes; Despesas de Capital; Despesas de Custeio; Transferências Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras; Transferências de Capital; ii) agregados pela Consolidação dos Gastos – Despesa Total, Pessoal, Serviço da Dívida, Investimento, Manutenção, Pessoal Ativo, Inativos, Pensionistas, Obrigações Patronais, Salário-Família, Encargos da Dívida Externa, Encargos da Dívida Interna, Amortização da Dívida Interna, Amortização da Dívida Externa; iii) agregados segundo o Método O'Connor: - Despesa Geral por Função classificada em Capital Social, Consumo Social, Investimento Social, Despesa Social e Despesa Financeira.

Dessa forma, irá se abordar a questão das Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul pelo lado das despesas, e tão-somente estas, sob três óticas diferentes abordando a análise de uma série de 30 anos – 1971 a 2000. Para melhor compreender essa série optou-se por analisá-la, sempre que mais conveniente, por décadas. Como se sabe, o período de 1971 a 2000 comporta três décadas que, do ponto de vista da economia expressam fortes diferenças entre si, porque apresentam como resultados econômicos diferentes comportamentos. A idéia, ao analisarmos por décadas, também é associar o desempenho do setor público sob diferentes cenários que a economia se apresentou neste período. Possíveis respostas ou adaptações ao ambiente econômico poderão ser inferidas pela análise dos dados coletados. A primeira década, 1971 a 1980, é considerada por muitos, pelo menos até o segundo choque do petróleo, como uma década de crescimento, tanto que é seguidamente referida como a década do “milagre brasileiro”. A década seguinte, 1981 a 1990, é considerada como uma “década perdida”. Elevada inflação, queda do produto e aprofundamento da crise fiscal. O período de

1991 a 2000 é uma década de transformação que significou para o Estado novos paradigmas: privatizações, regulação, reestruturação.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. A introdução situa o tema abordado, seu objetivo e sua limitação às despesas públicas do setor público gaúcho. Apresenta também um resumo das diferentes contribuições sobre a despesa pública, abrangendo os enfoques teóricos e empíricos. No capítulo segundo procura-se avaliar a evolução da despesa pública segundo os critérios estabelecidos na Lei 4.320/64. O enfoque é o definido consoante o art. 12 desta lei, que estabelece a classificação por categorias econômicas das despesas orçamentárias. No capítulo terceiro, a análise avança para uma ótica de consolidação dos gastos, definida como uma avaliação de consolidação gerencial administrativa. Este novo enfoque permitirá que possamos interpretar a evolução das despesas com novas variáveis resultando na possibilidade de identificarmos a determinação causa-efeito das alterações ocorridas na dinâmica da alocação dos recursos públicos. O capítulo quarto faz essa mesma análise, porém, sob um enfoque de alocação dos gastos, obedecendo a critério estabelecido em O'Connor (1977) em que a análise da despesa pública e sua evolução dá-se segundo os interesses atendidos pelo governo no momento da efetivação dos seus gastos. Para tanto, realizamos uma composição da classificação funcional programática das despesas, com algumas modificações, a partir da Portaria nº 9 de 28 de janeiro de 1974, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e suas atualizações posteriores. Por fim à guisa de conclusão, tecemos comentários sobre os resultados decorrentes das metodologias aplicadas.

2 ANÁLISE DA DESPESA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 4.320/64

Neste capítulo analisaremos a evolução das despesas públicas da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o plano de contas instituído pela Lei n 4.320, de 17 de março de 1964 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Pelo seu artigo 12, a Lei 4.320/64 estabelece a seguinte classificação por categorias econômicas¹, das despesas orçamentárias: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As Despesas Correntes são aquelas despesas de consumo e manutenção não reprodutivas economicamente. Dividem-se em gastos com Custeio e Transferências Correntes.

As Despesas de Custeio compreendem as despesas realizadas pelo Estado na manutenção, operação de serviços internos e externos, já criados e instalados, inclusive aquelas que dizem respeito a obras de conservação, adaptação e manutenção de bens móveis e imóveis. Exemplos de despesas de custeio são as despesas com pessoal (civil e militar), despesas com obrigações patronais (FGTS e Contribuições para Institutos de Previdência), despesas com material de consumo (como combustíveis e lubrificantes; artigos de higiene, lâmpadas, materiais e acessórios para máquinas, aparelhos, instrumentos, móveis, etc.); serviços de terceiros e encargos (remuneração a terceiros de serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício) e outros serviços e encargos (tais como assinatura de jornais e periódicos, energia elétrica e gás, locação de imóveis, impostos e taxas, despesas de condomínio, etc.).

As Despesas com Transferências Correntes são classificadas como “dotações para despesas às quais não correspondem a uma contraprestação direta e imediata em bens e serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas à manutenção de outras entidades de direito público ou privado” (BRASIL, Lei 4.320, art. 12 § 2, 1964).

Machado Júnior e Reis (1990, p. 35) salientam que: “As transferências correntes se podem realizar do setor público para o setor privado, tal como uma subvenção da União a

¹ Essa classificação econômica enfatiza os efeitos dos gastos sobre a economia e responde às seguintes interrogações: que recursos se destinam à manutenção? Que recursos se destinam à ampliação da capacidade instalada? Que recursos se destinam a transferências? (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

uma empresa privada que explore serviço considerado de interesse público, mas deficitário. Podem ainda passar-se no seio do setor público; como por exemplo, as transferências da União para um Estado a fim de que este realize certos serviços”.

As Despesas de Capital são aquelas que produzem um acréscimo ou mutação patrimonial. Dividem-se em Investimentos, Inversões e Transferências de Capital.

Investimentos são todas as despesas de capital que geram serviços e, em consequência, acréscimos no Produto Interno Bruto, tais como: obras públicas, equipamentos e instalações, materiais permanentes, participação na constituição ou aumento de capital de empresa ou entidade industrial ou agrícola, dentre outras.

Inversões Financeiras são as despesas de capital que, ao contrário de Investimentos, não gerariam serviços e incremento no Produto Interno Bruto, seriam apenas, quando referentes a aquisições de ativos, uma mera transferência de titularidade. Como exemplo, situa-se nessa rubrica a aquisição de imóveis, a concessão de empréstimos, etc².

As Transferências de Capital são dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devem realizar independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços. Constituem-se como transferências de capital os auxílios ou contribuições e amortizações da dívida pública³, entre outros.

2.1 A EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL

Com base no Apêndice L, a despesa total evoluiu aproximadamente 273%, em termos reais, no período de 1971 a 2000, o que significou um crescimento médio anual de aproximadamente 4,48%. Destaca-se que, embora crescente essa evolução a mesma apresentou ao longo do período pontos de inflexão, em que se alternavam períodos de expansão e de contração das despesas públicas gáuchas. De relevante, infere-se que os intervalos de 1971 até 1985 apresentaram um crescimento acumulado de 260,23%. Para o período de 1986 a 1991 observa-se uma queda dos gastos do Estado da ordem de 29,34%. A partir de 1994, inclusive, nova inflexão da curva de gastos faz com que a despesa total cresça

² Machado Júnior e Reis (1990, p. 32) colocam que a distinção entre investimento e inversões financeiras é de natureza puramente econômica: “[...] a aquisição de um prédio já pronto para instalação de um serviço público é inversão financeira, pois mudou-se a estrutura de propriedade do bem, mas não a composição do PIB. Mas a construção de um novo edifício é um investimento, pois que agora estão sendo gerados serviços e em consequência se incrementa algo ao PIB”.

³ Os juros referentes à amortização da dívida figuram na classificação das transferências correntes.

atingindo o seu máximo em 1998, equivalente a aproximadamente R\$ 16 bilhões, em termos reais, a preços de dezembro de 2000.

Para as décadas aqui analisadas, a despesa total apresentou o seguinte comportamento: i) no período 1971 a 1980 se expandiu a aproximadamente 106%, correspondendo a 87,9% da expansão do produto em igual período; ii) na década de 80, essa expansão atingiu 50,9%, com um ritmo médio de crescimento de 4,2% ao ano. No entanto, ao analisarmos esse período, veremos que há uma expansão muito forte da despesa na primeira metade da década, onde esta atinge 74,4% de crescimento e, o comportamento na segunda metade da década onde as despesas apresentaram uma redução da ordem de 13,48%, considerando-se, nesse caso, o ano de 1985 como base; iii) no período 1991 a 2000 o incremento na despesa atingiu 19,7%, medido pelos extremos da série. Essa avaliação, no entanto, não reflete o efetivo comportamento ocorrido. Entre os anos iniciais até 1998, inclusive, o ritmo de expansão ultrapassou os 90%.

2.2 A EVOLUÇÃO DO PIB PM RS

Com base no Apêndice K, o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul medido a preços de mercado (PIB pm RS) apresentou crescimento real, medido pelo critério de variação acumulada entre os extremos da série, de aproximadamente 191% entre os anos de 1971 a 2000, significando um incremento médio de 3,62% ao ano.

Avaliando sua evolução, notamos um comportamento diferenciado ao longo da série, como segue: i) no período 1971 a 1980 apresentou um crescimento de 139,78%, correspondendo a uma taxa média de 9,94% ao ano. Em valores constantes, tal fato significou que o produto mais do que duplicou; ii) no período 1981 a 1990, a denominada “década perdida”, o produto apresentou uma queda de 2,67%; iii) no período 1991 a 2000, apresentou um crescimento de 27,34%. Sendo que de 1991 até 1997 cresceu 39,56% e de 1998 até 2000 caiu 8,73%, com uma taxa média de crescimento negativo de 2,45% ao ano.

Por outro lado, também com base no Apêndice K, temos igualmente o mesmo comportamento com o PIB pm RS per capita, como segue: i) no período 1971 a 1980 variou de R\$ 4.403,12 para R\$ 9.029,25, correspondendo a 105,06% de aumento; ii) no período 1981 a 1990, se reduziu para R\$ 7.575,63, correspondendo a uma queda de 16,10% no acumulado

do período; iii) no período 1991 a 2000 cresceu para R\$ 8.541,23 per capita (12,75% de crescimento), atingindo o máximo de R\$ 9.759,48 em 1997.

2.3 DESPESAS TOTAIS PER CAPITA E PARTICIPAÇÃO NO PIB PM RS

Tomando a despesa pública total per capita como indicador do tamanho e evolução do gasto público nota-se, com base nos Apêndices G e K, que a mesma cresceu 148,61% em termos reais, no período de 1971 a 2000, evoluindo de R\$ 388,21 para R\$ 965,14, sendo que: i) no período 1971 a 1980 apresentou um crescimento de R\$ 388,21 para R\$ 700,25 correspondendo a 80,35% de aumento; ii) no período 1981 a 1990, cresceu 30,11%, atingindo um gasto per capita de R\$ 910,98. com o seu máximo de R\$ 1.133,13 no ano de 1985; iii) no período 1991 a 2000, as despesas totais do Estado per capita continuaram a crescer, todavia, a um ritmo inferior às décadas anteriores. No ano 2000 correspondem a R\$ 965,14, indicando uma variação média para a década de 5,94% . Atinge o seu máximo, de R\$ 1.614,46 no ano de 1997.

Como resultado do crescimento da despesa total e do comportamento do produto, a participação da despesa total no PIB pm RS apresentou uma participação de 8,82% em 1971 e 11,30% em 2000, mas este crescimento não se mostrou harmônico ao longo da série: i) no ano de 1971 a despesa total sobre o PIB pm RS correspondeu a 8,82%, evoluindo para 7,75% em 1980. Portanto, o crescimento da despesa total não acompanhou o crescimento do PIB pm RS apresentando uma taxa média de crescimento de 7,52% ao ano, inferior àquela apresentada pelo PIB pm RS de 8,91%, em média, ao ano; ii) para o período de 1981 a 1990, temos que a despesa total sobre o PIB, em 1981, correspondeu a 8,80% crescendo para 12,03% em 1990 com uma taxa média de expansão de 3,27% ao ano superior a taxa média de crescimento do PIB de 0,09% ao ano, em média. Sob este período, tem-se que este crescimento é resultado do crescimento da despesa, mas, fundamentalmente, pela queda ocorrida no PIB pm RS, como demonstrado anteriormente; iii) no período de 1991 a 2000 temos que a despesa total sobre o PIB correspondeu a 10,17% no início da década, com média ao redor dos 12,0%, e máximo de 17,1% em 1998, atingindo 11,30% no ano de 2000.

O Gráfico 1 ilustra, resumidamente, essa evolução, demonstrando: i) que na década de 70 a despesa total cresceu abaixo da expansão do PIB; ii) que na década perdida, a despesa pública total se expande como proporção do produto, muito mais em função do

comportamento deste; iii) na década de 90, apesar do crescimento do produto, as despesas, ainda assim, cresceram muito acima deste nos anos iniciais da década e, principalmente, no intervalo 1996 a 1998.

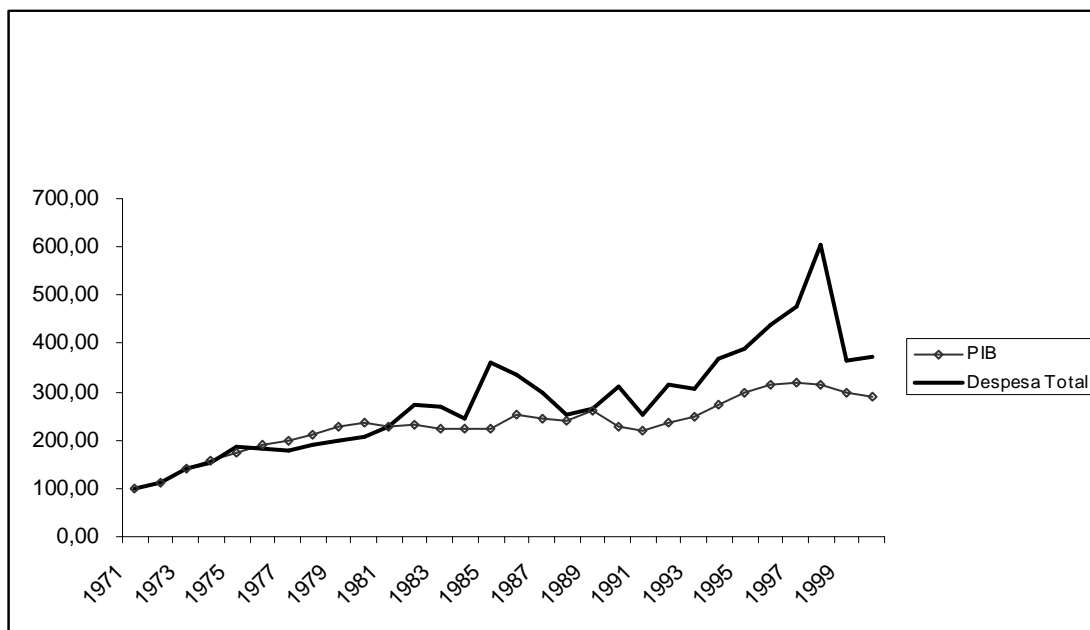


Gráfico 1 – Índice de Crescimento da Despesa Total e do PIB pm RS – (1971=100)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices K e L.

2.4 A EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DA DESPESA TOTAL

Essa expansão das despesas totais não foi acompanhada de forma homogênea por sua abertura em categorias econômicas. Enquanto as despesas correntes obtiveram um crescimento acumulado de aproximadamente 291,0% no período de 1971 a 2000, apresentando uma mesma tendência de crescimento que a apresentada pela despesa total ao longo do período, inclusive, com o mesmo padrão de comportamento: mesmo intervalo de crescimento (248% no período de 1971 até 1986); de queda (-29,16% no período 1986 até 1991) e de nova trajetória de crescimento a partir do ano de 1992.

As despesas de capital, por sua vez, apresentaram, ao longo da série analisada (1971-2000), variações para cima ou para baixo em alguns anos, mas com uma tendência de

crescimento em relação ao ano base de 1971. Excetuam-se os anos de 1995 até 1998 com gastos muito acima dos normais, face aos recursos oriundos do programa de privatização do então governo, alocado, porém indistintamente em ambas categorias mas, com reflexo maior naquele com menor representação de gasto.

Esse comportamento, nada homogêneo, entre as taxas de crescimento das variáveis envolvidas, a saber: despesas correntes e despesas de capital, fizeram com se alterasse, ao longo da série 1971 a 2000, o perfil da composição do gasto público. Esse fato é observado, conforme Apêndice D e Gráfico 2, pela participação relativa das despesas correntes e de capital na despesa total.

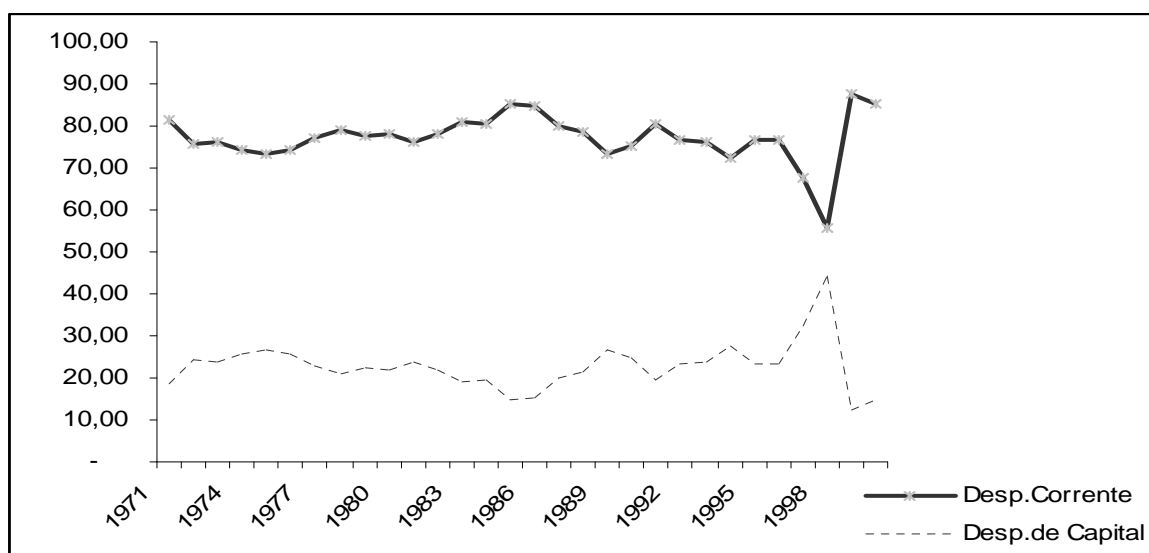


Gráfico 2 – Participação das Despesas Corrente e de Capital na Despesa Total

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice D.

2.4.1 O Comportamento das Despesas Correntes

No período 1971 a 1980, a participação média das despesas correntes na despesa total atingiu 76,2% representando, em média, 6,41% do PIB pm RS. Em termos per capita acusou uma média de R\$ 451,22, a preços de dez/2000. Na segunda metade da década intensifica sua participação na despesa total, encerrando o ano de 1980 com 77,86% dos gastos totais (Apêndice D). No entanto, esse mesmo comportamento não se verifica com relação ao PIB

pm RS. Com efeito, há uma redução generalizada ao longo da década quando medida em termos de participação do PIB pm RS que se reduz de 7,17% no ano de 1971 para 6,04% do PIB pm RS em 1980 (Apêndice H). Com relação ao gasto per capita, estes se elevam de R\$ 315,90 para R\$ 545,14 ao término da década.

Na década de oitenta, em média, as despesas correntes passam a representar 8,49% do PIB pm RS evidenciando um crescimento de 32,4% sobre sua participação média no PIB pm RS apresentado na década anterior. Com relação a despesas totais, amplia sua participação para 79,26% com um incremento médio, da ordem de aproximadamente 10% e, se medida per capita, correspondeu a R\$ 705,59 de média para este período. O ano de 1985 apresenta como participação tanto no PIB pm RS, quanto medido sob a forma per capita os valores de 12% e de R\$ 963,65, respectivamente⁴.

Os anos noventa mostram as despesas correntes diminuindo seu ritmo de expansão com relação aos indicadores aqui selecionados. Com efeito, as taxas médias verificadas para esta década de participação no produto se elevam para 9,0% com um ritmo de expansão de 6% sobre a década anterior. Por sua vez, as despesas per capita atingem, em média, R\$ 787,22 superior 11,56% ao verificado na década anterior. No entanto, sua participação média nas despesas totais se situa ao redor dos 75%, aproximadamente, inferior 4,60% ao verificado na década anterior (Apêndice I).

2.4.2 O Comportamento das Despesas de Capital

As despesas de capital como percentual de participação em relação ao produto cresceram apenas 1,01% se considerado o acumulado entre os anos de 1971 a 2000. No entanto, este comportamento, não reflete seu desempenho quando considerados todos os anos envolvidos: i) na primeira década, as despesas de capital crescem 145,43% no acumulado, representando em média 1,96% do produto e R\$ 138,20 per capita alocados nessa rubrica. Em termos de participação na despesa total esta se situou na média em 23,32%, destacando-se que, foi crescente do início da década (18,6% em 1971) até o ano de 1975, onde atinge 26,6% de participação; ii) na década de 80, a participação em relação ao produto atinge em média a 2,18% e, se medidos em termos per capita corresponderam a R\$ 180,70 per capita. A

⁴ Para o ano de 1985 o serviço da dívida foi o fator de expansão das despesas correntes.

participação média na despesa total atingiu 20,74%, inferior aos níveis apresentados na década anterior; iii) no período 1991 a 2000 a participação média na despesa total atingiu 24,4%, lembrando que esta participação é crescente do início desta década até 1998, quando atinge a 44,2%. Mas, nos anos de 1999 e 2000 apresentam as participações de 12,1% e 14,6% respectivamente, os menores da série aqui analisada.

Tabela 1

Médias de Participação da Despesa Corrente e de Capital sobre Indicadores Selecionados

Décadas	Despesa total		Despesa corrente		Despesa de capital		Corrente/DT (em %)	Capital/DT (em %)
	% PIB RS	Per capita	% PIB RS	Per capita	% PIB RS	Per capita		
70	8,37	598,72	6,41	451,22	1,96	138,20	76,28	23,32
80	10,67	886,29	8,49	705,59	2,18	180,79	79,26	20,74
90	12,09	1.063,35	9,00	787,22	3,09	276,14	75,58	24,42

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice H.

Essa alteração dos relativos de participação na despesa total demonstra que a distribuição do dispêndio público, restrito à Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul, apesar de, por períodos breves, a despesa de capital retornar aos níveis do início dos anos setenta, concentra seu crescimento com gastos em manutenção do seu próprio tamanho (aumento e crescimento das despesas correntes superior ao crescimento das despesas de capital) do que gastos que ampliem seu próprio tamanho (pelo crescimento físico de suas instalações traduzindo-se em maiores gastos com investimentos ou inversões).

2.5 OS COMPONENTES DAS DESPESAS CORRENTES

Vimos anteriormente que a expansão das despesas totais na maioria dos anos analisados dá-se pelas despesas correntes. Agora, iremos avaliar por qual de seus componentes dá-se a maior expansão.

2.5.1 Despesas de Custeio

A evolução das despesas de custeio, com base no Apêndice M, apresentou um crescimento no período compreendido entre os anos de 1971 a 2000, de aproximadamente 183%. Para esse mesmo período, de acordo com o Apêndice I, esse crescimento significou taxa de expansão média da ordem de 3,53% ao ano.

Seu crescimento é inferior ao total da despesa corrente que no mesmo período cresceu 273,0%. Ou seja, crescendo apenas 67,03% do crescimento da despesa corrente. Este comportamento comprova a sua não importância como responsável direto pelo crescimento das despesas correntes, tendo em vista que em 1971 era responsável por 53,37% das despesas correntes e em 2000 temos uma redução para 38,63% da mesma. Com relação ao PIB pm RS este fato também se verifica acusando uma redução de 2,87% para o período 1971 a 2000 (Apêndice I).

Nas décadas aqui analisadas, as despesas de custeio apresentaram o seguinte comportamento: i) na década de 70, conforme Apêndice E, excetuando os cinco primeiros anos, em que ganha participação em relação às despesas correntes, os demais são de sucessivas reduções, sendo que o ano de 1980 apresenta 49,75% de participação, o menor da década. Em termos médios, o período significou uma participação média no conjunto dos gastos correntes da ordem de 54,05%. Com relação a sua medida no produto, tem-se quase que a década inteira de redução de participação, consequência direta do crescimento das despesas totais serem inferiores ao crescimento do produto. Em 1971 seus gastos correspondiam a 3,83% do PIB e, ao final da década, a 3,0%. Tais despesas, medidas em termos per capita, apresentaram ritmo de expansão da ordem de 60,8% correspondendo ao ano de 1980 a gastos de R\$ 271,22 e, como média, a R\$ 243,36; ii) no período 1981 a 1990 sua participação média nas despesas correntes correspondeu a 40,84%, significando uma perda média relativa de 24,44%. O ano de 1985 apresentou o menor percentual da série (1971-2000), correspondendo a 30,53% de participação nas despesas correntes. Em termos per capita o total das despesas de custeio correspondeu a R\$ 284,14, 16,7% superior a média apresentada na década anterior. Em sua relação com o PIB pm RS os gastos de custeio médio nesta década corresponderam a 3,41%, inferiores à participação de 3,47% apresentada na década anterior, apesar dessa década o produto apresentar comportamento involutivo; iii) a década de 90, contudo, elevou a participação dessas despesas no PIB pm, em termos médios, para 3,72%, superior 5,8% à participação média apresentada nos anos 80. A despesa de

custeio medida em termos per capita correspondeu a R\$ 318,12 no ano 2000 com um crescimento acumulado da ordem de 4,5%. No tocante a sua relação com as despesas correntes prosseguiu-se com sua perda relativa sendo que, em termos médios, correspondeu a 40,24%. No ano de 2000, no entanto, essa participação se reduziu para 38,6%.

2.5.2 Despesas com Transferências Correntes

Com base no Apêndice M as despesas com transferências correntes apresentaram um crescimento no período compreendido entre os anos de 1971 a 2000 de aproximadamente 414,7%. Para esse mesmo período, esse crescimento significou taxa de expansão média da ordem de 5,61% ao ano.

Seu crescimento é superior ao total da despesa corrente que no mesmo período cresceu 291,12%. Ou seja, cresce 42,27% a mais que o comportamento verificado na despesa corrente. Este fato, e com base no Apêndice E, comprova a sua importância na explicação do crescimento das despesas correntes, tendo em vista que em 1971 era responsável por 46,63% das despesas correntes e em 2000 passa a representar 61,37% da mesma.

No período de 1971 a 2000 também tivemos um crescimento das transferências correntes, quando medidas pela sua participação em relação ao PIB pm RS. Com efeito, conforme Apêndice I, esta participação, que em 1971 representava 3,35% do produto, em 2000 passa a representar 5,92%.

Com relação à despesa de transferências correntes medida em relação à população, pode-se observar, de acordo com o Apêndice I, que o gasto per capita desta rubrica se elevou de R\$ 147,32 em 1971 para R\$ 505,33 correspondendo a um incremento de 243% aproximadamente.

Nas décadas analisadas têm-se, com base nos Apêndice E, I, M, como resumo que: i) na década de 70, apesar do crescimento de seus gastos, sua participação no PIB pm RS reduziu-se ano a ano, acusando uma queda de aproximadamente 9,0% ao final da década. No entanto, em sua relação com as despesas correntes, observou-se um leve crescimento desta participação que, como veremos a seguir, irá se perpetuar por toda a série (1971-2000). É, também, ao final desta década, que a despesa com transferências correntes ultrapassa em valor a despesa gasta com custeio. Em termos per capita, seus gastos corresponderam em média a R\$ 208,15, a preços de 2000; ii) no período 1981 a 1990 sua participação média sobre a

despesa corrente atinge a 59,1%, representando 28,6% de ganho na participação. Com relação à participação no PIB pm RS há um avanço da ordem de 66,3% sugerindo que além da expansão dos seus gastos há de se considerar o comportamento negativo do PIB pm RS no período 1981 a 1990. No que tange aos gastos considerados em relação à população estes se situaram na média em R\$ 421,50 a preços de dezembro de 2000, significando que mais do que dobraram em relação aos valores médios apresentados na década anterior; iii) no período de 1991 a 2000 o ritmo de crescimento não foi tão intenso quanto o apresentado no período anteriormente analisado mas, ainda assim, avança sua participação no total da despesa corrente. Na média, sua participação correspondeu a 59,76% sendo que no último biênio ultrapassou 60% de participação. Com relação a sua participação média do período no PIB pm RS situou-se ao redor dos 5,38% demonstrando um crescimento de 5,90%, aproximadamente, sobre igual medida verificada na década anterior. Em termos per capita, a década também significou uma expansão da ordem de 11,67% correspondendo a R\$ 470,73.

O Gráfico 3 apresenta a evolução dessas participações como proporção da despesa total.

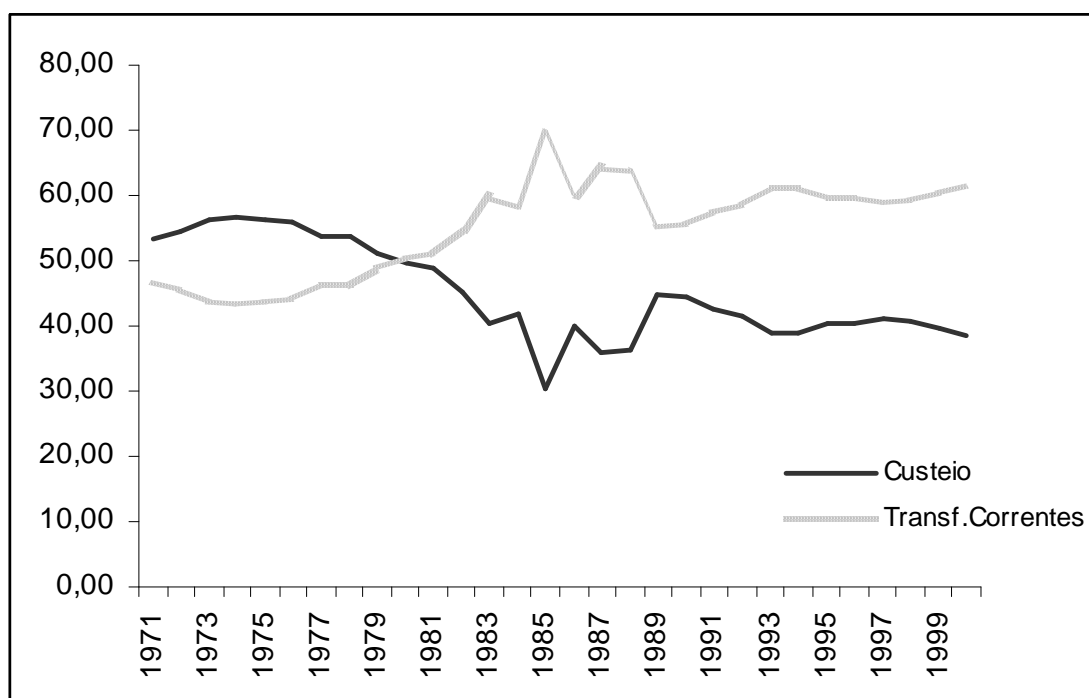


Gráfico 3 – Participação das Despesas de Custeio e Transferências Correntes na Despesa Total (1971=100)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice E.

2.6 A EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DAS DESPESAS DE CAPITAL

Vimos anteriormente como se comportaram as despesas de capital: sua relação com a despesa total e sua evolução, utilizando dados censitários e do produto, para mensurar e melhor avaliar o seu comportamento. Agora, através da avaliação de seus principais componentes iremos descobrir quais ou qual deles foi responsável pelo comportamento antes analisado. A Tabela 2 resume as médias para as três décadas aqui analisadas.

Tabela 2

Taxas Médias de Indicadores Seleccionados dos Componentes das Despesas de Capital

Décadas	Investimento			Inversões Financeiras			Transferências de Capital		
	%s/PIB	Per Capita	% sobre Desp.Capital	%s/PIB	Per Capita	% sobre Desp.Capital	%s/PIB	Per Capita	% sobre Desp.Capital
70	0,66	45,82	33,38	0,19	13,26	9,56	1,10	79,12	57,06
80	0,39	32,53	17,71	0,15	12,14	6,60	1,64	136,04	75,69
90	0,27	23,16	10,00	0,65	61,42	14,75	2,18	191,56	75,25

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos Apêndices F e J.

2.6.1 Investimentos

Os gastos com Investimentos apresentaram uma tendência de crescimento desordenada com períodos de maior crescimento e outros nem tanto. Utilizando-se dos dados do Apêndice F infere-se que seu volume entre os anos de 1971 a 2000 cresceu aproximadamente 73,84%. Para esse mesmo período, esse crescimento significou taxa de expansão média da ordem de 1,86% ao ano.

Seu crescimento é inferior ao total das despesas de capital que no mesmo período cresceu 194,0%. Ou seja, representou 36,63% do crescimento das despesas de capital. Este comportamento comprova a sua relativa menor importância na explicação do crescimento das

despesas de capital, tendo em vista que em 1971 era responsável por 25,22% das despesas de capital e em 2000 temos uma elevação para 14,91% da mesma.

No período de 1971 a 2000 observa-se, com base no Apêndice J, que tivemos um crescimento dos investimentos públicos estaduais, quando medidos pela sua participação no PIB pm RS. Se considerarmos somente os extremos da série, esta rubrica amplia sua participação no PIB pm RS de 0,41% no ano de 1971 para 0,55% no ano de 2000.

Com relação ao investimento per capita, tivemos um crescimento de aproximadamente 156,0% entre os extremos da série (1971 a 2000) passando de R\$ 18,24 para R\$ 46,77 a preços de dezembro de 2000.

Na análise pelos decênios observamos, com base no Apêndice J, que: i) na década de 70 os gastos com investimentos representaram na média do decênio 0,66% do produto gaúcho, correspondendo a um gasto per capita de R\$ 45,82. Sua relevância no conjunto das despesas de capital, medida por sua participação nesta, acusou 33,38% em média; ii) no segundo decênio (1981 a 1990) seus gastos médios como proporção do PIB recuaram para 0,39%, apesar do recuo deste. O gasto per capita médio situou-se em R\$ 32,53 evidenciando uma queda média de 29,0%. Como resultado, conforme Apêndice F, sua participação no conjunto das despesas de capital, em termos médios, situou-se em 17,7%, com queda média acumulada de aproximadamente 47,0% frente à participação verificada na década anterior; iii) na década de 90, de acordo com o Apêndice F, os investimentos acusaram participações na despesa de capital superiores a dois dígitos somente nos biênios iniciais e finais, sendo que, no ano de 1998 essa participação atingiu 5,3%, a menor de toda a série (1971 a 2000). Na média, os investimentos participaram com cerca de 10,0% nas despesas de capital, evidenciando uma queda de 43,5% sobre a média verificada no decênio anterior. Em termos per capita, os gastos médios com investimentos representaram R\$ 23,16, queda média observada de 28,8%. Com relação à participação no produto, o gasto médio representou 0,27% com queda média, frente ao decênio anterior, de 30,7%.

2.6.2 Inversões Financeiras

O comportamento das inversões financeiras apresentou uma tendência de crescimento desordenada com períodos de maior crescimento e outros nem tanto. Com base nos Apêndices

F e L, entre os anos de 1971 a 2000 cresceu 381,02%, o que significou uma taxa de expansão média da ordem de 5,37% ao ano.

Esse desempenho é superior ao total das despesas de capital que no mesmo período cresceram 194,0%. Ou seja, cresceu 96,39% acima do crescimento da despesa de capital. Este comportamento comprova a sua relativa maior importância na explicação do crescimento das despesas de capital, tendo em vista que em 1971 era responsável por 11,50% das despesas de capital e em 2000 apresenta uma participação de 17,96%.

Com relação a sua participação no PIB pm RS esta cresceu entre os anos de 1971 a 2000, se elevando de 0,19% para 0,31% (Apêndice J).

No que tange aos gastos per capita dessa rubrica, observa-se um crescimento da ordem de 221% entre os extremos da série (R\$ 8,32 em 1971 e R\$ 26,73 em 2000).

No conjunto dos anos, analisados por décadas, têm-se: i) a década de setenta apresentou participações médias na despesa de capital da ordem de 9,5%, sendo que nos anos de 1979 e 1980 essa participação oscilou próximo aos 2,5%. Com relação à participação no produto, esta se situou ao redor dos 0,19%, percentual este, igual ao apresentado no ano de 1971. Termina a década, no entanto, com participações próximas a 0,04% do PIB pm RS. Com relação aos gastos per capita a média situou-se ao redor dos R\$ 13,26 porém, o último biênio acusou gastos inferiores a R\$ 4,00 por habitante; ii) na década de oitenta as despesas com inversões financeiras continuaram a apresentar um comportamento errático. Nem mesmo o desempenho do PIB ajudou a ampliar sua participação neste. Com efeito, em termos médios, sua participação atingiu 0,15%, com queda aproximada de 21,0%. Em termos per capita, este mesmo comportamento ocorreu onde as despesas se reduziram em 8,4%, apresentando um gasto médio per capita de R\$ 12,14. Como consequência, tem-se também uma perda de participação nas despesas de capital que na média correspondeu a 6,6% com queda de aproximadamente 31,0% frente à participação observada na década anterior; iii) a década de noventa, no entanto, é reconhecida como um período de recuperação desses gastos. Reitera-se, no entanto, que influenciando as médias está o período 1996 a 1998 (Apêndice F). Como decorrência tanto as participações no produto, nas despesas de capital e medidos em termos per capita, apresentaram crescimento. Na ordem, de: 0,65%; 14,75% e R\$ 61,42, respectivamente.

2.6.3 Transferências de Capital

A evolução das transferências de capital também apresentou uma trajetória de crescimento desordenada com períodos de maior crescimento e outros nem tanto. Com base nos Apêndices F e N, entre os anos de 1971 a 2000 elas cresceram 207,90%. Para esse mesmo período, esse crescimento significou taxa de expansão média da ordem de 3,82% ao ano.

Seu crescimento é superior ao total das despesas de capital que no mesmo período cresceu 194,00%. Ou seja, cresceu 6,07% acima do crescimento da despesa de capital. No entanto, se considerarmos o padrão estabelecido até o ano de 1998 quando os gastos atingem, só naquele ano, R\$ 3.373 milhões, o ritmo de expansão dessa rubrica é superior aos 1.000%.

No período de 1971 a 2000 o desempenho das transferências de capital, quando medido como proporção do produto, acusou uma elevação da ordem de 5,76%, elevando-se de 1,04% do PIB pm RS para 1,10% (Apêndice J).

Com relação à transferência de capital medida em relação à população do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se um crescimento da ordem de 105% verificado entre os anos de 1971 a 2000. Com efeito, ampliaram-se esses gastos de R\$ 45,75 relativos ao ano de 1971 para R\$ 93,89 no ano de 2000.

Como comportamento médio observado, temos: i) na década de setenta apresenta participação de 1,1% no produto e de R\$ 57,06 no produto per capita. Sua participação no total das despesas de capital corresponde a 57,06%; ii) entre os anos de 1981 e 1990, inclusive, suas participações de um modo geral apresentam crescimento. A participação no produto se eleva de 1,10% para 1,64%, sendo que ao final da década corresponde a 2,29%. O gasto per capita se eleva de R\$ 79,12 para 136,04, sendo que em 1980 atingem a R\$ 173,71 e há aumento de participação no total das despesas de capital da ordem de 32,6%

No tocante às transferências de capital o crescimento observado até o ano de 1998 - acima de 1.000% em termos reais, significou a verdadeira expansão dessas despesas e, também, imprimiu um caráter mais homogêneo à rubrica despesa de capital pela associação desta ao serviço da dívida.

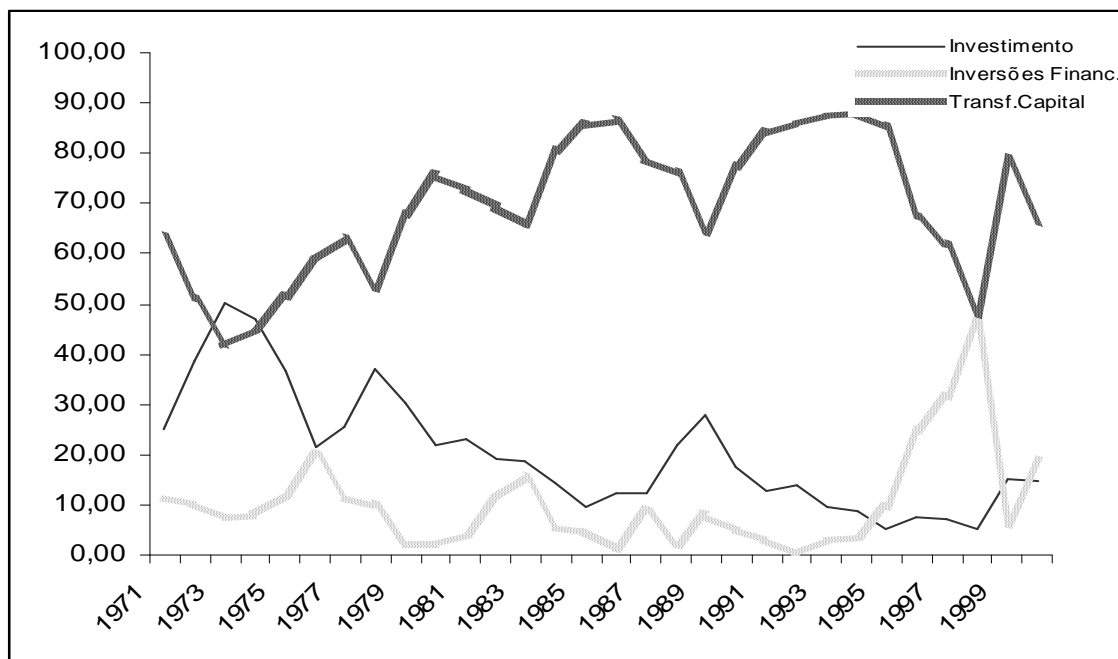


Gráfico 4 – Participações dos Componentes da Despesa de Capital (1971=100)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice F.

2.7 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EVOLUÇÃO E EXPANSÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS

Tendo em vista as descrições até aqui empreendidas, observa-se que as despesas cresceram, proporcionalmente, mais do que o produto. Porém, esse comportamento não se efetuou de modo harmônico, nem uniforme ao longo da série aqui analisada.

No período de expansão do produto as taxas de crescimento das despesas públicas foram inferiores às taxas de expansão do PIB resultando em uma queda no indicativo despesa total sobre o PIB da ordem de 12,0%.

Por outro lado, no período 1981 a 1990, quando tivemos uma redução no PIB pm RS, as despesas públicas cresceram aproximadamente 51,0% repercutindo em um crescimento da despesa total sobre o PIB da ordem de 55,0%.

Com relação aos componentes da despesa total, observou-se que as despesas correntes tiveram uma expansão superior às despesas de capital, comprovando-se pelos relativos de participação nas despesas totais que sofreram modificações ao longo do período em análise.

Ainda, com relação às despesas correntes, mostrou-se que a expansão das mesmas fora causada pelo crescimento das despesas com transferências correntes, principalmente a partir dos anos 80.

Pelo lado das despesas de capital viu-se que, embora tenham obtido um crescimento, o mesmo fora inferior ao crescimento das despesas correntes, resultando daí sua perda de participação relativa nas despesas totais.

Todavia, dentre as categorias que a compõem, observou-se que os investimentos têm sua participação relativa diminuída, devido tanto a decréscimos em seu gasto, quanto à diminuição ocorrida nas despesas de capital.

Com relação às inversões financeiras observou-se que ocorrem flutuações anualmente com relação aos investimentos. O Apêndice N demonstra que quando há expansão das inversões financeiras os investimentos sofrem uma retração ou seu ritmo é inferior ao das inversões e, quando diminuem os gastos com inversões os investimentos tendem a crescer. No tocante às transferências de capital, observou-se comportamento semelhante às transferências correntes que, dentre as despesas de capital, foram as que mais cresceram.

Por fim, observou-se que dado o nível de desagregação das despesas, vinculado às categorias econômicas definidas estas, pelo anexo à Lei 4320/64, o crescimento das despesas públicas deu-se pelo lado das despesas com manutenção, o que dado o seu nível de agregação, que envolve somente despesas de custeio e transferências, não se pode chegar a uma justificativa que seja plausível e explique, por um lado, o porquê da expansão pelo lado das despesas com manutenção e, por outro, o porquê dos crescimentos das transferências serem superiores aos demais.

Para encontrar as respostas a essas questões, devemos avançar na desagregação, bem como buscar outras classificações que comportem em sua elaboração diferentes compreensões do ponto de vista teórico e prático.

3 A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ATRAVÉS DA ÓTICA DE CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS

Como visto anteriormente, a análise das despesas pela ótica da classificação econômica, aqui restrita somente a suas categorias, pouco esclarece no que tange à expansão das despesas públicas. Em parte, essa “inconveniência metodológica” é devida ao nível de agregação das variáveis envolvidas na análise. A rigor, essas se restringem a duas grandes categorias, quais sejam, as despesas de capital e as despesas correntes, que por sua vez, admitem nova divisão em: custeio e transferências, pelo lado das despesas correntes e, investimentos, inversões financeiras e transferências de capital, pelo lado das despesas de capital. A questão está, basicamente, nas categorias tituladas de transferências, sejam correntes ou de capital, cuja relação das transações consideradas em nível de elemento, extrapola em muito o conceito do parágrafo 2º do artigo 12 da referida Lei. Exemplos são, que, muitas despesas, tipicamente de custeio eram aí classificadas. A Portaria SOF/SEPLAN nº 38, de 05 de junho de 1978 e anexos, atualizada pela Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, corrigiu em parte, introduzindo modificações sistemáticas das transferências, contudo, conforme Machado Júnior e Reis (1990, p. 35),

[...] muitas despesas de custeio ainda integram o elenco das despesas com transferências como, por exemplo, salário-família, apoio financeiro a estudantes, assistência médico-hospitalar, benefícios da previdência social, indenizações de acidentes de trabalho e todos encargos da dívida interna e da dívida externa que são, claramente, encargos financeiros.

Impõe-se, assim, uma visão diferente para a análise daquela apresentada na classificação econômica da Lei 4.320/64 (BRASIL, 1974), pois, mesmo que a desagreguemos por elementos, os mesmos ficarão “amarrados” em última análise, à categoria econômica que os representem. E, as categorias, como visto no capítulo anterior, pouco esclarecem quanto a sua expansão, uma vez que certas despesas, possuindo natureza de gasto coincidente, passam a pertencer a diferentes categorias.

Desse modo, no que concerne à obtenção de dados, persegue-se utilizando a Lei 4.320/64 (BRASIL, 1964) no que se refere aos seus elementos de despesa, mas agrupam-se os mesmos, a uma nova metodologia.

A metodologia a ser utilizada neste capítulo tem por base o Decreto Estadual nº 33.080/88 de 29 de dezembro de 1988, atualizado pelo Decreto 35.045, de 03 de janeiro de 1994, em que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a utiliza para o gerenciamento e administração de seus gastos, onde os mesmos são classificados em uma metodologia que permite ao Estado traçar políticas de racionalização, acompanhamento e evolução de suas despesas.

3.1 A METODOLOGIA DO DECRETO 33.080, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1988

O Decreto desagrega o total das despesas em quatro grandes grupos que são: as despesas com pessoal; os gastos com investimento; as despesas com a dívida pública e as despesas de manutenção.

As despesas de pessoal compreendem os gastos relativos ao pessoal ativo, inativo, obrigações patronais, pensionistas e salários-família.

Os gastos com investimentos compreendem as despesas de capital, exceto as referentes à amortização da dívida pública.

As despesas com serviços da dívida pública compreendem as despesas com amortização, juros e outros encargos financeiros incidentes sobre o estoque da dívida pública abrangendo as dívidas fundada e flutuante.

Finalmente, as despesas de manutenção e transferências compreendem o restante do gasto corrente.

Essa metodologia permite se agrupar elementos econômicos pertencentes a diferentes categorias econômicas, haja vista sua agregação ser diferenciada em virtude da natureza da despesa.

Para as despesas com pessoal, por exemplo, agrupam-se todas despesas inerentes ao custeio da folha de pagamento, independente da parte beneficiária.

Para os investimentos, incorporam-se as inversões financeiras, uma vez que a diferença entre ambas era puramente econômica, conforme salientado anteriormente.

As despesas com transferências e manutenção são consideradas sob o mesmo enfoque, uma vez que algumas funções do Estado são exercidas por entidades jurídicas diferenciadas.

E, as despesas com relação ao serviço da dívida, sugerem sua agregação própria, em nível separado, pelo papel desempenhado no financiamento dos déficits orçamentários e pela relevância que adquiriram na participação da despesa total.

3.2 A EVOLUÇÃO DOS GASTOS CONSOLIDADOS NA DESPESA TOTAL

Com Base no Apêndice U podemos observar que as categorias por gasto consolidado apresentaram no ano de 1971 a seguinte composição em relação à participação na despesa total: pessoal com 48,28%; serviço da dívida com 6,00%; investimentos com 15,86% e gastos em manutenção com 29,86%.

Em 2000, essas mesmas categorias apresentaram a seguinte participação nas despesas totais: pessoal com 52,76%; serviço da dívida com 8,95%; investimentos com 8,15% e gastos em manutenção com 30,13%.

No entanto, uma análise mais acurada do Apêndice U, permite inferir que, ao longo da série, esses relativos de participação variaram muito intensamente, prejudicando a análise das participações, quando se considera para a interpretação somente os extremos dos intervalos de séries.

Sendo assim, para melhor explicar o desempenho dos gastos selecionados e sua relevância em relação à despesa total, utilizaremos seus valores médios calculados por decênios. A tabela abaixo, apresenta esses dados.

Tabela 3
Gastos Médios e Participações na Despesa Total, por Período, em Valores de Dez/2000
R\$1,00

Períodos	Despesa Total	Pessoal	Serviço da Dívida	Investimento	Manutenção
1971/80	4.336.507.829	1.926.543.152	454.112.989	794.245.455	1.161.606.234
	100,00%	44,43%	10,47%	18,32%	26,79%
/1981/90	7.489.414.272	3.145.281.415	1.546.726.300	984.302.109	1.813.101.448
	100,00%	42,00%	20,65%	13,14%	24,21%
1991/00	10.270.736.873	4.421.343.379	1.582.329.106	1.300.684.139	2.966.380.249
	100,00%	43,05%	15,41%	12,66%	28,88%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos Apêndices G, U, AH e AJ.

No período 1971 a 1980 a despesa total média por ano correspondeu a R\$ 4.336 milhões, a preços de dezembro de 2000. Destaca-se que esse comportamento demonstrou um acelerado crescimento no primeiro quinquênio, vindo a se reduzir no período 1976 e 1977, crescendo a partir daí, a taxas inferiores às verificadas nos primeiros anos desta década.

Na década de 80, a despesa total média correspondeu a R\$ 7.489 milhões, com um incremento de 72,7% sobre a média verificada na década de 70. Apesar do elevado incremento, esse período caracterizou-se por flutuações muito intensas sendo também caracterizado como aquele em que se verifica o maior número de taxas negativas, cinco no total. Como exemplo, cita-se o ano de 1985 que apresenta um crescimento de 46,25% sobre o total gasto em 1984 e, mesmo influenciando a média, é superior a esta em 26,78%.

Com relação ao período 1991 a 2000, o gasto total médio se situou em R\$ 10.270 milhões, aproximadamente 37,1% superior ao gasto médio verificado na década anterior. Influenciaram esses valores as despesas realizadas durante o período 1995 a 1998, período quando houve as privatizações de empresas estatais e públicas do Estado¹.

Com relação à rubrica pessoal que, como vimos neste trabalho, comporta os gastos pela sua natureza sendo, portanto, irrelevante se são ativos, inativos ou pensionistas, tiveram um comportamento bem mais homogêneo que as demais rubricas.

No período 1971 a 1980, esses gastos apresentaram um valor médio de R\$ 1.926 milhões e com tendência crescente, atingindo o seu máximo em 1980, correspondente a R\$ 2.491 milhões, a preços de dezembro de 2000.

Na década de 80, as despesas com pessoal atingiram um volume médio de R\$ 3.145 milhões, 63,29% superior à média verificada na década anterior. Destaca-se, no entanto, que no período 1987-88 foram comprimidas em mais de 34,27% e que apesar de sua posterior recuperação no biênio seguinte, não retomou o volume de gastos efetivados no ano de 1986².

Para o período 1991 a 2000, as despesas médias com pessoal se situaram em R\$ 4.421 milhões, superior 40,5%, aproximadamente, em relação à média do gasto efetuada no período anterior. Essa também foi a década em que as despesas de pessoal mais apresentaram reduções de seus volumes quando analisadas ano a ano, apresentando um total de cinco taxas

¹ A rigor, a venda de ativos da administração indireta não interfere nas despesas da administração direta, senão para reduzi-las, situação em que os recursos obtidos sejam destinados para amortização da dívida pública. Para o caso específico do Estado do Rio Grande do Sul a venda significou recursos para ampliação dos gastos públicos, mantendo inalterado o estoque de dívida pública.

² Meneghetti Netto e Rückert (1994) observam que durante a gestão Pedro Simon, quando se procurou centrar esforços no equilíbrio orçamentário, no ano de 1988, apesar de as receitas terem caído, os gastos diminuíram ainda mais, principalmente com pessoal.

negativas. Com efeito, destacando-se os extremos da série: queda de 20,73% dos gastos no ano de 1991 e queda acumulada no biênio 1999-2000 de 9,57%.

O serviço da dívida é outro dos componentes agregados da despesa total que também apresentou, ao longo de toda a série, flutuações muito intensas. Com efeito, o valor gasto nesta rubrica no ano de 1980 foi aproximadamente 86 vezes superior ao do ano de 1971. Na década de 1970 o valor médio gasto pelo Estado com o serviço da dívida foi da ordem de R\$ 454 milhões.

Na década seguinte, o valor médio gasto a título de serviço da dívida foi de R\$ 1.467 milhões, destacando-se que os montantes crescem até atingir um máximo de R\$ 2.341 milhões no ano de 1987 para então se reduzir nos dois anos seguintes, quando perfazem os valores de R\$ 697 milhões e R\$ 832 milhões, respectivamente.

A década de 90 apresentou um gasto médio do serviço da dívida de R\$ 1.582 milhões apresentando um crescimento de 2,3% sobre as médias apresentadas por esta rubrica na década anterior. Importante destacar que, nos dois últimos anos, a despesa com o serviço da dívida se reduz substancialmente por força da negociação da dívida mobiliária do Estado com a União³.

Os investimentos atingiram um volume médio durante a década de 70 da ordem de R\$ 794 milhões representando, aproximadamente, 18% dos gastos totais do Estado. Esta relação, no entanto, não se mantém, reduzindo-se para 13% nas décadas seguintes.

No período 1981 a 1990, os gastos com investimentos elevaram-se para R\$ 1.546 milhões, superior 23,9% sobre a média apresentada na década anterior.

Para a década de 90, a média situa-se em R\$ 1.300 milhões, grande parte explicada pelos volumes alocados ao longo dos anos de 1996 a 1998.

Fato a destacar, é a relação, quase que inversa, entre os gastos com investimentos e os relativos ao serviço da dívida. O período que vai de 1971 a 1977 ilustra bem isso - há uma aceleração nos gastos com o serviço da dívida e uma desaceleração nos de investimentos. Para o restante da série, o Gráfico 5 identifica melhor esses movimentos.

³ Sobre esse fato, cabe uma observação: as despesas com o serviço da dívida não representavam efetivo descaixe para o Tesouro do Estado, uma vez que seus custos de colocação e remuneração eram incorporados ao preço do título público emitido (LFTRS). A partir da negociação da dívida mobiliária do Estado do Rio Grande do Sul com a União tais custos passaram a efetivamente representar descaixe ao Tesouro do Estado.

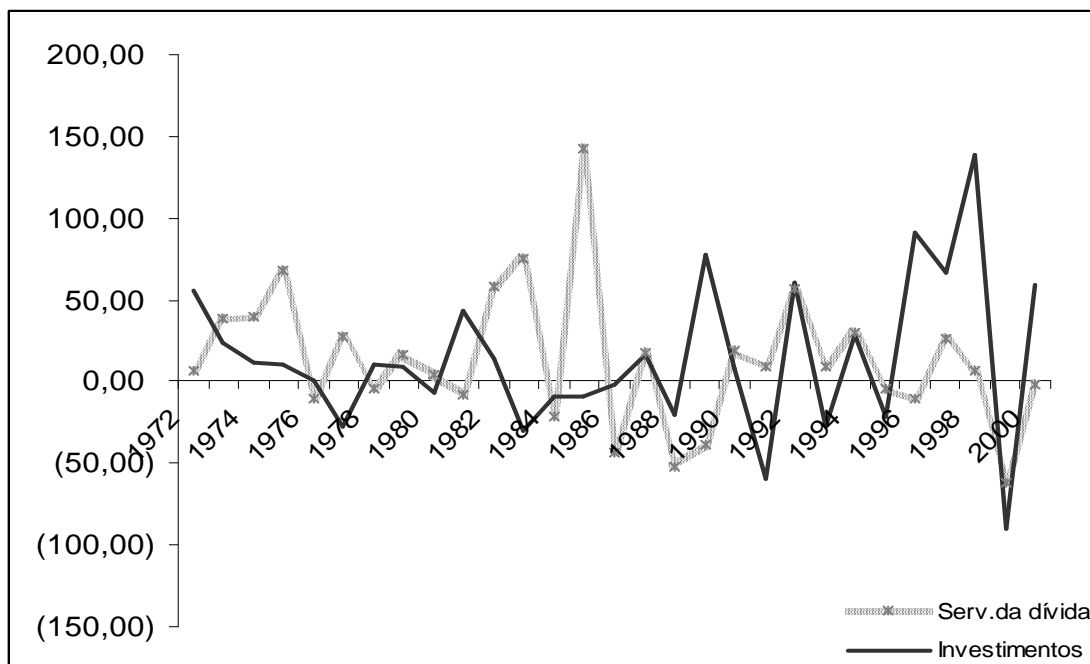


Gráfico 5 – Taxas Médias de Crescimento do Serviço da Dívida e do Investimento
(1971-2000)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AB.

Os gastos com manutenção apresentaram durante a década de 70 valores médios de R\$ 1.161 milhões, participando com 27%, aproximadamente, dos gastos totais do Estado. Na década seguinte, embora os gastos médios tenham se elevado a R\$ 1.813 milhões, importando num aumento médio de 56%, sua participação na despesa total se reduziu para 24%, aproximadamente.

Na década de 90, os gastos médios de manutenção atingem R\$ 2.966 milhões com um aumento médio de 63,5%, recuperando a perda relativa ocorrida na década anterior.

3.3 A EVOLUÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES DOS GASTOS CONSOLIDADOS NA DESPESA TOTAL

Pela leitura do Apêndice U e visualização do Gráfico 6, observa-se que as décadas apresentaram mudanças substanciais nas participações dos agregados, quando medidos em relação à despesa total.

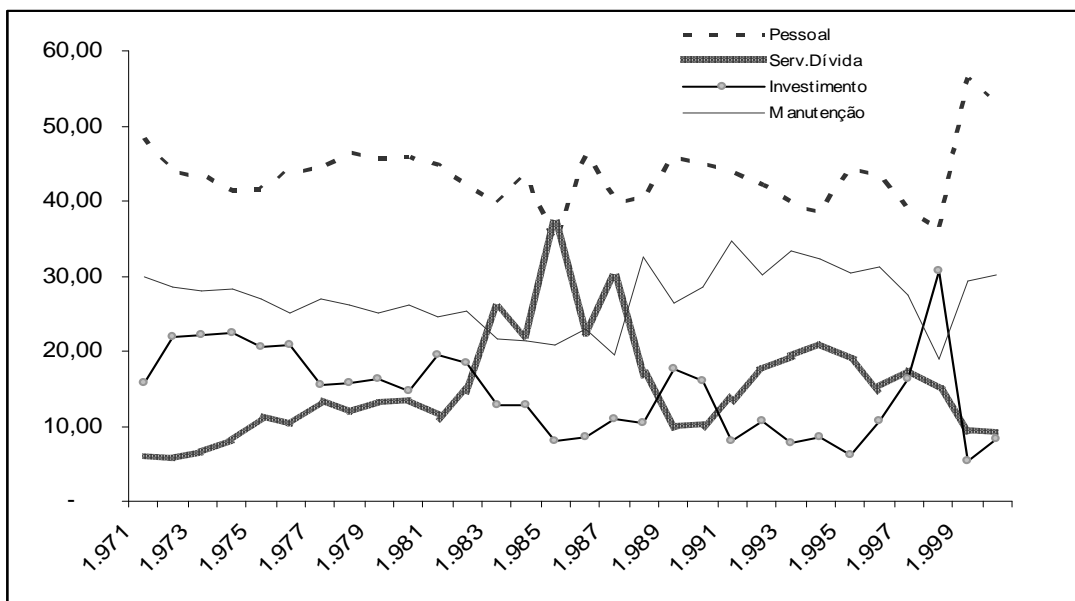


Gráfico 6 – Participação na Despesa Total dos Gastos Consolidados (1971-2000)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AO.

O Gráfico 6 mostra de forma clara o avanço do serviço da dívida sobre as despesas totais do Estado e que essas participações foram crescentes na década de 70. Em 1971, esses gastos representavam 6,0% dos gastos totais. Ao final desta década, passam a representar 13,30%, aproximadamente. As despesas de manutenção, por sua vez, foram as que mais perderam participação e, de forma consistente, também, ano a ano. Em 1971 os gastos com manutenção representavam aproximadamente 30,0% dos gastos e, ao final da década participavam com 26,1%. As despesas com pessoal mostraram um duplo comportamento ao longo desta década. No primeiro quinquênio, há uma forte redução da participação destes gastos na despesa total de 48,2% para 41,5%. Na segunda metade da década, inicia-se uma recuperação, sendo que em 1980 passa a representar 45,7% dos gastos totais do Estado.

No que tange às despesas com investimentos, estas apresentaram ao longo dessa década os níveis mais elevados de participação no gasto total, quando considerado todo o período de 1971 a 2000. Com efeito, os anos de 1972 a 1976 foram aqueles em que as despesas apresentaram, sucessivamente, participações na despesa total superiores a 20% (Apêndice U).

Na década de 80, o serviço da dívida continuou a crescer e a representar mais no gasto total do Estado chegando a atingir 36,71% das despesas totais do Estado no ano de 1985. De 1988 a 1990 caem substancialmente, encerrando a década com 10,10% de participação. As

demais rubricas, de modo geral, perdem participação. Despesas com pessoal, por exemplo, que no início dos anos 80 participavam com 44,79%, tem sua participação reduzida para 34,4% no ano de 1985. Mas, é a partir de 1986, com a redução do serviço da dívida que as demais despesas iniciam sua recuperação.

No período 1990 a 2000, o serviço da dívida volta a crescer, reduzindo-se a partir de 1999, inclusive. Além dessa, outro componente do gasto público que reduziu sua participação foram as despesas com manutenção, embora a recuperação do último triênio seja função da queda dos serviços da dívida. As despesas com investimentos atingem o seu máximo em 1998 correspondendo a 30,6% do total do dispêndio público, processo de recuperação que se inicia desde 1996. No entanto, nos anos de 1999 e 2000 essas participações caem para 5,2% e 8,1%, respectivamente. Despesas com pessoal, que passam a representar acima de 50,0% a partir de 1999, inclusive, explicam-se, não tanto pelos valores envolvidos, mas, fundamentalmente, pela perda de relevância do serviço da dívida no total da despesa pública (Apêndice U).

Portanto, com base na leitura dos parágrafos anteriores, observa-se que as alterações na composição do gasto total deram-se em todos os seus componentes ao longo das três décadas. Por outro lado, também se observa que a maior expansão do serviço da dívida fez com que as categorias restantes reduzissem sua participação principalmente ao longo dos anos de 1971 a 1987 e, a partir de então, os ganhos, exceção aos gastos com investimentos no ano de 1998, são quase que exclusivamente explicados pela perda de participação relativa da variável serviço da dívida.

3.4 O COMPORTAMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Como vimos anteriormente as despesas com pessoal, no acumulado do período 1971 – 2000, apresentaram um crescimento acumulado de 307,6%, superando em 12,7% o crescimento apresentado pelas despesas totais. Contudo, no período de 1971 a 1998, inclusive, o crescimento da despesa com pessoal é sempre inferior ao crescimento da despesa total (Apêndice AB).

Esse fato é melhor observado ao analisarmos as médias de participação do agregado despesas com pessoal como proporção da despesa total onde se verifica que sua participação se reduziu de 44,4% na primeira década para 43,0% nos anos noventa. O ganho de participação no último biênio dos anos noventa, embora implique em ampliação das despesas

de pessoal nas despesas totais, não se configura, na devida proporção, como uma ampliação desses gastos, senão pela redução do serviço da dívida. O ano de 1998 ilustra bem esse fato: embora as despesas com pessoal tenham se reduzido em 4,14%, sua participação nas despesas totais se elevou para 56,9% (Apêndices U e AD).

Para compreender o real comportamento do agregado despesa com pessoal e formular hipóteses sobre sua trajetória urge desagregá-lo em seus principais componentes.

3.4.1 Despesas com Pessoal Ativo

As despesas com pessoal ativo representam o principal componente do agregado despesas com pessoal. Entretanto, ao longo da série 1971 - 2000 têm reduzido sua participação no total dessa rubrica. Em 1971 correspondia a 75,5% do total do gasto. Em 2000, esse percentual se reduziu a 57,3% evidenciando que seu crescimento foi inferior ao crescimento apresentado pelo total da despesa com pessoal. Com efeito, ao longo do período 1971 a 2000 o crescimento dessa rubrica correspondeu a 209,2% enquanto o da despesa de pessoal total correspondeu a 307,6% (Apêndices V e AA).

Isso fez com que, ao longo das três décadas, a participação média no gasto total com despesa de pessoal tenha se reduzido, apresentando o seguinte comportamento: i) na década de setenta correspondia a 76,9% do gasto; ii) na década de oitenta a 67,3% e; iii) no período 1991 a 1999 esse percentual se reduziu a 58,6%, em média.

Outra forma de dimensionar as despesas com pessoal ativo, é considerá-las como função da população do Estado do Rio Grande do Sul. A relação população - número de matrículas do pessoal ativo, excluídos os militares, apresentou entre os anos 1975 e 1980 uma relação de 1 servidor⁴ para 74 pessoas residentes no Estado. Na década de oitenta, essa relação caiu para 65 e, ao longo dos anos 90 correspondeu em média a 1 servidor para cada 58 pessoas residentes no Estado.

Esse fato parece indicar que as despesas com pessoal ativo que cresceram cerca de 95% no período 1975, inclusive, até 1999, em valores constantes de dez/2000, e que também cresceram em número de servidores (incremento médio de cerca de 77,09) também, cresceram na relação pessoal ativo-população. Isso, sem levar em conta o grau de tecnologia

⁴ Admite-se, para tanto, que cada servidor possua um único número de matrícula funcional junto à Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul.

absorvido pelo setor público e métodos gerenciais desenvolvidos ao longo dos anos que desburocratizaram e deslocaram pessoal para atividades fins do Estado, ressalvando que somente uma análise mais profunda, que leve em conta atividades fins e meio, interiorização dos serviços prestados, elevada especialização em serviços sociais e, outros métodos de avaliação do setor público, é que realmente podem validar essa interpretação.

Não sendo objetivo deste trabalho vincular despesas a receitas entretanto, faz-se mister mencionar a respeito da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000), no que tange aos limites impostos às despesas com pessoal. O art.19 dessa lei define como regra, que a fixação dos limites às despesas totais com pessoal obedecerá teto máximo de 60% da receita corrente líquida.

Essa imposição poderá implicar para o futuro um contingenciamento dessa rubrica pela limitação à adequação, ou ao desempenho da receita corrente líquida e, também servir de anteparo para reivindicações salariais. Sobre esse aspecto, Bordin comenta:

A posição técnica sobre o mérito do conteúdo da lei parece variar de acordo com as conveniências. Com efeito a Lei de Responsabilidade Fiscal, que passou a ser uma camisa de força para as despesas de pessoal, tem sido muito bem recebida pelos administradores preocupados com o equilíbrio fiscal. Mais fácil do que prospectar alternativas de incremento na arrecadação, menos desgastante do que cortar privilégios tributários dados ao grande empresariado, concebidos na forma de benefícios fiscais e financeiros, é utilizar o novo regramento como escudo contra as demandas salariais. (BORDIN, 2002).

Outro ponto a destacar é sobre o entendimento de vários tribunais de contas estaduais que têm emitido posição sobre seu entendimento da exclusão das despesas com inativos para verificação do teto fixado pela LRF.

3.4.2 Despesas com Pessoal Inativo

As despesas com pessoal inativo foram, dentre as despesas que compõe a despesa de pessoal, as que mais cresceram ao longo dos anos 1971 a 2000. Com efeito, em 1971 essas despesas correspondiam a 22,8% do gasto total com pessoal e, no ano 2000, elevaram-se para 38,6%, embora, desde 1997 venham apresentando sucessivas reduções (Apêndices AA e AD).

Ao longo das três décadas, a participação média das despesas com pessoal inativo no gasto total com despesa de pessoal apresentou o seguinte comportamento: i) na década de setenta correspondia a 20,3% do gasto; ii) na década de oitenta a 30,3% e; iii) no período 1991 a 1999 esse percentual ampliou-se para 38,4%, em média.

Tabela 4
Participação Média dos Componentes da Despesa de Pessoal (1971-2000)

Períodos	Ativos	Inativos	Pensionistas	Salário-família
Década de 70	76,92	20,30	0,99	0,87
Década de 80	67,31	30,30	1,23	0,54
Década de 90	58,62	34,48	1,06	0,68

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice V.

A relação população - número de matrículas do pessoal ativo, excluídos os militares, apresentou entre os anos de 1975 a 1980 uma relação de 1 servidor para 336 pessoas residentes no Estado. Na década de oitenta, essa relação caiu para 222 e, ao longo dos anos 90, correspondeu em média a 1 servidor aposentado para cada 136 pessoas residentes no Estado. Essa relação, contudo, não se mostra de muito valia, porque implica na análise de várias outras variáveis em conjunto como, por exemplo, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, pirâmide etária, etc. No entanto, é fato que quase 1% dos residentes no Estado do Rio Grande do Sul são servidores inativos custeados pelo erário estadual.

A relação entre pessoal ativo e inativo serve como indicador daquilo que o Estado remunera a seus servidores e o que se traduz em efetivo serviço prestado. Essa relação indica que, na média, entre os anos de 1975 e 1980 essa relação era, em números arredondados, de 5 servidores ativos para cada servidor inativo; entre os anos 1981 a 1990 esta média se reduziu para 3 servidores ativos para cada inativo e, entre os anos 1991 a 1999 a média se situou ao redor de 2 servidores ativos para cada servidor inativo.

3.4.3 Despesas com Pensionistas e Salário-Família

Os gastos do Estado a título de pagamento a pensionistas e salário-família conforme se observa pelo Apêndice AP, cresceram, em termos reais, 130,4% e 101,6%, respectivamente para o período 1971 a 2000.

Ao longo das três décadas, a participação média no gasto total com despesa de pessoal das despesas com pensionistas e salário-família correspondeu, respectivamente, a: i) na década de setenta a 0,99% e 0,87% ; ii) na década de oitenta a 1,22% e 0,54% e; iii) no período, 1991 a 2000 a 1,05% e 0,67%.

Não obstante, as despesas com pagamento de pensões não serem significativas, representando menos de 2% da despesa total com pessoal, existe a preocupação que, no futuro, em função do número de inativos, da expectativa de vida maior para as mulheres e, da garantia constitucional da integralidade dos vencimentos, de que seus valores passem a representar mais na despesa total com pessoal.

3.5 DÍVIDA PÚBLICA

Um conceito para a dívida pública seria a contrapartida de um financiamento de um projeto público quando este é financiado através de emissão de títulos, como alternativa ao financiamento via tributação. Bordin (1985) coloca que a dívida pública é abordada como um instrumento de captação de recursos de que se vale o Estado para a realização de investimentos e outras despesas de capital que visem ao fomento das atividades produtivas.

A essa opção, o Estado se vale de escolhas quanto à origem dos recursos de financiamento e quanto à base da dívida. Quanto à opção pela origem dos recursos, a mesma pode ser externa e interna. Quanto à base do empréstimo, isto é, se o empréstimo foi feito através de assinatura de um contrato ou da emissão e colocação de títulos públicos, tem-se a dívida por contratos e a dívida por títulos.

No que concerne a prazos, a dívida se classifica em dívida de curto prazo, ou flutuante, quando o período de amortização ou resgate não ultrapassar 12 meses e, em dívida de médio e longo prazo, ou fundada, quando o período de amortização ou resgate for superior a 12 meses. Ao primeiro prazo, ou flutuante, as operações de crédito se destinam a suprir as necessidades

imediatas de caixa. Ou seja, as operações de crédito para antecipação de receita orçamentária. O segundo grupo, ou fundada, abrange as operações de crédito destinadas a sanar os desequilíbrios orçamentários e a financiar projetos cujo montante de recursos necessários seria superior aos recursos existentes, num dado período.

A interpretação da dívida pública, objeto deste item, será abordada segundo alguns indicadores que sirvam para quantificar o tamanho e a evolução da mesma. Com relação ao tamanho da dívida, a análise será definida em termos absolutos e relativos. O seu tamanho em termos absolutos refere-se ao valor do saldo devedor em um determinado ano. O seu tamanho em termos relativos será medido pela relação entre o valor de seu saldo devedor em um determinado ano ou período e o valor de uma variável econômica, como o PIB pm RS, por exemplo. A carga da dívida em termos absolutos, refere-se ao montante de recursos utilizados para saldar os compromissos da dívida, tais como juros e amortização, num dado período. E em termos relativos, a relação entre os compromissos da dívida com a despesa total.

3.5.1 Serviço da Dívida

O serviço da dívida é composto de juros, amortizações e encargos calculados sobre o estoque da dívida pública.

O Apêndice U demonstra que ao longo do período 1971 a 1998 o serviço da dívida cresceu em valores constantes de R\$ 158,07 milhões para R\$ 2,330 bilhões correspondendo a um crescimento acumulado no período de 1.474%, superior quase duas vezes ao crescimento da despesa total no mesmo período, o que nos remete a uma nova colocação que se faz necessária, qual seja, a de que o crescimento superior dos serviços da dívida em relação à despesa total fez com que se alterasse o relativo de participação dos demais integrantes na composição da despesa total.

O serviço da dívida medido como proporção do PIB pm RS (Apêndice AK) representou nas décadas aqui abordadas o que segue: i) na década de 70 o serviço representou o equivalente a 1,52% do produto; ii) na década de oitenta esse percentual se elevou para 5,17%.; iii) na década de noventa correspondeu a 5,29% do produto .

Essa transferência de renda aos detentores de títulos sugere que o crescimento havido das despesas públicas ao longo da “década perdida” deu-se exclusivamente por esta variável,

afastando a hipótese de que a ampliação dos gastos possa ter alguma conotação de sustentação da demanda através da implementação de uma política econômica anticíclica.

Tabela 5
Participação Média do Serviço da Dívida no PIB pm RS

Período	Serviço da Dívida	Amortização	Juros	Encargos
Década de 70	1,52	0,03	0,02	0,02
Década de 80	5,17	0,02	0,02	0,02
Década de 90	5,29	0,05	0,01	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice AK.

Como vimos anteriormente, a expansão dos gastos com o serviço da dívida determinou mudanças nos relativos de participação dos agregados analisados neste capítulo.

Entre seus componentes, também se observa essa alteração (Tabela 6). Na média, suas participações foram: i) na década de setenta a parcela de amortização representava 46,3% do serviço da dívida, juros e encargos, 27,8% e 25,7%, respectivamente; ii) na década de oitenta a parcela de amortização representava 43,7% do serviço da dívida. Juros e Encargos compunham com 29,7% e 26,5% de participações, respectivamente. Fato a destacar é a relevância que os pagamentos com juros adquirem na participação do serviço da dívida nesta época ; iii) na década de noventa, como decorrente da renegociação da dívida mobiliária do estado a parcela de amortização passou a representar 84,4%. Juros e Encargos, 13,1% e 2,4%, respectivamente.

Tabela 6
Serviço da Dívida – Médias de Participação dos Principais Componentes

Período	Serviço da dívida	Amortização	Juros	Encargos
Década de 70	100,0	46,36	27,84	25,79
Década de 80	100,0	43,77	29,72	26,51
Década de 90	100,0	84,41	13,17	2,42

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice W.

3.5.2 Amortizações, Juros e Encargos

As amortizações do serviço da dívida cresceram em termos reais em cerca de 449,0% entre os anos de 1971 a 1980. No período 1981 a 1990, obtiveram uma expansão real de aproximadamente 180,9% e, no período 1991 a 2000, decresceram em termos reais o equivalente a 17,0%, lembrando que até 1998 o crescimento acumulado correspondeu a uma expansão de cerca 207,3% (Apêndice AF).

No que tange às dívidas fundada interna e fundada externa verifica-se, com base no Apêndice X, que, há predominância da dívida interna sobre a externa. Em média, na década de 70, do total amortizado 92,11% se referiu à dívida fundada interna; na década de 80, esse percentual atingiu 91,04% e, nos anos 90, correspondeu a 97,51% (Apêndice X).

Destaca-se que a renegociação da dívida do Estado em 1998 acarretou alterações nos percentuais de amortização entre as dívidas fundada interna e externa. Com base no Apêndice X verifica-se que a redução das parcelas de amortização fez com que a amortização com a dívida fundada externa passasse a representar cerca de 7,0% do total amortizado anualmente.

As despesas com juros corresponderam em média a 27,8% do total do serviço da dívida ao longo da década de 70. Na década de oitenta, esse percentual se eleva para 29,7% e nos anos noventa se situa em 13,1% do total do serviço da dívida. Destaca-se que, a partir da

renegociação da dívida do Estado, esse percentual tende a se situar próximo aos 25% do serviço da dívida, fato já observado para os anos de 1999 e 2000, conforme Apêndice W.

Sobre a evolução dos seus valores, observa-se, conforme Apêndice Y, que até 1987 há uma relativa predominância dos juros incidentes sobre a dívida fluante, apesar de que em alguns anos isolados isso não ocorra. A partir de 1988, entretanto, há uma redução desses percentuais, sendo a dívida fundada interna a preponderante como base incidente. Com efeito, a partir de 1987 esses percentuais passam a representar valores próximos a 70,0%. Esse fato é perfeitamente explicado pelo Apêndice BR onde se vê que, até 1974, há predominância da dívida fluante sendo que nesse período representa em média 71,47%. A partir de então, os percentuais passam a reduzir-se chegando ao final dos anos noventa próximos aos 9,0%.

Com relação aos encargos, o Apêndice Z informa que a quase totalidade se refere à dívida fluante. No entanto, a partir de 1999, inclusive, a inexistência dessas despesas relativas à dívida fluante, impôs nova redistribuição, sendo que a dívida interna passa a representar cerca de 70,0% desse encargo.

3.5.3 Composição da Dívida Pública

Como reforço ao item anterior, apresentamos a análise do ponto de vista de seu estoque, da evolução e composição da dívida pública do Estado do Rio Grande do Sul.

A Lei 4.320/64 estabelece a classificação da dívida segundo o prazo de amortização em dívida fluante e fundada. Temos como dívida fluante, ou de curto prazo, aquela formada pelas operações de crédito para antecipação de receita e para financiamentos de caixa. Para a dívida fundada, ou de médio e longo prazos, como aquelas decorrentes de financiamento ou empréstimos - mediante a celebração de contratos, emissão e aceite de títulos ou concessão de quaisquer garantias - que representem compromisso assumido em um exercício para resgate em períodos subsequentes - com o objetivo de cobrir déficits orçamentários ou para financiar obras e serviços - e é classificada como externa ou interna de acordo com a origem dos recursos.

O estoque apresentou um crescimento de cerca de 1.353,3% no período de 1971 a 1998, o que representa um crescimento médio anual de cerca de 17,0%.

A título de ilustração, sem significado aparente, é o crescimento da dívida pública com relação ao crescimento da despesa total. Em 1971 a dívida representava 51,3% do total da

despesa anual da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul. Essas relações são crescentes ao longo de toda a série sendo que, a partir do ano de 1983 passam a equivaler a mais de 100,0% do total da despesa anual do Estado tendendo a partir daí, a se estabilizar em cerca de dois orçamentos (Apêndice BR).

Com relação a sua composição, é possível fazer algumas considerações: i) no período 1971 a 1974 há predominância da dívida flutuante, com uma participação média de 71,47%; ii) no período 1975 a 1982 a dívida fundada passa a responder pela maioria da composição da dívida pública, indicando uma sensível melhora em sua administração; iii) de 1983 a 1987, embora com predominância da dívida fundada, as taxas de expansão da flutuante foram superiores e; iv) ao longo da série há o predomínio da dívida interna sobre a externa.

3.6 GASTOS COM MANUTENÇÃO

As despesas com manutenção abrangem o conceito de despesas correntes, excluindo-se das mesmas, as despesas referentes a encargos da dívida, com transferências a pessoas, com gasto de pessoal e com obrigações patronais.

A esse conceito, foi possível abordá-lo sobre dois aspectos: o de manutenção própria e o de manutenção com transferências. Ao primeiro, estão associadas as despesas com manutenção da máquina do Estado, compreendendo as despesas de custeio, com exceção àquelas referentes a despesas com pessoal. Ao segundo conceito, o de manutenção com transferências, entende-se com sendo as despesas que efetuadas pela administração direta do Estado do Rio grande do Sul não correspondem à contraprestação direta em bens e serviços, inclusive contribuições e subvenções para atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado. Tal conceito refere-se, em parte, aquele apresentado na Lei 4.320/64, no tocante às transferências correntes, mas, com a exclusão dos gastos efetuados com o serviço da dívida e com transferências a pessoas.

Em seu conjunto, e com base no Apêndice BP, é possível observar que as despesas com manutenção corresponderam ao gasto de R\$ 787 milhões em 1971, em valores constantes, e de R\$ 2.962 milhões em 2000, o que indica um crescimento acumulado nesses trinta anos de, aproximadamente, 276,0%.

Com relação à participação relativa no total das despesas do Estado e, com base no Apêndice U, observa-se que ao longo da década de 70 houve perda de participação. Com

efeito, em 1970, a participação das despesas com manutenção representavam 29,86% do total das despesas da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul e, em 1980, esta se reduziu para 26,15%, apresentando uma queda acumulada de aproximadamente (12,42%).

Na década de 80, no entanto, há uma recuperação de sua participação, principalmente no último triênio, fato que também pode ser observado pela análise do Apêndice U onde, embora na média da década essa participação se situe ao redor dos 24,3%, a participação nas despesas totais elevou-se para 28,63% em 1990.

No período 1991 a 2000 a média situa-se em 29,78% do total das despesas, sendo que em sete dos dez anos apresenta participação superior a 30%.

Com relação à participação no PIB pm RS (Apêndice AH) temos que na década de setenta, há uma perda de participação que entre os extremos década representam aproximadamente (22,81%). Todavia, essa redução deve-se, conforme visto no capítulo primeiro, ao ritmo do crescimento das despesas ter sido inferior ao crescimento do produto, ambos considerados para o mesmo período.

Na década de 80, ocorre o contrário, a despesa se expande e o produto, praticamente estagnado, possibilita uma ampliação no PIB pm RS em 59,25% passando a representar 3,44% do PIB pm RS.

Na década de 90, o crescimento acumulado atinge 42,32% o que leva as despesas com manutenção a representar em média cerca de 3,40% do PIB pm RS. Destaque para o ano de 1988 onde os demais agregados se expandiram a taxas superiores fazendo com que a queda de participação sobre o ano de 1997 se situasse ao redor de 10,77%.

Desagregando em seus principais componentes, mostramos a seguir os movimentos ocorridos com as despesas com manutenção própria e com manutenção de transferência.

3.6.1 Manutenção Própria

Uma vez definido o conceito de manutenção própria, como visto em parágrafos anteriores, cumpre explicar sua evolução ao longo da série aqui abordada.

As despesas com manutenção própria, conforme Apêndice BP, cresceram, ao longo da série 1971-2000, 46,16% representando aproximadamente um sexto do crescimento das despesas totais com manutenção.

A partir desse fato, fica claro que as despesas com manutenção própria pouco representaram na expansão das despesas totais com manutenção, apesar do movimento de expansão ocorrido nos anos de 1996 e 1997, conforme Apêndice BP.

Como reforço, o Apêndice AQ demonstra claramente a perda de representatividade dos gastos com manutenção junto ao total. Em 1971 representava 23,29% do total dos gastos com manutenção para, atingir 9,04% no ano 2000.

Esse fato também se refletiu com relação a outros indicadores selecionados. Conforme a Apêndice BQ, as despesas com manutenção própria se reduziram durante toda a série em 2,59%, quando consideradas em sua relação com a população gaúcha. Esse gasto que em 1971 equivalia a R\$ 27,00 por habitante, em valor constante, passou a representar no ano 2000 o valor equivalente a R\$ 26,30.

Com relação a sua relação no PIB pm RS também não foi diferente. Em 1971, conforme Apêndice AQ, representou 0,61% deste, passando a deter praticamente a metade no ano 2000.

Apesar da tendência declinante ao longo da série, destacamos dois períodos de crescimento que julgamos relevantes: i) no período 1971 a 1975 as despesas com manutenção própria representavam no conjunto do agregado despesas com manutenção uma participação média de 29,44% sendo, que nos anos de 1973 a 1975 esse percentual ultrapassa os 30,00%; ii) nos de 1996 e 1997 há, efetivamente, uma acomodação do patamar dessas despesas situando-as pouco acima dos 20,00%, aproximadamente, de participação na despesa total com manutenção.

3.6.2 Manutenção com Transferências

As despesas com manutenção de transferências efetivamente foram as que deram impulso às despesas com manutenção. Entre o período 1971 a 2000 cresceu, em termos reais, o equivalente a 346,36%.

No que se refere a sua evolução de participação no total dos gastos com manutenção, é possível afirmar que apresenta um comportamento inverso ao ocorrido com a manutenção própria. Os Apêndices U Q e BQ permitem verificar esse comportamento: i) no período 1971 a 1980 ampliou a sua participação no total das despesas com manutenção em 5,57%, passando a corresponder a 80,99%. Na média, participou com 73,36% devido, principalmente, a

ampliação dos gastos com manutenção própria ocorrida entre os anos de 1972 e 1973; ii) nas décadas seguintes, o ritmo de ampliação no total das despesas com manutenção ocorreu com taxas próximas às verificadas no período 1971 a 1980.

Com relação à participação no PIB pm RS esta se reduz em 18,81%, na década de setenta, passando a participar com 1,64%, apesar do crescimento real de seus gastos da ordem de 80,81% (Apêndices U e BQ). Em termos per capita, esse comportamento acusou um crescimento de 66,7% totalizando em 1980 R\$ 148,28, a preço de dez/2000, por habitante do estado.

Na década de oitenta, a ampliação em 78,6% no PIB pm RS (2,93% de participação em 1980, conforme Apêndice BQ) deveu-se, tanto pela ampliação dos gastos, quanto pelo comportamento do produto nesse período. Em termos per capita, a ampliação dos gastos, medidos em valores constantes de dez/2000, de 65,28% significou um acréscimo per capita de aproximadamente 50,00% passando a representar R\$ 222,04 no ano de 1980.

Nos anos noventa, a média de participação no PIB pm RS, de acordo com O Apêndice BQ, situou-se em cerca de 2,95% superior aos 2,17% da década anterior.

De relevante, cabe destacar: i) a superioridade dos gastos de manutenção com transferências sobre os gastos com manutenção própria; ii) que esse fato se intensifica a partir do segundo quinquênio da década de setenta e; iii) há uma tendência de que esses se situem em patamares médios superiores a 85,0%.

3.7 INVESTIMENTOS

Embora já abordado no início deste capítulo, julgamos necessário destacar que o conceito dos investimentos é mais abrangente daquele visto no Capítulo 2. Aqui, mede-se o investimento como resultado das despesas de capital menos as amortizações da dívida pública. Ou seja, inclui a rubrica investimentos do Capítulo 2, a rubrica inversões financeiras e as transferências de capital excluindo-se destas as parcelas referentes à amortização da dívida.

É natural, portanto, que a análise feita sob novas bases, incorpore novas interpretações, evoluções, dinamismo, participações e valores.

Nesse conceito, os investimentos apresentaram um crescimento acumulado entre os anos de 1971 a 2000 da ordem 91,74%. Em termos médios, o período 1971 a 1980 apresentou

um crescimento acumulado de 92,52% fazendo com que sua participação no total do gasto correspondesse a 18,56% em média. No tocante à participação no PIB pm RS, esta correspondeu em média a 1,56% superior, portanto, aos 11,41% da participação referente ao ano de 1971. Excetuando o serviço da dívida, o investimento, por esse conceito, também apresentou ganho de participação sobre o produto. Destaca-se o período de 1971 a 1976 como o de maior volume, em termos percentuais, com relação à despesa total, de investimentos de toda a série analisada (Apêndices U e AJ).

No período de 1981 a 1990, o volume médio das despesas alocadas em investimentos foi inferior 30,22% em relação à década anterior. Com relação ao PIB pm RS a média reduziu-se de 1,56% da década de 70 para 1,40% nesta década. Com relação a sua participação na despesa total, esta correspondeu na década de 80 a 14,97%, inferior 19,37% à participação média apresentada na década anterior. Destaca-se o biênio 1985-1986 que apresentou neste intervalo uma forte redução dos investimentos fazendo com que a participação nas despesas totais se reduzisse para 7,97% e 8,42% respectivamente para 1985 e 1986.

No período de 1991 a 2000, excetuando os anos de 1997 e 1998, foram marcados por forte desaceleração dos investimentos públicos. Na média a década correspondeu a 11,21% inferior em 25,1% aos índices de participação na década anterior. O ano de 1999 é apresentado como o de menor participação dos investimentos na despesa total, equivalendo a 5,23%. Os anos de 1997 e 1998 foram os que apresentaram o maior volume de investimento da década correspondendo a aproximadamente R\$ 6.961 milhões ou, o equivalente a mais da metade dos investimentos totais da década, que corresponderam a R\$ 13 milhões. Com relação à participação no produto, este apresentou um crescimento médio de 5,64% sobre a participação média da década anterior, destacando que essa média foi influenciada, principalmente, pelos recursos alocados ao longo dos anos 1997 e 1998 (Apêndices U, Z, AB e AO).

Por último, os investimentos também podem ser avaliados em sua relação com as despesas com o serviço da dívida. O Gráfico 7 permite visualizar essa relação demonstrando que existe uma relação inversa entre as variáveis – quando a taxa de aceleração de uma rubrica se acelera a outra recua, embora não na mesma intensidade. Os anos de 1996 e 1997, como salientamos anteriormente, são excetuados desse comportamento porque, de um modo geral todos os componentes dos gastos públicos se elevaram fortemente nesse período variando, entretanto, na intensidade. Contudo, para o seguimento seguinte, 1999-2000, esta relação volta a ocorrer.

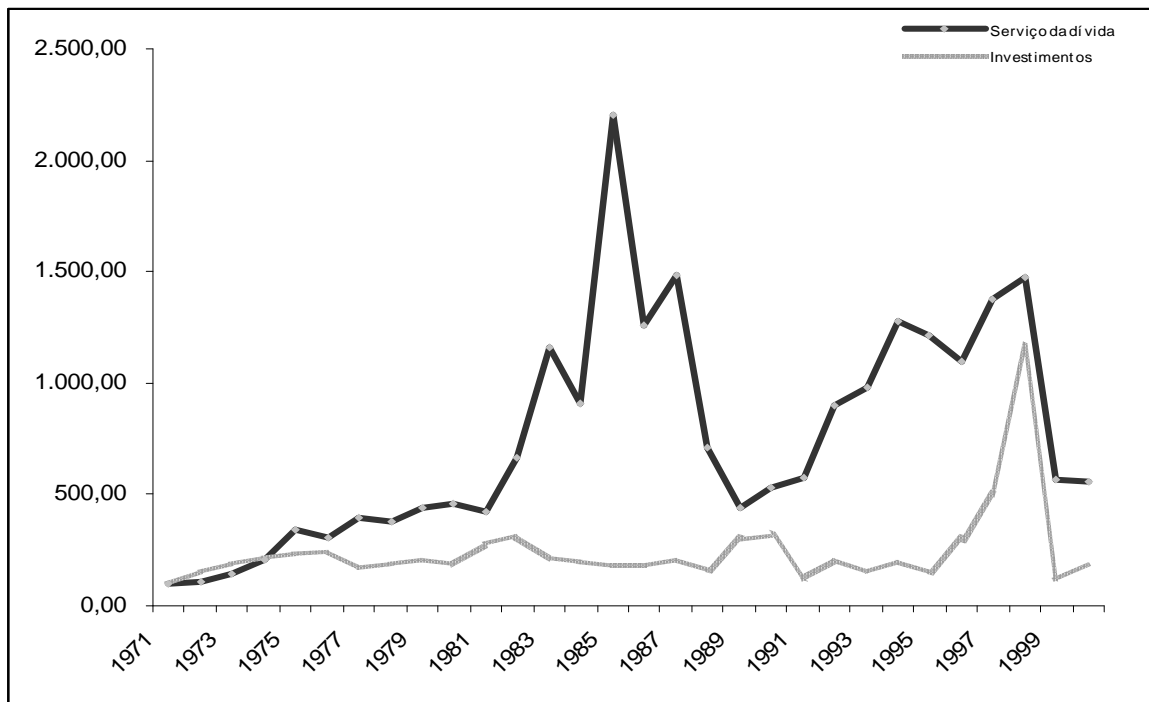


Gráfico 7 - Índices de Crescimento do Investimento e do Serviço da Dívida (1971=100)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AB.

3.8 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS GASTOS CONSOLIDADOS

Este capítulo pretendeu interpretar o dispêndio público por uma ótica de gastos consolidados onde foram agrupados os diferentes tipos de despesa, segundo a natureza a que estão intimamente ligados.

Assim sendo, e com base no Decreto Estadual nº 33.080/88, de 29 de dezembro de 1988 (RIO GRANDE DO SUL, 1988), é que se efetuou a análise da despesa total dividindo-a por grupos de despesas classificadas da seguinte forma: despesas com pessoal, gastos com investimento, serviço da dívida e despesas com manutenção.

Desta análise, emergiram as seguintes conclusões: i) com relação às despesas com pessoal observamos que as mesmas, se consideradas em sua totalidade, obtiveram um crescimento real de 307,6%, entre os anos de 1971 e 2000, superando em 12,07% o crescimento, no mesmo período, das despesas totais, salientando que esse comportamento, quando observada a totalidade da série mostra que no período de 1971 a 1998 a expansão das despesas com pessoal é sempre inferior à expansão verificada nas despesas totais. Dentre os

seus componentes é possível afirmar que as despesas de pessoal ativo cresceram abaixo da despesa total, uma vez que em 1971 representavam cerca de dois terços do total da despesa com pessoal e, no ano 2000, participam com pouco mais da metade. Por outro lado, notamos também que o grande responsável pela expansão das despesas com pessoal total foram as despesas referentes ao pessoal inativo. Esse crescimento foi de tal forma que em 1971 representaram 22,8% do gasto total com pessoal e no ano 2000 com 38,6% de participação. ii) no que se refere aos investimentos podemos observar que os mesmos se reduziram ano a ano. Mais ainda, que o mesmo não foi utilizado como instrumento de política econômica, no que se refere a uma política de manutenção de renda, fato que pode ser observado principalmente ao longo da década de oitenta e, que suas decisões subordinam-se aos volumes dos compromissos comprometidos com o serviço da dívida. Por outro lado, dada a mobilidade que possuem e a não obrigatoriedade de sua consecução pode-se considerar como uma variável de ajuste das contas do setor público; iii) as despesas com manutenção tiveram seu crescimento semelhante ao verificado nas despesas totais. Ao contrario do apresentado no capítulo anterior, ficou evidenciado que as despesas com manutenção não foram as responsáveis pelo crescimento das despesas totais, senão pela deteriorização do serviço público, uma vez que a garantia de seu gasto permite a prestação de um serviço melhor. Por outro lado, ao considerá-la segundo seus componentes, podemos afirmar que o comportamento das despesas com manutenção deve-se, quase que exclusivamente, à manutenção com transferências, uma vez que os gastos com manutenção própria do Estado tiveram o crescimento aproximadamente seis vezes inferior ao deste; iv) comprovou-se neste capítulo que o serviço da dívida foi o grande responsável pela expansão das despesas totais e que, em função disso determinou perdas às participações dos demais agregados. Com efeito, seu crescimento ao longo dos anos de 1991 a 1998 superou em cerca de duas vezes a expansão das despesas totais. Com relação à proporção que representa no produto esta, na década de oitenta, equivaleu a 5,17% o que, leva-nos a afastar a hipótese de que a ampliação da despesa pública em termos reais ocorrida nessa década tenha alguma conotação de sustentação da demanda, através da implementação de políticas anti-cíclicas. O Estado em verdade, ficou refém da sua dívida. Com relação ao estoque da dívida demonstramos que a dívida representava cerca da metade dos gastos totais da administração direta do Estado. Que esse percentual se eleva para os 100% no ano de 1983 e, estabiliza-se ao final da série em cerca de dois orçamentos anuais. Vimos também, que no período de 1971 a 1974 há o predomínio da dívida flutuante representando aproximadamente 71% e, que a partir de então a dívida fundada passa a responder pela maioria indicando uma

sensível melhora em sua administração. Ao longo da série observamos também que há o predomínio da dívida interna sobre a externa.

Uma vez definido por qual categoria se deu a expansão das despesas, procuraremos no capítulo a seguir demonstrar até que ponto esse crescimento da dívida influiu no serviço prestado à sociedade.

4 O ESTADO E A NATUREZA DA SUA ALOCAÇÃO

Neste capítulo, modificaremos a perspectiva utilizada para o entendimento da evolução da Despesa Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

No capítulo 2 utilizamos uma metodologia associada à Lei 4.320/64 que apresenta uma subdivisão econômica, onde encontramos a análise da evolução das despesas correntes e das despesas de capital, método vinculado à teoria keynesiana adotado pela maioria das organizações que trabalham com contas públicas. Como decorrência, chegamos a um entendimento do comportamento do crescimento das despesas públicas, vinculado a estes conceitos.

Como alternativa, no capítulo 3, construímos uma nova agregação conceitual das despesas públicas, com outra consolidação econômica por grupos de despesa, onde verificamos seu crescimento associado a outras variáveis que compõem esta agregação.

Nesse momento, pretendemos promover uma investigação da alocação da despesa pública tomando como perspectiva as classes sociais e a teoria marxiana.

Estamos cientes das dificuldades em que tal pretensão está envolvida, visto que não encontramos confiabilidade e nem facilidade na disponibilidade de dados com os novos conceitos, bem como, por nos basearmos no método de O'Connor (1977) utilizando um modelo de economia política, raramente empregado na abordagem das Despesas Públicas no Brasil.

Encontramos dificuldades na adaptação, ou melhor, de codificação do conjunto de conceitos com informações concretas do gasto público. Podemos entender, por isso, que deve ser tomada a necessária cautela com os resultados apresentados por esse capítulo.

Mas mesmo assim, a sua existência é perfeitamente justificada e necessária visto a perspectiva que aborda tanto pelo seu conteúdo quanto por sua relativa novidade.

4.1 O MÉTODO DE O'CONNOR

James O'Connor emprega uma metodologia de análise do Estado que se baseia na investigação histórica das origens e da natureza da receita estatal, e da alocação, em termos

de classes sociais, da despesa estatal. Sua análise é centrada no papel do Estado no processo de acumulação de capital.

Como resultado fundamental temos as seguintes tendências: a) o crescimento do Estado é, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de expansão do capitalismo monopolista e; b) a acumulação de capital social e despesas sociais é um processo contraditório que cria tendências e crises econômicas, políticas e sociais.

No seu método encontramos que a crise fiscal é uma tendência estrutural ao déficit no orçamento estatal que pode ser investigada através de uma análise histórica da relação entre receita agregada e despesa agregada.

A receita agregada pode ser expressa como a soma de impostos sobre o capital, impostos sobre o trabalho e outras fontes internas de receita estatal.

A despesa estatal deveria ser separada para capital e para trabalho, mas a classificação dos gastos oficialmente adotada não permite uma separação tão precisa entre as categorias.

Neste trabalho não pretendemos discutir a validade de duas tendências possíveis que poderiam decorrer de uma análise baseada na economia política clássica, nem buscaremos constatar a tendência estrutural à crise fiscal, mas notar o comportamento dentro desta ótica do gasto público.

O'Connor (1977) classifica os gastos do Estado como a soma de duas grandes contas: capital social e despesas sociais de produção. Acrescentamos uma terceira conta pela particularidade conjuntural do caso brasileiro, onde encontramos um gasto financeiro expressivo.

Capital Social é definido como o total de despesas do Estado requerido pela acumulação privada de capital. Subdivide-se em:

a) Investimento Social, que significa o montante de investimentos em projetos e serviços destinados a aumentar a produtividade de uma quantidade de trabalho e, fixados outros fatores, a aumentar a taxa de lucro;

b) Consumo Social, que significa o montante de gastos em projetos e serviços que diminuem os custos de reprodução do trabalho e, fixados outros fatores, aumentam a taxa de lucro.

Despesas Sociais de Produção representam o total de projetos e serviços requeridos para a manutenção da harmonia social e satisfazer a função “legitimadora” do Estado. Essas despesas não são produtivas, mesmo indiretamente.

4.1.1 Metodologia de Adaptação dos Dados Oficiais

Os dados oficiais relativos às despesas públicas são agregados a partir da classificação funcional – programática da Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Sua divulgação passa a ser obrigatória somente a partir de 1976 no Estado do Rio Grande do Sul. Isso significa uma redução na nossa série histórica do período de 1970 até 1974, pela inexistência de informações.

As componentes básicas de O'Connor (1977) resultaram como somatório das diferentes funções, ou seja, realizamos um novo conjunto de agregações como forma de aproximação da consolidação conceitual apresentada pelo autor. Para tanto, usou-se a metodologia empregada por Afonso e Souza (1977).

O Capital Social resulta da soma dos conceitos Investimento Social e Consumo Social, que se compõem especificamente de:

a) Investimento Social - O somatório das seguintes funções:

Transporte.

Indústria, comércio e serviços.

Energia e recursos minerais.

Desenvolvimento regional.

Comunicações.

Agricultura.

Educação.

b) Consumo Social - Compreende o somatório das seguintes funções:

Habilitação e urbanismo.

Saúde e saneamento.

Assistência e saneamento.

Assistência e previdência.

Trabalho.

As despesas Sociais compõem-se do somatório das seguintes funções:

Legislativo.

Judiciário.

Defesa Nacional e Segurança.

Administração e Planejamento, excetuando o programa Administração Financeira.

As Despesas Financeiras compõem-se do somatório dos sub-programas compreendidos no Programa Administração Financeira que é um dos Programas da Função Administração e Planejamento.

Por este critério, temos a distribuição do gasto público como: i) o Investimento Social tem a maior participação na despesa total com 57,38% em 1975 reduzindo para 46,80% da despesa total em 2000. O Consumo Social de 13,39% da despesa total em 1975 cresce sua participação para 23,18% em 2000. As Despesas Sociais se demonstraram mais estáveis com 21,11% da despesa total em 1975 e 21,06% em 2000, mantendo-se no mesmo patamar ao longo da série. As Despesas Financeiras, apesar de nos extremos da série se manter estável, com 8,12% da despesa total, em 1975 e 8,96% em 2000, ao longo da série apresenta períodos de maior participação como 40,62% em 1985, 29,62% em 1987, 28,16% em 1988 e 24,45% em 1998.

A média das participações (Tabela 7) indicaram que: i) para os investimentos sociais há uma queda contínua ao longo das três séries. No período 1975 a 1980 responde por mais da metade dos gastos do Estado e nas décadas seguintes se reduz para abaixo dos 40,0%; ii) as despesas com consumo social demonstraram um crescimento de suas participações médias na despesa total. Com efeito, elevam-se de aproximadamente 17% nos dois primeiros períodos para cerca de 23,50% no período 1991 a 2000; iii) as despesas sociais demonstraram relativa estabilidade sendo que nas duas últimas décadas participaram com 22,36% do total das despesas; iv) com relação às despesas financeiras, estas quase que dobraram sua participação entre os períodos 1975-80 e 1981-90. Na década seguinte, a média situou-se em 16,72% de participação na despesa total, influenciando esses valores os relativos após a renegociação da dívida – 1999 e 2000.

Tabela 7
Médias de Participação dos Componentes da Despesa Total

R\$ 1.000,00

Médias	Investimento Social		Consumo Social		Despesas Sociais		Despesas Financeiras	
75-80	2.624.779.	52,32	852.265	16,99	994.027	19,81	545.765	10,88
81-90	3.122.399	39,10	1.410958	17,67	1.785623	22,36	1.666.599	20,87
91-00	3.840.919	37,40	2.416057	23,52	2.296.317	22,36	1.717.442	16,72

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice AZ.

4.2 INVESTIMENTOS SOCIAIS

O'Connor (1977) definiu investimentos sociais como todos os gastos efetuados pelo Estado que contribuem para aumentar a produtividade do trabalho.

Fazem parte dessa análise os gastos efetuados com as funções transporte, indústria, comércio e serviços, energia e recursos minerais, desenvolvimento regional, comunicações, agricultura e educação e cultura.

Sobre a análise agregada das funções que compõe o total dos Investimentos Sociais, é possível fazer algumas considerações.

Os gastos com investimentos sociais foram, em valores constantes, de R\$ 2.800 milhões em 1975 e de R\$ 4.602 milhões para o ano de 2000, o que representou um crescimento acumulado de 64,30% neste período, repercutindo em uma taxa média de 1,93% ao ano.

As taxas de crescimento mais significativas ocorridas na série são: i) no período 1975 a 1978 ocorre redução de sua expansão com uma taxa média anual de (1,39% ao ano); no período 1995 a 1998 ocorre uma expansão de 14,48% em média, por ano considerado.

A sua composição apresentou pouca variação ao longo da série tendo com maior destaque a educação e cultura que evolui de 39,74% em 1975 para 45,64% em 2000; transporte reduz sua participação de 13,60% em 1975 para 7,51 em 2000; desenvolvimento regional cresce sua participação de 25,75% em 1975 para 38,25% em 2000 e, incompreensivelmente, o intitulado “estado com inclinação para agricultura” tem um irrisório

gasto com a função agricultura de 3,91% de participação no investimento social de 1975 evoluindo para 5,41% em 2000.

A média de participação dos gastos em investimentos sociais para o período 1975 a 1980 situou-se em R\$ 2.624 milhões a preços de dezembro de 2000. Para a década de oitenta esses valores elevaram-se para R\$ 3.122 milhões e para a década de noventa, alcançaram R\$ 3.840 milhões, 23,0% acima da média verificada na década anterior. Para esses mesmos períodos, a média de participação na despesa total correspondeu a 52,3%, 39,1% e 37,4%, respectivamente.

A perda de participação dos investimentos sociais no conjunto das despesas estatais significou que, apesar do seu crescimento médio real, os outros agregados se expandiram mais.

Essa perda de importância também se reflete quando consideradas outras variáveis como comparação. No que tange à participação no PIB pm RS (Tabela 8) tem-se que, excetuando os anos de 1990 e 1998, os demais apresentaram percentuais inferiores ao atingido no ano de 1975, que foi de 5,35%. Na média, as participações situaram-se: i) no período 1975 a 1980 em 4,29%; ii) no período 1981 a 1990 em 4,44% e; iii) no período 1990 a 2000 em 4,54%. Para todos esses períodos, verifica-se que a expansão dos Investimentos Sociais deu-se em níveis inferiores à expansão média verificada pela Despesa Total.

Tabela 8
Média de Participação dos Investimentos Sociais na Despesa Total

Períodos	Despesa total/PIB	Invest.social/PIB
1975 a 1980	8,16%	4,29%
1981 a 1990	10,67%	4,44%
1991 a 2000	12,09%	4,54%

Fonte: Elaborada pelo autor com base Apêndices G e BA.

Uma vez que delineamos a evolução da participação dos investimentos sociais nas despesas totais e no produto, cumpre agora explicar as transformações que ocorrem no interior da mesma, o que será feito, analisando as funções de que se compõe, já ressaltadas no início.

4.2.1 Função Transporte

A função transporte foi responsável por 13,60% do gasto total em investimentos sociais no ano de 1975; 22,8% no ano de 1985, onde começa a reduzir sua participação para 7,5% em 2000.

Em valores constantes os gastos com transportes reduzem seu volume atingindo em 2000 um valor 10% menor do que o gasto efetuado em 1975. Os anos de maior importância desta função são os de 1985, com gastos 76,6% ao apresentado no ano de 1975; 1990 com 102,8% e, 1998 com 149,4% acima dos gastos efetuados em 1975.

Na média, apresentou as seguintes participações calculadas sobre o total do investimento social: i) de 13,45% entre os anos de 1975 e 1980; ii) de 17,27% entre o período 1981 a 2000 e; iii) de 11,33% ao longo dos anos noventa.

4.2.2 Funções: Indústria, Comércio e Serviços, Agricultura, Comunicações, Energia e Recursos Minerais

Estas quatro funções apresentam uma menor importância no rol de prioridades destacadas pelos gestores ao longo desta série histórica. Juntas são responsáveis apenas por 20,9% dos investimentos sociais em 1975, sendo que em 2000 reduzem sua participação para 8,6%.

Apesar disso, seu comportamento apresenta crescimento em alguns anos e em outros, redução, fruto de uma situação financeira de melhora ou piora, conforme se dá a gestão e a conjuntura do momento.

A função Indústria, Comércio e Serviços foi responsável por 6,99% do gasto total em investimentos sociais no ano de 1975. Na média, seu comportamento significou participações no total do investimento social de 8,51% para o período de 1975 a 1980. Para a década de oitenta essa participação se reduz em cerca de 56,00% e, para a década de noventa participa com 6,47%.

Em valores constantes os gastos com esta função apresentaram uma forte redução atingindo no ano 2000 um valor 26,0% menor do que o gasto efetuado em 1975. Por seu

comportamento, notamos o caráter aleatório estabelecido pelos gestores na alocação dos gastos nesta função.

Os anos de maior destaque com relação ao ano base de 1975 são: 1979 com crescimento de 72,1%; 1990 com crescimento de 40,4%; 1997 superior em 149,5% e 1998 superior em 651,7%. Os anos com menor prioridade desse gasto calculados sobre o ano base de 1975 situam-se : o de 1982 inferior em 40,0%; o de 1984 com queda verificada de 70,0%; o de 1988 75,00% menor; o de 1991 como a maior redução da série, de 91,0%e; o ano de 1999 apresentando um valor 81,0% menor que o ano base.

Essa quatro funções apresentaram as seguintes médias de participação no Investimento Social, conforme Tabela 9 abaixo:

Tabela 9
Médias de participações das Funções Agricultura, Comunicações, Energia e Recursos Minerais e Indústria, Comércio e Serviços no Investimento Social

Períodos	Agricultura	Comunicações	Energia e Recursos Minerais	Indústria, Comércio e Serviços
1975 - 1980	3,46%	0,73%	5,14%	8,51%
1981 - 1990	4,03%	0,70%	3,93%	3,67%
1991 - 2000	4,45%	0,09%	0,48%	6,47%

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Apêndice BA.

4.2.3 Função Desenvolvimento Regional

A função desenvolvimento regional foi responsável por 25,75% do gasto total em investimentos sociais no ano de 1975 e de 38,25% no ano 2000. Dentre as funções que compõe a função investimento social foi, sem dúvida, aquela que apresentou crescimento mais consistente ao longo de toda série. Em termos de participação média isso significou: i) 26,49% entre os anos de 1975 a 1980; de 28,79% no período 1981 a 1990. Sendo que sua participação é crescente ao longo dos anos e; iii) de 41,06% no período 1991 a 2000. Sendo que dos dez anos, oito superaram os gastos com a função educação e cultura.

Em valores constantes, os gastos com desenvolvimento regional no ano 2000 situaram-se 144,0% superiores ao gasto efetuado em 1975, superando também o crescimento das despesas totais do Estado que, no mesmo período, acusou um crescimento de 101,4% (Apêndices D e BE).

Com relação ao produto, sua participação evoluiu de 1,28% no PIB pm RS no ano de 1975 para 2,02% no ano 2000, significando um avanço da ordem de 57,81%.

4.2.4 Função Educação e Cultura

Em valores constantes os gastos com Educação não demonstraram tanto crescimento assim, crescendo em quase três décadas somente 88,72%, (2000 sobre 1975), inferior ao crescimento da despesa total do Estado que para o mesmo período apresentou uma expansão real de 104,44% e superior ao crescimento populacional que no mesmo período se expandiu em 40,32%. No entanto, analisando o conjunto da série, notamos que, várias vezes, o crescimento dos gastos com educação foi inferior ao crescimento populacional.

Como os anos de maior importância desta função, temos: i) o de 1985 com 10,29% superior a 1975; ii) o de 1990 superando em 32,67% ao ano de 1975 e; iii) o ano de 1999, 24,93% superior a 1975. Cumpre destacar a imposição de caráter legal¹, Constituições Federal e Estadual, que obriga ao Estado gastar anualmente 35% de sua receita própria líquida com educação, o que, certamente teve influência para que este crescimento não fosse menor.

4.3 CONSUMO SOCIAL

O'Connor (1977) definiu o Consumo Social como o conjunto de despesas efetuadas pelo Estado com o fim de reduzir o custo de reprodução de mão-de-obra e, de forma indireta, aumentar a produtividade do fator trabalho, com uma conseqüente elevação da taxa de lucro do setor privado.

¹ Nos termos do artigo 202 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul/ 1989, o Estado aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, trinta e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. O artigo 212 da Constituição Federal/1988 fixa, para a mesma base de cálculo, um mínimo de 25%.

As funções pertencentes a esse grupo de despesa são as referentes aos gastos das funções: Habitação e Urbanismo, Assistência e Previdência, Trabalho, Saúde e Saneamento.

No seu conjunto, as despesas com consumo social (Apêndices AY e BD) representavam em 1975 em valores constantes de dez/2000 o equivalente a R\$ 653 milhões e, no ano 2000, R\$ 2.279 milhões, o que representou um crescimento acumulado no período de 248,75%.

De todas as funções reclassificadas com base em O'Connor (1977), esta foi a que apresentou maior crescimento acumulado entre os extremos da série (1975 a 2000), o que de fato repercutiu na evolução de suas participações médias que corresponderam: i) para o período 1975 a 1980 em 16,99% das despesas totais do Estado do RGS; ii) para o período 1981 a 2000 em 17,67% e; iii) no período 1991 a 2000 atinge 23,52% da média dos gastos do Estado nesse período.

De fato, como reforço ao parágrafo anterior, excetuando três dos vinte e seis anos desta série as participações dos gastos com consumo social elevaram-se sucessivamente. Entre os extremos da série 1975 a 2000, isso representou um avanço nas participações da ordem de 73,11%.

Com relação à participação das despesas de consumo social no PIB pm RS temos que em 1975 correspondia a 1,25% evoluindo para 3,38% em 2000, expressando um crescimento de 170,40%. Suas participações mais expressivas são 2,00% em 1982; 2,35% em 1986; 2,53% em 1990; 3,08% em 1995 e 3,42% em 1998.

Por sua vez o consumo social per capita de 1975 representava R\$ 90,02 elevando-se para R\$ 298,60 em 2000, um crescimento de 231,70%. Os valores mais expressivos são R\$ 132,85 em 1979; R\$ 172,16 em 1982; R\$ 207,89 em 1986; R\$ 286,26 em 1995 e R\$ 322,90 em 1998.

Em termos de componentes do Consumo Social temos as funções Assistência e Previdência e Saúde e Saneamento com participações conjuntas superiores a 90,0%, em todo o período analisado.

4.3.1 Função Assistência Social e Previdência

A função é a de maior importância no consumo social sendo responsável por 72,77% do gasto total no ano de 1975 e de 71,33% no ano 2000 sendo que, em 1987, participava com 88,22% e em 1996 com 87,07%.

Em valores constantes os gastos aumentaram 241,85% entre os anos de 1975 a 2000, desempenho 138,40% superior ao que obteve a despesa total no mesmo período. No entanto, se considerarmos o crescimento acumulado até o ano de 1999 esse supera a despesa total em mais de três vezes.

Na média, suas participações sobre o total do consumo social apresentaram os seguintes valores: i) no período 1975 a 1980 corresponderam a 69,72% de participação; ii) no período 1981 a 1990 se expandiram a 81,38% de participação e; iii) no período 1991 a 2000 participou com 82,64% do total do gasto com consumo social.

Em termos per capita, a despesa com assistência e previdência correspondeu, em valores de dezembro de 2000, a R\$ 65,51 no ano de 1975 e de R\$ 159,59 para o ano 2000.

4.3.2 Função Saúde e Saneamento

A função apresentou um crescimento da ordem de 197,86% entre os anos de 1975 e 2000.

Na média, seus gastos representaram o equivalente a R\$ 171 milhões entre os anos de 1975 a 1980 e corresponderam a 20,09% de participação no total do consumo social. No período 1981 a 1990 os gastos corresponderam a R\$ 195 milhões reduzindo sua participação média para 13,87%, função, basicamente, do desempenho da despesa com assistência e previdência e, da própria despesa total que apresentaram crescimento superior. Com relação ao PIB, pelo critério média sobre média, não houve nenhuma alteração de participação. No período 1991 a 2000 seus gastos médios equivaleram a R\$ 339 milhões a preços de dezembro de 2000, com um aumento real de aproximadamente 73,0% o que fez que elevasse sua participação média no consumo social para 14,06%.

4.3.3 Função Trabalho, Habitação e Urbanismo

As duas funções apresentaram em conjunto, no ano de 1975, 1,24% de participação nas despesas totais com consumo social equivalente a R\$ 8,1 milhões. No ano 2000, o conjunto das duas funções correspondeu a R\$ 147,6 milhões, participando com 6,47% do total do consumo social.

Em valores constantes ambos os gastos apresentaram um comportamento de crescimento ao longo da série. Todavia, a base de comparação para ambas funções apresentaram um volume insignificante para o ano de 1975.

Nota-se, porém, conforme Apêndice BF, que a função habitação e urbanismo apresenta volumes mais expressivos em determinados anos – 1977 e 1979 – onde sua participação no consumo total atinge percentuais próximos a 17%. Igualmente para a função trabalho que, no ano 2000 participa com 5,19% do total das despesas com consumo social.

Com relação aos gastos médios per capita verifica-se, conforme Apêndice BN, que as funções apresentaram comportamento diverso. A função trabalho apresentou crescimento elevando seus gastos sucessivamente de R\$ 1,25, no período 1975 a 1980; a R\$ 1,81 no período de 1981 a 1990 e a R\$ 4,24 de média no período 1991 a 2000. Por sua vez, a função habitação e urbanismo apresentou redução. Com efeito, essas assim se apresentaram: i) R\$ 10,19 para o período 1975 a 1980; R\$ 6,18 para o período 1981 a 1990 e de R\$ 4,02 para os anos 1991 a 2000.

Tabela 10

Participação média dos componentes do consumo social

Anos	Total	Habitação e urbanismo	Saúde e saneamento	Trabalho	R\$ 1.000,00
					Assistência e previdência
1975-1980	852.265	77.309	171.228	9.507	594.219
	100,00%	9,07%	20,09%	1,12%	69,72%
1981-1990	1.410.958	51.895	195.734	15.057	1.148.272
	100,00%	3,67%	13,87%	1,07%	81,38%
1991-2000	2.416.057	38.491	339.648	41.272	1.996.645
	100,00%	1,59%	14,06%	1,71%	82,64%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos Apêndices AY e BD.

4.4 AS DESPESAS SOCIAIS

O'Connor (1977) definiu despesas sociais de produção como o total de projetos e serviços requeridos para a manutenção da harmonia social e satisfazer a função “legitimadora” do Estado.

As funções pertencentes a esse grupo de despesa são as referentes aos gastos das funções: legislativa, judiciário, administração e planejamento, defesa nacional e segurança pública e relações exteriores.

No seu conjunto, os gastos com despesas sociais representavam em valor constante no ano de 1975 o equivalente a R\$ 881 milhões e no ano 2000 o valor de R\$ 2.071 milhões, o que representou um crescimento acumulado no período de 135,07%.

A análise de seu crescimento médio permite demonstrar que: i) no período 1975 a 1980 seus gastos equivaleram a R\$ 994 milhões representando 19,81% das despesas totais; ii) no período 1981 a 1990 seus gastos equivaleram a R\$ 1.785 milhões, sendo que sua participação média na despesa total representou 22,36%; iii) no período 1991 a 2000 mantém sua participação média com gastos da ordem de R\$ 2.296 milhões (Apêndices BC e BD).

Com relação ao PIB pm RS, temos que em 1975 correspondia a 1,68%, evoluindo para 2,38% em 2000 com um crescimento de 59,52%. Suas participações mais expressivas no produto são: 2,21% em 1982; 2,13% em 1986; 2,64% em 1993; 3,34% em 1997 e 4,88% em 1998 (Apêndice BL).

Da análise da despesa social per capita resulta que as despesas se ampliaram entre os anos de 1975 e 2000 em 67,52%.

Em termos de componentes a despesa social é composta pelas funções Administração e Planejamento e Defesa Nacional e Segurança como os de maior participação. Juntos equivalem a uma participação média envolvendo toda a série superior a 70%.

A análise dos componentes ou funções que compõe a despesa social facilita a compreensão da evolução desse agregado.

4.4.1 Função Judiciário

A função judiciário apresentou uma expansão de 261,08% entre os anos de 1975 e 2000, superando em 93,33% a expansão das despesas totais sociais, considerado o mesmo período.

Isso representou em termos de participação média, a seguinte evolução: i) no período 1975 a 1980 contribuiu com 15,44% da média da despesa social; ii) no período 1981 a 1990 foi responsável por 22,90% do gasto total em despesa social, destacando-se que o ano de 1989 participa com 30,50% desse total; iii) no período 1991 a 2000 essa participação média correspondeu a 25,16%, destacando-se que no ano de 1999 atingem cerca de 33,40%.

Em valores per capita, a evolução dos gastos no período 1975 a 2000 cresceu 73,0% acima do verificado na população para o mesmo período.

4.4.2 Função Legislativa

A função apresentou um crescimento da ordem de 239,69% entre os anos de 1975 e 2000 e, considerado esse período, foi a função que obteve a maior expansão dentre as funções pertencentes às despesas sociais.

Na média, seus gastos representaram o equivalente a R\$ 103 milhões entre os anos de 1975 a 2000 e corresponderam a 15,44% de participação média no total do consumo social. No período 1975 a 1980 os gastos corresponderam a R\$ 54 milhões, indicando uma participação média na despesa social de 5,46%; no período 1981 a 1990 seus gastos médios equivaleram a R\$ 88 milhões a preços de dezembro de 2000, com um aumento real de aproximadamente 63,0% o que fez que elevasse sua participação média no consumo social para 6,85% e; no período 1991 a 2000, seus gastos médios corresponderam a R\$ 169 milhões elevando sua participação para 7,37%.

4.4.3 Defesa Nacional e Segurança

A função defesa nacional e segurança foi responsável por 43,62% do gasto total em despesas sociais no ano de 1975; 49,38% no ano de 1979, onde começa a reduzir sua participação para 34,54% em 2000.

Em valores constantes os gastos com defesa nacional e segurança apresentaram um crescimento da ordem de 86,13% entre os anos de 1975 a 2000, percentual inferior aos apresentados pelas despesas totais e despesas sociais no mesmo período.

Em termos de participação média no total da despesa social esse desempenho significou perdas relativas à sua participação, como segue: i) no período 1975 a 1980 seus gastos médios situaram-se, em termos reais, em R\$ 418 milhões representando cerca de 42,10% de participação; ii) no período 1981 a 1990 esse gasto representou R\$ 518 milhões com o que, apesar do seu crescimento, a participação se reduziu para 40,23%; iii) no período 1991 a 2000 os gastos atingem o montante de R\$ 655 milhões e sua participação nas despesas sociais se reduzem para 28,52%, uma queda na participação média em relação à década passada de, aproximadamente, 30,0%.

Em termos per capita entre os anos de 1975 a 2000 representou um crescimento da ordem de 32,64%.

4.4.4 Função Administração e Planejamento

A função apresentou obteve um crescimento real da ordem de 117,7% entre os anos de 1975 e 2000. Nos extremos da série, entretanto, perde participação nas despesas sociais equivalente a -7,39%.

Na média, os gastos e a participação na despesa social, assim se comportaram: i) entre os anos de 1975 e 1980 apresentaram um gasto médio de R\$ 367 milhões participando com 37,00% do total das despesas sociais médias; ii) no período 1980 a 1991 apresentaram um gasto médio de R\$ 387 milhões o que repercutiu numa participação média de 30,01; iii) no período 1991 a 2000 os gastos médios situaram-se no valor R\$ 894 milhões, sendo que a participação na despesa total social se elevou para 38,93%, destacando-se, nesse período os

anos de 1996 a 1998 em que a participação na despesa social atingiu os percentuais de 40,36%, 51,02% e 56,64%, respectivamente (Apêndice BG).

Em termos per capita, a evolução dessa função apresentou um crescimento da ordem de 32,64% entre os extremos da série, salientando que nos anos de 1996 a 1998 apresentaram com relação a 1975 um crescimento de 46,06%, 31,55% e 60,08%, respectivamente.

Tabela 11
Participação Média dos Principais Componentes da Despesa Social

Anos	Total	Judiciária	Legislativa	Administração e Planejamento	R\$ 1.000,00
					Segurança e Defesa Nacional
1975-1980	994.024	54.279	153.474	367.824	418.441
	100,00%	5,46%	15,44	37,00%	42,10%
1981-1990	1.289.455	88.339	295.320	387.014	518.781
	100,00%	6,85%	22,90%	30,01%	40,23%
1991-2000	2.296.322	169.176	577.792	894.030	655.012
	100,00%	7,37%	25,16%	38,93%	28,52%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos Apêndices AY e BD.

4.5 AS DESPESAS FINANCEIRAS

As despesas financeiras apresentam-se como o conjunto de despesas efetuadas pelo Estado com o fim de atender à evolução da Dívida Pública, tendo relação direta com o comportamento das taxas de juros e toda sua repercussão na transferência de recursos para o sistema financeiro.

No seu conjunto, as despesas financeiras representavam em 1975, a valores constantes, o equivalente a R\$ 545 milhões e em 2000 o equivalente a R\$ 880 milhões, o que representou um crescimento acumulado no período de 61,64%.

A análise de seu crescimento, por períodos, permite mostrar que: i) no período 1975 a 1980 as despesas financeiras se expande 32%, crescimento menor apenas ao consumo social que se expande 47,22% no mesmo período; ii) que em comparação com as taxas ocorridas na despesa total, obtém taxas menores em 40% das ocorrências sendo que no período de 1998 a 2000 a despesa total cresce consecutivamente acima da despesa financeira; iii) em termos de participação no total da despesa do Estado, a despesa financeira assim se comportou.: em 1975 detinha 11,18% do gasto público e no ano 2000, por força da renegociação da dívida, essa se situa em 8,95%.

Em termos de participação média, no entanto, essa participação obteve a seguinte evolução: i) no período 1975 a 1980 foi responsável por 10,88% dos gastos totais do Estado; ii) no período 1981 a 1990 foi responsável por 20,87% dos gastos médios totais do Estado e; iii) no período de 1991 a 2000 atingiram em média o equivalente a 16,72% do total do gasto do Estado.

Com relação ao PiB pm RS temos que em 1975 correspondia a 1,04% evoluindo para 1,01% em 2000. Suas participações mais expressivas são: 2,74% em 1983; 5,18% em 1985; 2,45% em 1994 e 2,49% em 1998.

Na Despesa financeira per capita temos que em 1975 correspondia a R\$ 75,13 aumentando para R\$ 86,38 em 2000, um crescimento de 14,97%. Os valores mais expressivos são R\$ 225,91 em 1983; R\$ 416,03 em 1985; R\$ 271,01 em 1987; e R\$ 235,25 em 1998.

4.6 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Tomando como base o período de 1975 a 2000 podemos, segundo a metodologia empregada neste capítulo, observar que ocorreram significativas alterações na composição da alocação do gasto público, conforme a observação de cada um de seus elementos: i) com relação ao capital social tem-se que o volume de gastos empregados pelo setor público para atender à dinâmica produtiva da economia (mediante um gasto que beneficiasse o consumo social ou um gasto para investimento social) apresentou uma sensível redução, pois se apresentavam em conjunto com uma participação de 70,77% no ano de 1975 e no ano 2000 de 69,98%. Essa redução na importância dos gastos do Estado é melhor identificada quando se observa as médias obtidas conjuntamente: i) no período 1975 a 1980 representam cerca de 69,31% das despesas totais do Estado; ii) no período 1981 a 1990 respondem por 56,77% do

total do gasto do Estado e; iii) no período 1991 a 2000 representam cerca de 60,92% das despesas totais do Estado.

Uma vez que o capital social surge como a agregação de dois grupos de despesa, faz-se mister analisá-las em separado, uma vez que a evolução, para esses dois componentes, deu-se de forma diferenciada. No tocante às despesas com consumo social, definidas como os gastos voltados à redução do custo de reprodução da mão-de-obra, observa-se que entre os extremos da série aqui analisada suas participações mantiveram-se praticamente inalteradas. Cumpre observar pois, que como o compromisso desse gasto pressupõe que seja realizado com pessoas, o mesmo apresenta-se defasado uma vez que deveria ter sua participação elevada, tendo em vista o crescimento populacional verificado no Estado do Rio Grande do Sul. Outra questão, é quanto aos seus componentes, uma vez que somente a função assistência e previdência é que apresenta crescimento, tanto de valores constantes como em nível de participação no total, o que se explica, em parte, pelo crescimento do elemento pessoal, restrito ao pagamento dos inativos, conforme salientado no capítulo anterior.

No que se refere ao comportamento verificado nos investimentos sociais, aqui definido como os gastos voltados a aumentar a produtividade da mão-de-obra com conseqüente elevação da taxa de lucro, os mesmos obtiveram uma significativa redução. Essa redução foi da ordem de 18,43% uma vez que, em 1975 seus gastos correspondiam a 57,38% do total da despesa pública do Estado do Rio Grande do Sul e, no final do período aqui analisado, correspondeu a 46,80%. Dentre os seus componentes salienta-se a função desenvolvimento regional, basicamente explicada pelas transferências constitucionais aos municípios, com 14,84% de variação na participação dos investimentos entre os extremos da série e a função educação que, não obstante o crescimento envolvendo somente os extremos da série, na média reduziu-se em todos os períodos.

A Despesa Social aqui definida como sendo os gastos efetivados pelo Estado voltados a garantir sua hegemonia e legitimação na sociedade, apresentaram crescimento na relação de participação no total do dispêndio público da ordem de 16,67%, considerados os extremos da série. Salienta-se que aquelas funções que fogem ao controle do Executivo quanto à determinação de suas despesas como as funções judiciária e legislativa apresentaram crescimentos reais de sua participação no total das despesas sociais sendo responsáveis, diretamente, pela expansão destas. Já, as despesas com defesa e segurança e administração e planejamento, vinculadas diretamente ao Poder Executivo, se reduziram.

A despesa financeira ou os gastos utilizados pelo Setor Público para o serviço da dívida, que representam transferências de recursos para o setor financeiro² foram os que realmente se beneficiaram com as transformações havidas na composição e estrutura do dispêndio público. Pois, reprisando, ao longo de toda a série apresentou médias de participação no total do gasto do Estado do Rio Grande do Sul equivalente a 16,41%, ou seja, ao longo desses trinta anos analisados o Estado transferiu o equivalente a R\$ 1.344 bilhões por ano, a preços de dezembro de 2000.

² Sendo beneficiado o próprio Estado, indiretamente, pois suas instituições financeiras (Barrisul, Caixa Estadual, Divergs e BRDE) carregavam em sua carteira própria títulos emitidos pelo Estado do Rio Grande do Sul (LFTRS – Letras Financeiras do Estado do Rio Grande do Sul).

5 CONCLUSÃO

Nesse trabalho podemos compreender através da abordagem das despesas públicas o comportamento da administração direta do Estado do Rio Grande do Sul.

A crise das finanças se caracteriza pelo crescimento do endividamento financeiro, resultado de uma insuficiência de recursos próprios para realizar e cumprir suas funções. Num segundo momento, já não surge como decorrência de déficits anteriores, senão como decorrência do compromisso financeiro assumido e constantemente renovado.

Cabe salientar, por outro lado, que para a compreensão da crise faz-se necessário o estudo conjunto da avaliação do comportamento entre as receitas e as despesas públicas.

Para tanto, se assim considerado, o estudo realizado revela-se insuficiente para dar a completa dimensão das origens do descompasso entre receitas e despesas públicas.

Mas, como o presente estudo não se origina da vontade de compreender a origem da crise das finanças do Estado do Rio Grande do Sul e sim, entender a despesa pública: o crescimento, distribuição e sua natureza alocativa é que se pretendeu avaliá-las a partir do estudo de seu comportamento entre os anos de 1971 a 2000 utilizando-se, para tanto, de três enfoques.

Nesse sentido, no capítulo 2 apresentamos a evolução da despesa pública com base na Lei 4320/64, considerando apenas sua agregação econômica.

Os resultados foram que as despesas cresceram acima do produto. Porém, esse comportamento não se efetuou de modo harmônico, nem uniforme ao longo da série. No período 1971 a 1980 as taxas de crescimento das despesas públicas foram inferiores ao comportamento do produto.

Por outro lado, no período 1981 a 1990, quando tivemos uma redução no PIB pm RS, as despesas públicas cresceram aproximadamente 55% acima do produto.

Por outro lado, observou-se uma excessiva concentração dos gastos em despesas correntes e que a expansão das mesmas fora causada pelo crescimento das despesas com transferências correntes, principalmente a partir dos anos oitenta.

Pelo lado das despesas de capital viu-se que, embora tenham obtido um crescimento, o mesmo fora inferior ao crescimento das despesas correntes, resultando daí sua perda de participação relativa nas despesas totais.

Dentre as despesas que a compõe, observou-se que ocorrem flutuações entre as despesas com investimentos e inversões financeiras e que, para a série considerada, os investimentos estão mais intimamente ligados à disponibilidade de recursos de forma residual e sem planejamento.

Por fim, observou-se que dado o nível de desagregação das despesas, vinculado às categorias econômicas, o crescimento das despesas deu-se através dos gastos com manutenção, o que dado o nível de agregação, que envolve somente despesas de custeio e transferências, não se pode chegar a uma justificativa que seja plausível e explique, por um lado, o porquê da expansão pelo lado das despesas com manutenção e, por outro, o porquê dos crescimentos das transferências serem superiores aos demais.

Para encontrar as respostas a essas questões, avançamos na desagregação, tentando buscar outra classificação que comporte em sua elaboração e análise diferente compreensão do ponto de vista prático e teórico.

No capítulo 3, ao adotarmos uma consolidação de despesa constituída de despesas com pessoal, despesas com o serviço da dívida, despesa com investimentos e despesas com manutenção pudemos observar que aquelas despesas que naturalmente são dotadas de uma maior rigidez, como pagamentos a pessoal e despesas com manutenção das atividades do Estado, apresentaram perda relativa no total das despesas públicas.

Por outro lado, notamos que dentro das despesas de pessoal, os gastos com inativos apresentaram um maior crescimento. E as despesas com manutenção, pelo seu comportamento, ao contrário do apresentado no capítulo anterior, determinaram uma deterioração dos serviços públicos, uma vez que a manutenção ou crescimento dos seus gastos permite a prestação de um serviço melhor e, mais ainda, que não foram responsáveis pelo crescimento das despesas públicas.

Aquelas despesas que se originam de uma planificação e que visam à expansão dos serviços públicos, como os investimentos, reduziram-se em participação em função de sua fácil mobilidade, pela não obrigatoriedade de execução. Também observamos que o mesmo não fora utilizado como instrumento de política econômica, no que se refere a uma política de sustentação da renda, fato que pode ser observado principalmente ao longo da década de oitenta e que suas decisões de gasto subordinam-se aos volumes dos compromissos comprometidos com a dívida pública.

Comprovou-se, também, que o serviço da dívida foi o grande responsável pela expansão das despesas totais e que, em função disso, determinou perdas às participações dos demais agregados.

Uma vez definido por qual categoria se deu a expansão das despesas públicas, procuramos, ao longo do capítulo 4, demonstrar até que ponto esse crescimento da dívida influenciou no serviço prestado à sociedade.

Nesse sentido, ao utilizarmos o método O'Connor (1977) observou-se que a natureza alocativa dos gastos públicos sofreu uma sensível alteração, demonstrando que os administradores públicos, por vontade ou imposição, terminaram por atender ao determinarem e efetivarem uma específica estrutura de gastos.

Uma vez que o capital social surge como a agregação de dois grupos de despesa, faz-se mister analisá-las em separado, uma vez que a evolução, para esses dois componentes, deu-se de forma um pouco diferenciada.

No tocante às despesas com consumo, definidas como os gastos voltados à redução do custo de reprodução da mão-de-obra, ou seja, os gastos que podem significar uma redistribuição de renda, observa-se que entre os extremos da série suas participações mantiveram-se inalteradas. Ou seja, não tivemos nenhuma atividade adicional do Estado que buscasse proporcionar uma melhor distribuição de renda via crescimento de bens e serviços que compõe o salário indireto, como por exemplo, as funções saúde, saneamento e habitação. Outra questão é quanto aos seus componentes, uma vez que somente a função assistência e previdência é que apresenta crescimento, tanto de valores constantes como em nível de participação no total, o que se explica, em parte, pelo crescimento do elemento pessoal, restrito ao pagamento dos inativos.

No que se refere ao comportamento verificado nos investimentos sociais, aqui definidos como os gastos voltados a aumentar a produtividade da mão-de-obra com conseqüente elevação da taxa de lucro, os mesmos obtiveram uma significativa redução, o que demonstra que os empresários vinculados ao setor produtivo da economia não conseguiram auferir favorecimento na expansão de sua taxa de lucro através da estrutura de gastos do Estado. Dentre os seus componentes observamos que a função desenvolvimento regional, basicamente explicada pelas transferências constitucionais aos municípios, obteve um crescimento mais significativo.

A Despesa Social, aqui definida como sendo os gastos efetivados pelo Estado voltados a garantir sua hegemonia e legitimação na sociedade, comportou-se segundo seus componentes da seguinte forma: aquelas funções que fogem ao controle do Executivo quanto à determinação de suas despesas, como as funções judiciária e legislativa, apresentaram crescimentos reais, sendo responsáveis diretamente pela expansão da despesa social. Já, as

despesas com defesa e segurança e administração e planejamento, vinculadas diretamente ao Poder Executivo sofreram redução.

A despesa financeira ou os gastos utilizados pelo Setor Público para o serviço da dívida, que representam transferências de recursos para o setor financeiro, foram os que realmente se beneficiaram com as transformações havidas na composição e estrutura do dispêndio público. Pois, reprisando, ao longo de toda a série apresentou médias de participação no total do gasto do Estado do Rio Grande do Sul equivalente a 16,41% ou seja, ao longo desses trinta anos analisados o Estado transferiu para o setor financeiro estatal e privado o equivalente a R\$ 1,344 bilhões por ano, a preços de dezembro de 2000.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. A crise da federação no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 321-337, 1994.

AFONSO, C. A.; SOUZA, H. **O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Coleção Estudos Brasileiros.

BAER, W. As modificações no papel do estado na economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 883-912, 1973.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais v. 1.3.2**.

Arquivo CSV. 2002. Disponível em:

<<https://www3.bcb.gov.br/expectativa/tmp/seriesdownload/STP-20071125144154735.csv>>.

Acesso em: 2 set. 2002.

BORDIN, L. C. V. A dívida pública do Rio Grande do Sul: administração direta: 1951/1984. In. LAGEMANN, E. (Org.). **150 Anos de Finanças Públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985.

_____. **Os gastos com pessoal e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2002. Não paginado.

Disponível em: <<http://www.sintaf->

[rs.org.br/inf_artigo_tecnico_detalhe.asp?cod_artigo_tecnico=35](http://www.sintaf-)>. Acesso em: 2 set. 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 15 dez. 2002.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 15 dez. 2002.

CALANDRO, M. L. A dívida pública da administração direta do Rio Grande do Sul: 1960/1984. In. LAGEMANN, E. (Org.). **150 Anos de Finanças Públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985.

CANO, W. Perspectivas para a questão regional no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 312-320, 1994.

CORAZZA, G. Dívida interna: o estado paga a conta. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 171-182, 1985.

_____. Estado e economia no Brasil: uma revisão da bibliografia recente. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 188-231, 1981.

_____. Orçamento público do Rio Grande do Sul - 1990: algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 98-103, 1989.

_____. Orçamento público estadual 1986: limites e indefinições. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 98-103, 1985.

FARIA, L. A. E.; WINCKLER, C. R. O andar do crustáceo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 413-457, 1994.

FRAQUELLI, A. C. C. As finanças da administração pública. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 453-472, 1990.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A análise do setor público do Rio Grande do Sul. **25 Anos de Economia Gaúcha**, Porto Alegre: FEE, v. 6, tomo 1, 1980.

_____. **Análise dos investimentos do setor público estadual RS: 1975/1980**, Porto Alegre, 1981.

_____. **Evolução das finanças do Estado do Rio Grande do Sul: 1967/1976**. Porto Alegre: FEE, 1978.

_____. **Situação das finanças do Rio Grande do Sul: 1979/1986**, Porto Alegre, v. 25, 1988.

_____. **Um século de população do Rio Grande do Sul: 1900-2000**. 1 CD-ROM.

GARCELAZ, P. S. **Dívida pública**: uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GUIMARÃES, R. F. Situação das finanças públicas do Rio Grande do Sul: 1979/1986. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 16, n 2, set. 1988.

MACHADO JÚNIOR, T.; REIS, H. C. **A lei 4.320 comentada**. 22. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MENEGHETTI NETO, A. crise das finanças públicas nos anos 80: algumas considerações. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 146-150, 1990.

MENEGHETTI NETO, A.; RÜCKERT, I. N. Avaliação das finanças públicas estaduais: 1970/1991. In: FARIA, L. A. E. (Org.). **O Estado do Rio Grande do Sul nos Anos 80: Subordinação, Imprevidência e Crise**. Porto Alegre: FEE, p. 61-107, dez. 1994.

MORA, M. Federalismo e dívida estadual no Brasil. **Texto para discussão: IPEA**, Rio de Janeiro, n. 866. p. 1-90, mar. 2002.

MOURA NETO, B. T. O endividamento público do Rio Grande do Sul: suas origens e comportamento na Década do 80. In: FARIA, L. A. E. (Org.). **O Estado do Rio Grande do Sul nos Anos 80: Subordinação, Imprevidência e Crise**. Porto Alegre: FEE, p. 175-212, dez. 1994.

O'CONNOR, J. **A crise do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS, C. N. Crise das finanças públicas do Rio Grande do Sul: alguns determinantes. In: LAGEMANN, E. (Org.). **150 Anos de Finanças Públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985. p. 217-246.

_____. Notas sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul e atuação do governo na economia estadual. In: LAGEMANN, E. (Org.). **150 Anos de Finanças Públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985. p. 7-22.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 33.080, de 29 de dezembro de 1988**. Estabelece normas de execução orçamentária, define a sistemática de programação financeira do Estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 15 dez. 2002.

_____. **Decreto nº 35.045, de 3 de janeiro de 1994**. Estabelece normas de execução orçamentária, define a sistemática de programação da despesa orçamentária do estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 15 dez. 2002.

_____. Secretaria da Fazenda. Controladoria e Auditoria Geral do Estado. **Balanço Geral**. Porto Alegre, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXII, 1971/1972.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXIII, 1972/1973.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXIV, 1973/1974.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXV, 1974/1975.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXVI, 1975/1976.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXVII, 1976/1977.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXVIII, 1977/1978.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXIX, 1980.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXX, 1981.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXI, 1982.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXII, 1983.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXIII, 1984.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXIV, 1985.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXV, 1986.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXVI, 1987.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXVII, 1988.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXVIII, 1989.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XXXIX, 1990.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XL, 1991.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLI, 1992.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLII, 1993.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLIII, 1994.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLIV, 1995.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLV, 1996.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLVI, 1997.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLVII, 1998.

_____. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. **Finanças do Estado**, Porto Alegre: Pallotti, v. XLVIII, 1999.

RÜCKERT, I. N.; BORSATTO, M. L.; RABELO, M. Os desajustes estruturais das finanças públicas do RS nos anos 90. In: **A economia gaúcha e a reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, p 319-360, out. 2000.

SILVA, F. A. R. **A avaliação do setor público na economia brasileira**: estrutura funcional da despesa. Rio de Janeiro: FPEA/INPES, 1974.

_____. A evolução das funções do governo e a expansão do setor público brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p 235-282, dez. 2000.

WINCKLER, C. R.; MOURA NETO, B. T. Welfare state à brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 108-131, jan. 1992.

ZIMMERMAN, A. O impacto das políticas econômicas sobre os avanços do governo do Estado do Rio Grande do Sul. In. LAGEMANN, E. (Org.). **150 Anos de Finanças Públicas**. Porto Alegre: FEE, 1985.

**APÊNDICE A – DESPESA REALIZADA POR CATEGORIAS
ECONÔMICAS, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971–2000)**

Anos	Despesa total	Despesas correntes	Despesas de capital
1971	1.957.845	1.593.171	364.674
1972	2.578.599	1.948.414	630.185
1973	3.672.581	2.803.301	869.280
1974	5.115.695	3.800.474	1.315.221
1975	7.956.379	5.838.416	2.117.963
1976	11.098.826	8.227.886	2.870.940
1977	15.333.804	11.846.576	3.487.228
1978	22.910.231	18.096.709	4.813.522
1979	36.986.137	28.719.024	8.267.113
1980	75.853.563	59.060.634	16.792.929
1981	174.149.127	132.964.827	41.184.300
1982	411.542.639	321.395.200	90.147.439
1983	1.040.299.406	840.477.942	199.821.464
1984	3.028.670.568	2.443.632.750	585.037.818
1985	14.419.700.216	12.262.898.042	2.156.802.174
1986	32.506.781.339	27.537.080.861	4.969.700.478
1987	94.484.605.903	75.384.702.624	19.099.903.279
1988	624.917.738.283	490.965.680.295	133.952.057.989
1989	9.299.668.775	6.818.625.192	2.481.043.583
1990	310.639.906.223	233.907.479.028	76.732.427.195
1991	1.305.830.082.494	1.049.594.780.395	256.235.302.099
1992	17.536.400.812.211	13.431.076.474.890	4.105.324.337.321
1993	379.138.110.790	289.078.135.292	90.059.975.498
1994	3.669.098.671	2.654.103.742	1.014.994.929
1995	6.232.175.806	4.791.050.921	1.441.124.885
1996	7.806.427.375	5.981.079.903	1.825.347.472
1997	9.143.412.052	6.200.820.978	2.942.591.074
1998	12.062.182.057	6.728.964.506	5.333.217.551
1999	8.097.858.441	7.113.897.598	983.960.843
2000	9.394.421.654	8.015.330.533	1.379.091.121

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE B - DESPESAS CORRENTES, EM VALORES NOMINAIS,
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Despesas correntes	Despesa de custeio	Transferências correntes
1971	1.593.171,00	850.217,00	742.954,00
1972	1.948.414,00	1.058.103,00	890.311,00
1973	2.803.301,00	1.576.801,00	1.226.500,00
1974	3.800.474,00	2.149.987,00	1.650.487,00
1975	5.838.416,00	3.287.432,00	2.550.984,00
1976	8.227.886,00	4.603.999,00	3.623.887,00
1977	11.846.576,00	6.343.208,00	5.503.368,00
1978	18.096.709,00	9.694.074,00	8.402.635,00
1979	28.719.024,00	14.625.536,00	14.093.488,00
1980	59.060.634,00	29.383.848,00	29.676.786,00
1981	132.964.827,00	64.781.034,00	68.183.793,00
1982	321.395.200,00	144.726.258,00	176.668.942,00
1983	840.477.942,00	340.179.406,00	500.298.536,00
1984	2.443.632.750,00	1.022.151.391,00	1.421.481.359,00
1985	12.262.898.042,00	3.743.696.524,00	8.519.201.518,00
1986	27.537.080.861,00	11.061.366.249,00	16.475.714.612,00
1987	75.384.702.624,00	27.218.123.005,00	48.166.579.619,00
1988	490.965.680.294,85	178.877.822.317,24	312.087.857.977,61
1989	6.818.625.192,49	3.052.189.338,49	3.766.435.854,00
1990	233.907.479.028,00	103.804.418.061,00	130.103.060.967,00
1991	1.049.594.780.395,00	446.497.855.283,00	603.096.925.112,00
1992	13.431.076.474.890,00	5.560.042.791.038,00	7.871.033.683.852,00
1993	289.078.135.292,00	112.290.900.288,00	176.787.235.004,00
1994	2.654.103.742,00	1.036.647.525,00	1.617.456.217,00
1995	4.791.050.921,00	1.927.493.366,00	2.863.557.555,00
1996	5.981.079.903,00	2.425.221.889,00	3.555.858.014,00
1997	6.200.820.978,00	2.541.002.103,00	3.659.818.875,00
1998	6.728.964.506,00	2.730.495.424,00	3.998.469.082,00
1999	7.113.897.598,00	2.816.877.779,00	4.297.019.819,00
2000	8.015.330.532,50	3.096.540.077,65	4.918.790.454,85

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota:
- a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
 - b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
 - c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
 - d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
 - e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
 - f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE C – DESPESA DE CAPITAL, EM VALORES CORRENTES,
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL (1971-2000)**

Anos	Despesas de capital	Investimentos	Inversões financeiras	Transferências de capital
1971	364.674	91.989	41.945	230.740
1972	630.185	243.663	65.780	320.742
1973	869.280	437.190	67.070	365.020
1974	1.315.221	615.827	106.256	593.138
1975	2.117.963	776.014	249.740	1.092.209
1976	2.870.940	617.016	569.952	1.683.972
1977	3.487.228	893.680	404.770	2.188.778
1978	4.813.522	1.784.020	478.831	2.550.671
1979	8.267.113	2.493.831	187.865	5.585.417
1980	16.792.929	3.662.924	411.853	12.718.152
1981	41.184.300	9.499.018	1.677.310	30.007.972
1982	90.147.439	17.392.150	10.152.918	62.602.371
1983	199.821.464	37.100.909	31.119.012	131.601.543
1984	585.037.818	83.372.271	31.882.882	469.782.665
1985	2.156.802.174	207.406.290	99.185.373	1.850.210.511
1986	4.969.700.478	613.277.251	65.479.981	4.290.943.246
1987	19.099.903.279	2.356.438.668	1.674.470.263	15.068.994.348
1988	133.952.057.989	29.421.226.442	2.577.526.853	101.953.304.694
1989	2.481.043.583	696.831.632	195.363.245	1.588.848.706
1990	76.732.427.195	13.545.163.011	3.953.039.659	59.234.224.525
1991	256.235.302.099	32.914.540.918	7.773.121.683	215.547.639.498
1992	4.105.324.337.321	564.563.474.659	10.373.736.223	3.530.387.126.439
1993	90.059.975.498	8.476.763.051	2.761.223.745	78.821.988.702
1994	1.014.994.929	87.442.547	34.663.480	892.888.902
1995	1.441.124.885	74.855.658	139.452.668	1.226.816.559
1996	1.825.347.472	141.424.373	453.866.346	1.230.056.753
1997	2.942.591.074	205.580.750	922.456.064	1.814.554.260
1998	5.333.217.551	282.497.682	2.505.567.498	2.545.152.371
1999	983.960.843	149.724.224	59.607.251	774.629.368
2000	1.379.091.121	205.700.138	259.532.521	913.858.462

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE D – DESPESA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO
ESTADO DO RGS, A PREÇOS DE DEZ/2000, POR CATEGORIAS
ECONÔMICAS (1971-2000)**

Anos	Despesa total	%	Despesas correntes	%	Despesas de capital	%
1971	2.635.873.660	100,00	2.144.908.037	81,37	490.965.623	18,63
1972	2.958.600.184	100,00	2.235.546.519	75,56	723.053.665	24,44
1973	3.666.848.097	100,00	2.798.925.044	76,33	867.923.053	23,67
1974	4.004.877.784	100,00	2.975.242.639	74,29	1.029.635.145	25,71
1975	4.881.071.700	100,00	3.581.745.805	73,38	1.299.325.894	26,62
1976	4.809.404.875	100,00	3.565.353.222	74,13	1.244.051.653	25,87
1977	4.656.107.954	100,00	3.597.211.543	77,26	1.058.896.411	22,74
1978	5.017.736.757	100,00	3.963.492.203	78,99	1.054.244.554	21,01
1979	5.291.762.558	100,00	4.108.951.846	77,65	1.182.810.712	22,35
1980	5.442.794.725	100,00	4.237.835.304	77,86	1.204.959.421	22,14
1981	5.953.803.899	100,00	4.545.796.577	76,35	1.408.007.322	23,65
1982	7.198.662.963	100,00	5.621.812.914	78,10	1.576.850.049	21,90
1983	7.149.324.142	100,00	5.776.076.779	80,79	1.373.247.364	19,21
1984	6.492.458.370	100,00	5.238.332.643	80,68	1.254.125.727	19,32
1985	9.495.320.792	100,00	8.075.074.309	85,04	1.420.246.484	14,96
1986	8.835.762.662	100,00	7.484.933.939	84,71	1.350.828.723	15,29
1987	7.905.455.987	100,00	6.307.381.430	79,79	1.598.074.557	20,21
1988	6.664.077.389	100,00	5.235.622.368	78,56	1.428.455.021	21,44
1989	6.984.579.687	100,00	5.121.174.976	73,32	1.863.404.712	26,68
1990	8.214.696.831	100,00	6.185.551.142	75,30	2.029.145.689	24,70
1991	6.708.781.713	100,00	5.392.357.217	80,38	1.316.424.497	19,62
1992	8.255.447.223	100,00	6.322.822.122	76,59	1.932.625.102	23,41
1993	8.099.767.344	100,00	6.175.759.106	76,25	1.924.008.238	23,75
1994	9.693.923.862	100,00	7.012.261.567	72,34	2.681.662.295	27,66
1995	10.289.519.760	100,00	7.910.176.904	76,88	2.379.342.856	23,12
1996	11.602.146.097	100,00	8.889.260.032	76,62	2.712.886.066	23,38
1997	12.592.968.378	100,00	8.540.219.127	67,82	4.052.749.251	32,18
1998	15.990.274.001	100,00	8.920.275.427	55,79	7.069.998.574	44,21
1999	9.641.873.525	100,00	8.470.301.304	87,85	1.171.572.221	12,15
2000	9.832.666.825	100,00	8.389.241.778	85,32	1.443.425.047	14,68

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice A.

**APÊNDICE E – DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Despesas correntes	%	Despesa de custeio	%	Transferências correntes	%
1971	2.144.908.037	100,00	1.144.658.845	53,37	1.000.249.192	46,63
1972	2.235.546.519	100,00	1.214.032.787	54,31	1.021.513.732	45,69
1973	2.798.925.044	100,00	1.574.339.612	56,25	1.224.585.432	43,75
1974	2.975.242.639	100,00	1.683.140.838	56,57	1.292.101.800	43,43
1975	3.581.745.805	100,00	2.016.770.606	56,31	1.564.975.199	43,69
1976	3.565.353.222	100,00	1.995.030.396	55,96	1.570.322.825	44,04
1977	3.597.211.543	100,00	1.926.114.435	53,54	1.671.097.108	46,46
1978	3.963.492.203	100,00	2.123.169.838	53,57	1.840.322.365	46,43
1979	4.108.951.846	100,00	2.092.537.098	50,93	2.016.414.748	49,07
1980	4.237.835.304	100,00	2.108.407.919	49,75	2.129.427.385	50,25
1981	4.545.796.577	100,00	2.214.731.589	48,72	2.331.064.988	51,28
1982	5.621.812.914	100,00	2.531.537.329	45,03	3.090.275.585	54,97
1983	5.776.076.779	100,00	2.337.839.305	40,47	3.438.237.474	59,53
1984	5.238.332.643	100,00	2.191.151.267	41,83	3.047.181.375	58,17
1985	8.075.074.309	100,00	2.465.210.713	30,53	5.609.863.596	69,47
1986	7.484.933.939	100,00	3.006.622.091	40,17	4.478.311.848	59,83
1987	6.307.381.430	100,00	2.277.319.902	36,11	4.030.061.528	63,89
1988	5.235.622.368	100,00	1.907.540.110	36,43	3.328.082.258	63,57
1989	5.121.174.976	100,00	2.292.367.628	44,76	2.828.807.347	55,24
1990	6.185.551.142	100,00	2.745.049.194	44,38	3.440.501.948	55,62
1991	5.392.357.217	100,00	2.293.909.971	42,54	3.098.447.246	57,46
1992	6.322.822.122	100,00	2.617.449.288	41,40	3.705.372.834	58,60
1993	6.175.759.106	100,00	2.398.941.550	38,84	3.776.817.556	61,16
1994	7.012.261.567	100,00	2.738.869.428	39,06	4.273.392.139	60,94
1995	7.910.176.904	100,00	3.182.352.632	40,23	4.727.824.273	59,77
1996	8.889.260.032	100,00	3.604.437.385	40,55	5.284.822.646	59,45
1997	8.540.219.127	100,00	3.499.651.875	40,98	5.040.567.252	59,02
1998	8.920.275.427	100,00	3.619.690.847	40,58	5.300.584.579	59,42
1999	8.470.301.304	100,00	3.353.970.618	39,60	5.116.330.686	60,40
2000	8.389.241.778	100,00	3.240.992.156	38,63	5.148.249.621	61,37

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice B.

**APÊNDICE F – DESPESAS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000)**

R\$1,00

Anos	Despesas de capital	%	Investimentos	%	Inversões financeiras	%	Transferências de capital	%
1971	490.965.623	100,00	123.846.056	25,22	56.471.131	11,50	310.648.437	63,27
1972	723.053.665	100,00	279.570.960	38,67	75.473.821	10,44	368.008.884	50,90
1973	867.923.053	100,00	436.507.546	50,29	66.965.304	7,72	364.450.203	41,99
1974	1.029.635.145	100,00	482.106.903	46,82	83.183.672	8,08	464.344.571	45,10
1975	1.299.325.894	100,00	476.068.319	36,64	153.210.254	11,79	670.047.322	51,57
1976	1.244.051.653	100,00	267.368.797	21,49	246.974.764	19,85	729.708.092	58,66
1977	1.058.896.411	100,00	271.365.837	25,63	122.908.367	11,61	664.622.207	62,77
1978	1.054.244.554	100,00	390.731.230	37,06	104.872.269	9,95	558.641.056	52,99
1979	1.182.810.712	100,00	356.802.915	30,17	26.878.638	2,27	799.129.159	67,56
1980	1.204.959.421	100,00	262.829.360	21,81	29.552.090	2,45	912.577.971	75,74
1981	1.408.007.322	100,00	324.752.075	23,06	57.343.812	4,07	1.025.911.435	72,86
1982	1.576.850.049	100,00	304.221.760	19,29	177.593.833	11,26	1.095.034.455	69,44
1983	1.373.247.364	100,00	254.971.235	18,57	213.861.416	15,57	904.414.713	65,86
1984	1.254.125.727	100,00	178.722.310	14,25	68.346.253	5,45	1.007.057.165	80,30
1985	1.420.246.484	100,00	136.576.297	9,62	65.313.212	4,60	1.218.356.975	85,78
1986	1.350.828.723	100,00	166.696.671	12,34	17.798.304	1,32	1.166.333.748	86,34
1987	1.598.074.557	100,00	197.161.453	12,34	140.101.669	8,77	1.260.811.435	78,90
1988	1.428.455.021	100,00	313.745.823	21,96	27.486.559	1,92	1.087.222.639	76,11
1989	1.863.404.712	100,00	523.360.152	28,09	146.728.898	7,87	1.193.315.662	64,04
1990	2.029.145.689	100,00	358.194.184	17,65	104.535.901	5,15	1.566.415.604	77,20
1991	1.316.424.497	100,00	169.100.462	12,85	39.934.887	3,03	1.107.389.148	84,12

Continua...

R\$1,00

Anos	Despesas de capital	%	Investimentos	%	Inversões financeiras	%	Transferências de capital	%
1992	1.932.625.102	100,00	265.774.261	13,75	4.883.547	0,25	1.661.967.294	86,00
1993	1.924.008.238	100,00	181.094.452	9,41	58.989.770	3,07	1.683.924.016	87,52
1994	2.681.662.295	100,00	231.027.146	8,62	91.582.475	3,42	2.359.052.675	87,97
1995	2.379.342.856	100,00	123.589.064	5,19	230.240.774	9,68	2.025.513.018	85,13
1996	2.712.886.066	100,00	210.189.138	7,75	674.549.753	24,86	1.828.147.175	67,39
1997	4.052.749.251	100,00	283.140.678	6,99	1.270.473.208	31,35	2.499.135.365	61,67
1998	7.069.998.574	100,00	374.494.044	5,30	3.321.514.352	46,98	3.373.990.178	47,72
1999	1.171.572.221	100,00	178.272.076	15,22	70.972.539	6,06	922.327.607	78,73
2000	1.443.425.047	100,00	215.295.948	14,92	271.639.586	18,82	956.489.512	66,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice C.

**APÊNDICE G – POPULAÇÃO RS E PIB PM, TOTAL E PER CAPITA,
EM VALOR DE DEZ/2000 (1971-2000)**

Anos	População RS	PIB pm (em R\$1,00)	PIB per capita (em R\$1,00)
1971	6.789.791	29.896.243.316	4.403,12
1972	6.911.667	33.138.262.490	4.794,54
1973	7.030.841	42.563.454.524	6.053,82
1974	7.147.085	47.651.962.404	6.667,33
1975	7.260.197	52.307.062.841	7.204,63
1976	7.370.001	57.131.807.067	7.751,94
1977	7.476.349	59.749.189.574	7.991,76
1978	7.579.124	63.654.528.752	8.398,67
1979	7.678.232	68.164.562.631	8.877,64
1980	7.773.837	70.191.891.762	9.029,25
1981	7.888.168	67.694.559.773	8.581,78
1982	8.006.821	68.756.341.034	8.587,22
1983	8.129.798	66.949.345.709	8.235,06
1984	8.252.643	66.382.500.262	8.043,79
1985	8.379.713	67.315.872.578	8.033,20
1986	8.509.658	75.328.869.378	8.852,16
1987	8.639.748	72.826.550.739	8.429,24
1988	8.767.542	72.197.091.868	8.234,59
1989	8.892.716	77.655.520.236	8.732,49
1990	9.017.408	68.312.560.455	7.575,63
1991	9.138.670	65.936.161.807	7.215,07
1992	9.238.799	71.157.184.847	7.702,00
1993	9.338.914	74.072.478.687	7.931,59
1994	9.439.415	82.244.219.349	8.712,85
1995	9.540.715	88.582.803.323	9.284,71
1996	9.634.688	94.023.364.759	9.758,84
1997	9.768.568	95.336.167.627	9.759,48
1998	9.904.422	93.514.250.012	9.441,67
1999	10.042.098	88.645.348.542	8.827,37
2000	10.187.798	87.016.346.998	8.541,23

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados brutos da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1988, 2000 e Anexos A e B.

**APÊNDICE H – DESPESA GERAL, POR CATEGORIAS
ECONÔMICAS, SOBRE INDICADORES SELECIONADOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Despesa total		Despesas correntes		Despesas de capital	
	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)
1971	8,82	388,21	7,17	315,90	1,64	72,31
1972	8,93	428,06	6,75	323,45	2,18	104,61
1973	8,62	521,54	6,58	398,09	2,04	123,45
1974	8,40	560,35	6,24	416,29	2,16	144,06
1975	9,33	672,31	6,85	493,34	2,48	178,97
1976	8,42	652,57	6,24	483,77	2,18	168,80
1977	7,79	622,78	6,02	481,15	1,77	141,63
1978	7,88	662,05	6,23	522,95	1,66	139,10
1979	7,76	689,19	6,03	535,14	1,74	154,05
1980	7,75	700,14	6,04	545,14	1,72	155,00
1981	8,80	754,78	6,72	576,28	2,08	178,50
1982	10,47	899,07	8,18	702,13	2,29	196,94
1983	10,68	879,40	8,63	710,48	2,05	168,92
1984	9,78	786,71	7,89	634,75	1,89	151,97
1985	14,11	1.133,13	12,00	963,65	2,11	169,49
1986	11,73	1.038,32	9,94	879,58	1,79	158,74
1987	10,86	915,01	8,66	730,04	2,19	184,97
1988	9,23	760,09	7,25	597,16	1,98	162,93
1989	8,99	785,43	6,59	575,88	2,40	209,54
1990	12,03	910,98	9,05	685,96	2,97	225,03
1991	10,17	734,11	8,18	590,06	2,00	144,05
1992	11,60	893,56	8,89	684,38	2,72	209,19
1993	10,93	867,31	8,34	661,29	2,60	206,02
1994	11,79	1.026,96	8,53	742,87	3,26	284,09
1995	11,62	1.078,49	8,93	829,10	2,69	249,39
1996	12,34	1.204,21	9,45	922,63	2,89	281,57
1997	13,21	1.289,13	8,96	874,25	4,25	414,88
1998	17,10	1.614,46	9,54	900,64	7,56	713,82
1999	10,88	960,15	9,56	843,48	1,32	116,67
2000	11,30	965,14	9,64	823,46	1,66	141,68

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices D e G.

**APÊNDICE I – DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS, SOBRE INDICADORES
SELECIONADOS (1971-2000)**

Anos	Despesas correntes		Despesas de custeio		Transferências correntes % s/ PIB	
	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	pm	per capita (em R\$)
1971	7,17	315,90	3,83	168,59	3,35	147,32
1972	6,75	323,45	3,66	175,65	3,08	147,80
1973	6,58	398,09	3,70	223,92	2,88	174,17
1974	6,24	416,29	3,53	235,50	2,71	180,79
1975	6,85	493,34	3,86	277,78	2,99	215,56
1976	6,24	483,77	3,49	270,70	2,75	213,07
1977	6,02	481,15	3,22	257,63	2,80	223,52
1978	6,23	522,95	3,34	280,13	2,89	242,81
1979	6,03	535,14	3,07	272,53	2,96	262,61
1980	6,04	545,14	3,00	271,22	3,03	273,92
1981	6,72	576,28	3,27	280,77	3,44	295,51
1982	8,18	702,13	3,68	316,17	4,49	385,96
1983	8,63	710,48	3,49	287,56	5,14	422,92
1984	7,89	634,75	3,30	265,51	4,59	369,24
1985	12,00	963,65	3,66	294,19	8,33	669,46
1986	9,94	879,58	3,99	353,32	5,95	526,26
1987	8,66	730,04	3,13	263,59	5,53	466,46
1988	7,25	597,16	2,64	217,57	4,61	379,59
1989	6,59	575,88	2,95	257,78	3,64	318,10
1990	9,05	685,96	4,02	304,42	5,04	381,54
1991	8,18	590,06	3,48	251,01	4,70	339,05
1992	8,89	684,38	3,68	283,31	5,21	401,07
1993	8,34	661,29	3,24	256,88	5,10	404,42
1994	8,53	742,87	3,33	290,15	5,20	452,72
1995	8,93	829,10	3,59	333,55	5,34	495,54
1996	9,45	922,63	3,83	374,11	5,62	548,52
1997	8,96	874,25	3,67	358,26	5,29	516,00
1998	9,54	900,64	3,87	365,46	5,67	535,17
1999	9,56	843,48	3,78	333,99	5,77	509,49
2000	9,64	823,46	3,72	318,12	5,92	505,33

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices E e G.

**APÊNDICE J – PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO
DO RS NO PIB PM E NA POPULAÇÃO RS (1971-2000)**

Anos	Despesa de capital		Investimentos		Inversões financeiras		Transferências de capital	
	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)
1971	1,64	72,31	0,41	18,24	0,19	8,32	1,04	45,75
1972	2,18	104,61	0,84	40,45	0,23	10,92	1,11	53,24
1973	2,04	123,45	1,03	62,08	0,16	9,52	0,86	51,84
1974	2,16	144,06	1,01	67,46	0,17	11,64	0,97	64,97
1975	2,48	178,97	0,91	65,57	0,29	21,10	1,28	92,29
1976	2,18	168,80	0,47	36,28	0,43	33,51	1,28	99,01
1977	1,77	141,63	0,45	36,30	0,21	16,44	1,11	88,90
1978	1,66	139,10	0,61	51,55	0,16	13,84	0,88	73,71
1979	1,74	154,05	0,52	46,47	0,04	3,50	1,17	104,08
1980	1,72	155,00	0,37	33,81	0,04	3,80	1,30	117,39
1981	2,08	178,50	0,48	41,17	0,08	7,27	1,52	130,06
1982	2,29	196,94	0,44	38,00	0,26	22,18	1,59	136,76
1983	2,05	168,92	0,38	31,36	0,32	26,31	1,35	111,25
1984	1,89	151,97	0,27	21,66	0,10	8,28	1,52	122,03
1985	2,11	169,49	0,20	16,30	0,10	7,79	1,81	145,39
1986	1,79	158,74	0,22	19,59	0,02	2,09	1,55	137,06
1987	2,19	184,97	0,27	22,82	0,19	16,22	1,73	145,93
1988	1,98	162,93	0,43	35,78	0,04	3,14	1,51	124,01
1989	2,40	209,54	0,67	58,85	0,19	16,50	1,54	134,19
1990	2,97	225,03	0,52	39,72	0,15	11,59	2,29	173,71
1991	2,00	144,05	0,26	18,50	0,06	4,37	1,68	121,18
1992	2,72	209,19	0,37	28,77	0,01	0,53	2,34	179,89

Continua...

Anos	Despesa de capital		Investimentos		Inversões financeiras		Transferências de capital	
	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)	% s/ PIB pm	per capita (em R\$)
1993	2,60	206,02	0,24	19,39	0,08	6,32	2,27	180,31
1994	3,26	284,09	0,28	24,47	0,11	9,70	2,87	249,92
1995	2,69	249,39	0,14	12,95	0,26	24,13	2,29	212,30
1996	2,89	281,57	0,22	21,82	0,72	70,01	1,94	189,75
1997	4,25	414,88	0,30	28,98	1,33	130,06	2,62	255,83
1998	7,56	713,82	0,40	37,81	3,55	335,36	3,61	340,65
1999	1,32	116,67	0,20	17,75	0,08	7,07	1,04	91,85
2000	1,66	141,68	0,25	21,13	0,31	26,66	1,10	93,89

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices F e G.

**APÊNDICE K – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB PM
RS, TOTAL E PER CAPITA, E DA POPULAÇÃO RS (1971-2000)**

ANOS	POPULAÇÃO		PIB pm		PIB Per capita	
	(1971=100)	Tx.Cresc.Ano	(1971=100)	Tx.Cresc.Ano	(1971=100)	Tx.Cresc.Ano
1971	100,00		100,00		100,00	
1972	101,79	1,79	110,84	10,84	108,89	8,89
1973	103,55	1,72	142,37	28,44	137,49	26,26
1974	105,26	1,65	159,39	11,96	151,42	10,13
1975	106,93	1,58	174,96	9,77	163,63	8,06
1976	108,55	1,51	191,10	9,22	176,06	7,60
1977	110,11	1,44	199,86	4,58	181,50	3,09
1978	111,63	1,37	212,92	6,54	190,74	5,09
1979	113,08	1,31	228,00	7,09	201,62	5,70
1980	114,49	1,25	234,78	2,97	205,06	1,71
1981	116,18	1,47	226,43	(3,56)	194,90	(4,96)
1982	117,92	1,50	229,98	1,57	195,03	0,06
1983	119,74	1,54	223,94	(2,63)	187,03	(4,10)
1984	121,54	1,51	222,04	(0,85)	182,68	(2,32)
1985	123,42	1,54	225,16	1,41	182,44	(0,13)
1986	125,33	1,55	251,97	11,90	201,04	10,19
1987	127,25	1,53	243,60	(3,32)	191,44	(4,78)
1988	129,13	1,48	241,49	(0,86)	187,02	(2,31)
1989	130,97	1,43	259,75	7,56	198,33	6,05
1990	132,81	1,40	228,50	(12,03)	172,05	(13,25)
1991	134,59	1,34	220,55	(3,48)	163,86	(4,76)
1992	136,07	1,10	238,01	7,92	174,92	6,75
1993	137,54	1,08	247,77	4,10	180,14	2,98
1994	139,02	1,08	275,10	11,03	197,88	9,85
1995	140,52	1,07	296,30	7,71	210,87	6,56
1996	141,90	0,98	314,50	6,14	221,63	5,11
1997	143,87	1,39	318,89	1,40	221,65	0,01
1998	145,87	1,39	312,80	(1,91)	214,43	(3,26)
1999	147,90	1,39	296,51	(5,21)	200,48	(6,51)
2000	150,05	1,45	291,06	(1,84)	193,98	(3,24)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice G.

**APÊNDICE L - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA
GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-
2000)**

Anos	Despesa total		Despesas correntes		Despesas de capital	
	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)
1971	100,00		100,00		100,00	
1972	112,24	12,24	104,23	4,23	147,27	47,27
1973	139,11	23,94	130,49	25,20	176,78	20,04
1974	151,94	9,22	138,71	6,30	209,72	18,63
1975	185,18	21,88	166,99	20,38	264,65	26,19
1976	182,46	(1,47)	166,22	(0,46)	253,39	(4,25)
1977	176,64	(3,19)	167,71	0,89	215,68	(14,88)
1978	190,36	7,77	184,79	10,18	214,73	(0,44)
1979	200,76	5,46	191,57	3,67	240,92	12,20
1980	206,49	2,85	197,58	3,14	245,43	1,87
1981	225,88	9,39	211,93	7,27	286,78	16,85
1982	273,10	20,91	262,10	23,67	321,17	11,99
1983	271,23	(0,69)	269,29	2,74	279,70	(12,91)
1984	246,31	(9,19)	244,22	(9,31)	255,44	(8,67)
1985	360,23	46,25	376,48	54,15	289,28	13,25
1986	335,21	(6,95)	348,96	(7,31)	275,14	(4,89)
1987	299,92	(10,53)	294,06	(15,73)	325,50	18,30
1988	252,82	(15,70)	244,10	(16,99)	290,95	(10,61)
1989	264,98	4,81	238,76	(2,19)	379,54	30,45
1990	311,65	17,61	288,38	20,78	413,30	8,89
1991	254,52	(18,33)	251,40	(12,82)	268,13	(35,12)
1992	313,20	23,05	294,78	17,26	393,64	46,81
1993	307,29	(1,89)	287,93	(2,33)	391,88	(0,45)
1994	367,77	19,68	326,93	13,54	546,20	39,38
1995	390,36	6,14	368,79	12,80	484,63	(11,27)
1996	440,16	12,76	414,44	12,38	552,56	14,02
1997	477,75	8,54	398,16	(3,93)	825,46	49,39
1998	606,64	26,98	415,88	4,45	1.440,02	74,45
1999	365,79	(39,70)	394,90	(5,04)	238,63	(83,43)
2000	373,03	1,98	391,12	(0,96)	294,00	23,20

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice D.

**APÊNDICE M - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS
DESPESAS CORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO
ESTADO DO RS (1971–2000)**

Anos	Despesas correntes		Despesas de custeio		Transferências correntes	
	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)
1971	100,00		100,00		100,00	
1972	104,23	4,23	106,06	6,06	102,13	2,13
1973	130,49	25,20	137,54	29,68	122,43	19,88
1974	138,71	6,30	147,04	6,91	129,18	5,51
1975	166,99	20,38	176,19	19,82	156,46	21,12
1976	166,22	(0,46)	174,29	(1,08)	156,99	0,34
1977	167,71	0,89	168,27	(3,45)	167,07	6,42
1978	184,79	10,18	185,48	10,23	183,99	10,13
1979	191,57	3,67	182,81	(1,44)	201,59	9,57
1980	197,58	3,14	184,20	0,76	212,89	5,60
1981	211,93	7,27	193,48	5,04	233,05	9,47
1982	262,10	23,67	221,16	14,30	308,95	32,57
1983	269,29	2,74	204,24	(7,65)	343,74	11,26
1984	244,22	(9,31)	191,42	(6,27)	304,64	(11,37)
1985	376,48	54,15	215,37	12,51	560,85	84,10
1986	348,96	(7,31)	262,67	21,96	447,72	(20,17)
1987	294,06	(15,73)	198,95	(24,26)	402,91	(10,01)
1988	244,10	(16,99)	166,65	(16,24)	332,73	(17,42)
1989	238,76	(2,19)	200,27	20,17	282,81	(15,00)
1990	288,38	20,78	239,81	19,75	343,96	21,62
1991	251,40	(12,82)	200,40	(16,43)	309,77	(9,94)
1992	294,78	17,26	228,67	14,10	370,44	19,59
1993	287,93	(2,33)	209,58	(8,35)	377,59	1,93
1994	326,93	13,54	239,27	14,17	427,23	13,15
1995	368,79	12,80	278,02	16,19	472,66	10,63
1996	414,44	12,38	314,89	13,26	528,35	11,78
1997	398,16	(3,93)	305,74	(2,91)	503,93	(4,62)
1998	415,88	4,45	316,22	3,43	529,93	5,16
1999	394,90	(5,04)	293,01	(7,34)	511,51	(3,48)
2000	391,12	(0,96)	283,14	(3,37)	514,70	0,62

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice E.

**APÊNDICE N – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Despesas de Capital		Investimentos		Inversões Financeiras		Transferências de Capital	
	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)	Índice (1971=100)	Taxa (% ao ano)
1971	100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	147,27	47,27	225,74	125,74	133,65	33,65	118,46	18,46
1973	176,78	20,04	352,46	56,13	118,58	(11,27)	117,32	(0,97)
1974	209,72	18,63	389,28	10,45	147,30	24,22	149,48	27,41
1975	264,65	26,19	384,40	(1,25)	271,31	84,18	215,69	44,30
1976	253,39	(4,25)	215,89	(43,84)	437,35	61,20	234,90	8,90
1977	215,68	(14,88)	219,12	1,49	217,65	(50,23)	213,95	(8,92)
1978	214,73	(0,44)	315,50	43,99	185,71	(14,67)	179,83	(15,95)
1979	240,92	12,20	288,10	(8,68)	47,60	(74,37)	257,25	43,05
1980	245,43	1,87	212,22	(26,34)	52,33	9,95	293,77	14,20
1981	286,78	16,85	262,22	23,56	101,55	94,04	330,25	12,42
1982	321,17	11,99	245,65	(6,32)	314,49	209,70	352,50	6,74
1983	279,70	(12,91)	205,88	(16,19)	378,71	20,42	291,14	(17,41)
1984	255,44	(8,67)	144,31	(29,90)	121,03	(68,04)	324,18	11,35
1985	289,28	13,25	110,28	(23,58)	115,66	(4,44)	392,20	20,98
1986	275,14	(4,89)	134,60	22,05	31,52	(72,75)	375,45	(4,27)
1987	325,50	18,30	159,20	18,28	248,09	687,16	405,86	8,10
1988	290,95	(10,61)	253,34	59,13	48,67	(80,38)	349,98	(13,77)
1989	379,54	30,45	422,59	66,81	259,83	433,82	384,14	9,76
1990	413,30	8,89	289,23	(31,56)	185,11	(28,76)	504,24	31,27
1991	268,13	(35,12)	136,54	(52,79)	70,72	(61,80)	356,48	(29,30)

Continua...

Anos	Despesas de Capital		Investimentos		Inversões Financeiras		Transferências de Capital	
	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa
	(1971=100)	(% ao ano)	(1971=100)	(% ao ano)	(1971=100)	(% ao ano)	(1971=100)	(% ao ano)
1992	393,64	46,81	214,60	57,17	8,65	(87,77)	535,00	50,08
1993	391,88	(0,45)	146,23	(31,86)	104,46	1.107,93	542,07	1,32
1994	546,20	39,38	186,54	27,57	162,18	55,25	759,40	40,09
1995	484,63	(11,27)	99,79	(46,50)	407,71	151,40	652,03	(14,14)
1996	552,56	14,02	169,72	70,07	1.194,50	192,98	588,49	(9,74)
1997	825,46	49,39	228,62	34,71	2.249,77	88,34	804,49	36,70
1998	1.440,02	74,45	302,39	32,26	5.881,79	161,44	1.086,11	35,01
1999	238,63	(83,43)	143,95	(52,40)	125,68	(97,86)	296,90	(72,66)
2000	294,00	23,20	173,84	20,77	481,02	282,74	307,90	3,70

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice C.

**APÊNDICE O - GASTOS PÚBLICOS CONSOLIDADOS, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

	Total	Pessoal	Serviço da dívida	Investimento	Manutenção
1971	1.957.845	945.259	117.414	310.560	584.612
1972	2.578.599	1.130.398	146.187	566.286	735.728
1973	3.672.581	1.600.992	232.687	808.683	1.030.219
1974	5.115.695	2.112.684	414.356	1.148.742	1.439.913
1975	7.956.379	3.304.027	889.146	1.623.244	2.139.962
1976	11.098.826	4.892.975	1.125.393	2.302.278	2.778.180
1977	15.333.804	6.802.512	2.041.542	2.362.927	4.126.823
1978	22.910.231	10.612.049	2.698.598	3.617.762	5.981.822
1979	36.986.137	16.881.828	4.828.797	6.008.226	9.267.286
1980	75.853.563	34.716.446	10.085.194	11.218.057	19.833.866
1981	174.149.127	78.000.025	19.534.869	33.849.046	42.765.187
1982	411.542.639	172.273.796	60.108.325	75.312.707	103.847.811
1983	1.040.299.406	414.635.425	267.243.246	133.611.429	224.809.306
1984	3.028.670.568	1.320.331.797	671.844.864	388.355.384	648.138.523
1985	14.419.700.216	4.964.690.372	5.294.149.920	1.148.765.805	3.012.094.119
1986	32.506.781.339	14.993.584.452	7.307.999.848	2.736.015.780	7.469.181.259
1987	94.484.605.903	37.773.691.218	27.984.477.356	10.402.144.047	18.324.293.282
1988	624.917.738.283	251.174.178.000	105.748.442.000	64.893.914.989	203.101.203.295
1989	9.299.668.775	4.265.418.446	928.472.456	1.638.377.697	2.467.400.176
1990	310.639.906.223	140.128.730.717	31.467.262.251	50.092.816.555	88.951.096.700
1991	1.305.830.082.494	571.778.571.581	176.326.613.938	105.631.553.398	452.093.343.577
1992	17.536.400.812.211	7.384.180.024.466	3.018.532.473.824	1.847.819.250.548	5.285.869.063.373
1993	379.138.110.790	150.175.971.000	72.735.121.817	29.653.106.719	126.573.911.254
1994	3.669.098.671	1.408.713.007	763.866.715	309.840.609	1.186.678.340
1995	6.232.175.806	2.779.745.365	1.162.057.034	389.067.362	1.901.306.045
1996	7.806.427.375	3.373.176.882	1.162.257.319	828.432.441	2.442.560.733

Continua...

	Total	Pessoal	Serviço da dívida	Investimento	Manutenção
1997	9.143.412.052	3.567.126.223	1.579.018.275	1.494.158.361	2.503.109.193
1998	12.062.182.057	4.328.018.688	1.757.654.593	3.699.913.322	2.276.595.454
1999	8.097.858.441	4.558.979.809	750.455.248	423.467.377	2.364.956.007
2000	9.394.421.654	4.956.919.812	840.817.653	765.950.722	2.830.733.467

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE P – DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO
ESTADO DO RS (1971 - 2000)**

Anos	Total	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1971	945.259	703.737		10.304	215.964	8.015	6.984	255
1972	1.130.398	789.641	51.667	26.318	234.545	9.002	8.349	10.876
1973	1.600.992	1.083.968	89.384	51.942	316.042	13.149	13.831	32.676
1974	2.112.684	1.506.578	105.585	58.332	403.574	17.978	20.637	
1975	3.304.027	2.410.610	132.738	88.639	615.147	27.352	29.541	
1976	4.892.975	3.567.525	195.113	119.521	918.078	48.976	43.762	
1977	6.802.512	4.825.312	405.114	28.201	1.291.708	76.188	64.796	111.193
1978	10.612.049	7.572.454	398.386	55.162	2.200.056	120.051	94.675	171.265
1979	16.881.828	12.699.504		67.751	3.574.581	206.044	148.036	185.912
1980	34.716.446	25.462.640		151.487	7.747.839	448.371	306.610	599.499
1981	78.000.025	56.705.830		433.797	18.390.043	1.000.454	665.351	804.550
1982	172.273.796	125.267.010		922.043	41.472.567	2.090.090	1.396.051	1.126.035
1983	414.635.425	295.967.369		2.224.243	106.065.229	4.823.357	3.203.597	2.351.630
1984	1.320.331.797	896.323.203		6.165.474	384.191.892	15.954.280	9.247.585	8.449.363
1985	4.964.690.372	3.305.406.933		22.143.662	1.521.710.297	69.205.638	30.643.805	15.580.037
1986	14.993.584.452	9.815.598.902		46.164.290	4.639.367.366	195.571.963	77.148.621	219.733.310
1987	37.773.691.218	24.179.478.487		70.266.374	12.591.741.559	400.358.688	155.904.542	375.941.568
1988	251.174.178.000	153.614.083.000		800.689.000	92.201.965.000	3.126.499.000	958.171.000	472.771.000
1989	4.265.418.446	2.685.764.287		10.539.148	1.504.792.525	50.993.125	10.452.241	2.877.120
1990	140.128.730.717	90.005.306.682		561.848.327	47.276.191.955	1.677.936.408	196.953.624	410.493.721
1991	571.778.571.581	356.966.251.279		2.539.715.921	200.564.691.110	7.288.057.212	843.123.036	3.576.733.023
1992	7.384.180.024.466	4.516.235.598.205		33.079.379.568	2.662.939.187.006	96.363.355.646	65.357.898.637	10.204.605.404
1993	150.175.971.000	91.470.192.000		618.081.750	54.833.900.000	1.950.096.500	1.114.223.000	189.477.750

Continua...

Anos	Total	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1994	1.408.713.007	849.119.409		1.983.811	527.085.161	17.539.751	11.739.460	1.245.415
1995	2.779.745.365	1.607.049.919		1.529.296	1.078.343.182	33.887.820	23.190.792	35.744.356
1996	3.373.176.882	1.912.600.674		2.124.730	1.347.924.481	31.997.545	28.368.641	50.160.811
1997	3.567.126.223	1.945.516.921		3.820.179	1.484.354.678	32.639.140	27.421.932	73.373.373
1998	4.328.018.688	2.081.034.155	307.762.557	6.263.535	1.771.388.337	37.359.434	26.541.661	97.669.009
1999	4.558.979.809	2.220.907.261	417.554.980	6.931.518	1.816.079.718	36.007.183	25.546.667	35.952.482
2000	4.956.919.812	2.242.031.190	593.702.646	4.782.187	1.915.260.699	35.654.103	27.177.067	138.311.920

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE Q – - SERVIÇO DA DÍVIDA, A PREÇOS CORRENTES, DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Serviço da dívida	Amortização	Juros	Encargos
1971	117.414	54.114	31.583	31.717
1972	146.187	63.899	34.960	47.328
1973	232.687	60.597	52.266	119.824
1974	414.356	166.479	74.382	173.495
1975	889.146	494.719	151.123	243.304
1976	1.125.393	568.662	375.205	181.526
1977	2.041.542	1.124.301	716.473	200.768
1978	2.698.598	1.195.760	1.078.923	423.915
1979	4.828.797	2.258.887	1.561.030	1.008.880
1980	10.085.194	5.574.872	2.972.998	1.537.324
1981	19.534.869	7.335.254	7.329.785	4.869.830
1982	60.108.325	14.834.732	19.601.737	25.671.856
1983	267.243.246	66.210.035	59.855.160	141.178.051
1984	671.844.864	196.682.434	247.310.346	227.852.084
1985	5.294.149.920	1.008.036.369	1.773.994.958	2.512.118.593
1986	7.307.999.848	2.233.684.698	3.705.903.790	1.368.411.360
1987	27.984.477.356	8.697.759.232	8.175.017.205	11.111.700.919
1988	105.748.442.000	69.058.143.000	33.873.374.000	2.816.925.000
1989	928.472.456	842.665.886	77.498.599	8.307.971
1990	31.467.262.251	26.639.610.640	4.418.037.261	409.614.350
1991	176.326.613.938	150.603.748.701	15.908.990.332	9.813.874.905
1992	3.018.532.473.824	2.257.505.086.773	750.457.467.536	10.569.919.515
1993	72.735.121.817	60.406.868.779	5.264.244.142	7.064.008.896
1994	763.866.715	705.154.320	45.491.193	13.221.202
1995	1.162.057.034	1.052.057.523	100.413.433	9.586.078
1996	1.162.257.319	996.915.031	145.776.557	19.565.731
1997	1.579.018.275	1.448.432.713	102.999.093	27.586.469
1998	1.757.654.593	1.633.304.229	110.101.156	14.249.208
1999	750.455.248	560.493.466	183.570.552	6.391.230
2000	840.817.653	613.140.399	220.289.138	7.388.116

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
 b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
 c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
 d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
 e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
 f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE R – DESPESA COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA, EM
VALORES CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO
ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Amortização	Fundada interna	Fundada externa
1971	54.114	50.673	3.441
1972	63.899	60.162	3.737
1973	60.597	56.598	3.999
1974	166.479	162.752	3.727
1975	494.719	493.097	1.622
1976	568.662	544.754	23.908
1977	1.124.301	1.093.131	31.170
1978	1.195.760	992.532	203.228
1979	2.258.887	1.830.811	428.076
1980	5.574.872	4.762.028	812.844
1981	7.335.254	5.910.358	1.424.896
1982	14.834.732	13.628.490	1.206.242
1983	66.210.035	64.787.413	1.422.622
1984	196.682.434	194.822.795	1.859.639
1985	1.008.036.369	965.766.807	42.269.562
1986	2.233.684.698	1.873.941.703	359.742.995
1987	8.697.759.232	7.214.931.247	1.482.827.985
1988	69.058.143.000	57.361.400.000	11.696.743.000
1989	842.665.886	803.279.269	39.386.617
1990	26.639.610.640	26.639.160.603	450.037
1991	150.603.748.701	150.601.141.508	2.607.193
1992	2.257.505.086.773	2.257.467.470.893	37.615.880
1993	60.406.868.779	60.214.879.282	191.989.497
1994	705.154.320	698.922.024	6.232.296
1995	1.052.057.523	1.026.494.899	25.562.624
1996	996.915.031	970.959.596	25.955.435
1997	1.448.432.713	1.421.035.422	27.397.291
1998	1.633.304.229	1.602.506.476	30.797.753
1999	560.493.466	517.159.735	43.333.731
2000	613.140.399	569.149.412	43.990.987

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

Nota : a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;

b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;

c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;

d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;

e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;

f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE S - DESPESA, A PREÇOS CORRENTES, COM JUROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Total de juros	Dívida flutuante	Fundada interna	Fundada externa
1971	31.583	11.915	18.450	1.218
1972	34.960	16.476	17.586	898
1973	52.266	23.263	23.060	5.943
1974	74.382	32.928	32.614	8.840
1975	151.123	58.210	84.034	8.879
1976	375.205	190.857	165.821	18.527
1977	716.473	406.285	256.363	53.825
1978	1.078.923	591.003	385.356	102.564
1979	1.561.030	411.828	968.086	181.116
1980	2.972.998	316.845	2.147.754	508.399
1981	7.329.785	1.364.160	4.446.873	1.518.752
1982	19.601.737	6.548.730	10.155.051	2.897.956
1983	59.855.160	20.817.186	32.312.383	6.725.591
1984	247.310.346	138.378.074	82.534.272	26.398.000
1985	1.773.994.958	1.221.208.926	385.510.624	167.275.408
1986	3.705.903.790	2.522.684.910	941.127.651	242.091.229
1987	8.175.017.205	5.307.377.451	2.233.737.594	633.902.160
1988	33.873.374.000	3.992.724.000	22.989.892.000	6.890.758.000
1989	77.498.599	488.614	48.405.949	28.604.036
1990	4.418.037.261	584.340.641	3.814.669.578	19.027.042
1991	15.908.990.332	672.356.533	13.462.263.358	1.774.370.441
1992	750.457.467.536	568.584.211.787	148.697.345.655	33.175.910.094
1993	5.264.244.142	37.704	2.595.687.718	2.668.518.720
1994	45.491.193	596.709	31.904.768	12.989.716

Continua...

Anos	Total de juros	Dívida flutuante	Fundada interna	Fundada externa
1995	100.413.433	23.637.558	72.698.312	4.077.563
1996	145.776.557	23.616.590	117.097.137	5.062.830
1997	102.999.093	2.783.612	94.779.675	5.435.806
1998	110.101.156	-	98.299.476	11.801.680
1999	183.570.552	379.789	138.844.277	44.346.486
2000	220.289.138	-	169.904.543	50.384.595

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

Nota : a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

APÊNDICE T - DESPESA, EM VALORES CORRENTES, COM ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971 – 2000)

Anos	Total Encargos	Dívida flutuante	Fundada Interna	Fundada Externa
1971	31.717	28.720	2.997	-
1972	47.328	42.836	3.494	998
1973	119.824	108.191	9.897	1.736
1974	173.495	129.917	43.578	-
1975	243.304	182.607	60.697	-
1976	181.526	136.500	45.026	-
1977	200.768	185.187	14.474	1.107
1978	423.915	381.783	16.968	25.164
1979	1.008.880	641.972	347.302	19.606
1980	1.537.324	1.099.480	334.673	103.171
1981	4.869.830	3.507.135	1.083.185	279.510
1982	25.671.856	23.644.399	1.454.430	573.027
1983	141.178.051	137.302.780	3.100.291	774.980
1984	227.852.084	214.390.721	7.721.670	5.739.693
1985	2.512.118.593	2.438.778.535	67.110.203	6.229.855
1986	1.368.411.360	26.057.324	1.335.461.353	6.892.683
1987	11.111.700.919	10.835.436.021	271.741.618	4.523.280
1988	2.816.925.000	1.173.326.000	1.547.865.000	95.734.000
1989	8.307.971	648.906	7.505.874	153.191
1990	409.614.350	214.372.685	178.911.901	16.329.764
1991	9.813.874.905	8.814.819.622	935.948.412	63.106.871
1992	10.569.919.515	-	9.245.135.862	1.324.783.653
1993	7.064.008.896	6.853.160.036	194.348.087	16.500.773
1994	13.221.202	11.681.938	1.435.483	103.781
				Continua...

Anos	Total Encargos	Dívida flutuante	Fundada Interna	Fundada Externa
1995	9.586.078	6.937.834	2.575.715	72.529
1996	19.565.731	11.187.501	8.035.970	342.260
1997	27.586.469	23.641.096	3.060.422	884.951
1998	14.249.208	8.436.908	3.666.014	2.146.286
1999	6.391.230	-	4.432.391	1.958.839
2000	7.388.116	-	5.260.839	2.127.277

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE U – GASTOS PÚBLICOS CONSOLIDADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL, A PREÇOS DE DEZ/2000 (1971-2000)**

Anos	Total	%	Pessoal	%	Serviço da dívida	%	Investimento	%	Manutenção	%
1971	2.635.873.660	100,00	1.272.615.197	48,28	158.076.084	6,00	418.111.201	15,86	787.071.179	29,86
1972	2.958.600.184	100,00	1.296.981.706	43,84	167.730.184	5,67	649.738.041	21,96	844.150.252	28,53
1973	3.666.848.097	100,00	1.598.492.850	43,59	232.323.775	6,34	807.420.645	22,02	1.028.610.827	28,05
1974	4.004.877.784	100,00	1.653.937.777	41,30	324.383.127	8,10	899.305.239	22,46	1.127.251.641	28,15
1975	4.881.071.700	100,00	2.026.951.291	41,53	545.472.429	11,18	995.826.160	20,40	1.312.821.820	26,90
1976	4.809.404.875	100,00	2.120.251.080	44,09	487.661.540	10,14	997.635.879	20,74	1.203.856.375	25,03
1977	4.656.107.954	100,00	2.065.582.045	44,36	619.914.011	13,31	717.502.532	15,41	1.253.109.365	26,91
1978	5.017.736.757	100,00	2.324.222.237	46,32	591.039.627	11,78	792.352.437	15,79	1.310.122.457	26,11
1979	5.291.762.558	100,00	2.415.354.308	45,64	690.876.346	13,06	859.622.225	16,24	1.325.909.680	25,06
1980	5.442.794.725	100,00	2.491.043.027	45,77	723.652.766	13,30	804.940.191	14,79	1.423.158.741	26,15
1981	5.953.803.899	100,00	2.666.661.964	44,79	667.857.377	11,22	1.157.229.930	19,44	1.462.054.628	24,56
1982	7.198.662.963	100,00	3.013.396.128	41,86	1.051.408.850	14,61	1.317.362.390	18,30	1.816.495.595	25,23
1983	7.149.324.142	100,00	2.849.528.739	39,86	1.836.594.907	25,69	918.227.396	12,84	1.544.973.101	21,61
1984	6.492.458.370	100,00	2.830.350.490	43,59	1.440.211.047	22,18	832.504.264	12,82	1.389.392.568	21,40
1985	9.495.320.792	100,00	3.269.230.775	34,43	3.486.178.704	36,71	756.458.156	7,97	1.983.453.157	20,89
1986	8.835.762.662	100,00	4.075.449.744	46,12	1.986.408.667	22,48	743.684.397	8,42	2.030.219.855	22,98
1987	7.905.455.987	100,00	3.160.496.364	39,98	2.341.440.195	29,62	870.339.577	11,01	1.533.179.851	19,39
1988	6.664.077.389	100,00	2.678.503.198	40,19	1.127.693.708	16,92	692.023.998	10,38	2.165.856.486	32,50
1989	6.984.579.687	100,00	3.203.571.628	45,87	697.335.573	9,98	1.230.514.748	17,62	1.853.157.738	26,53
1990	8.214.696.831	100,00	3.705.625.121	45,11	832.133.973	10,13	1.324.676.235	16,13	2.352.261.501	28,63
1991	6.708.781.713	100,00	2.937.547.294	43,79	905.888.736	13,50	542.688.550	8,09	2.322.657.133	34,62
1992	8.255.447.223	100,00	3.476.181.295	42,11	1.421.006.271	17,21	869.880.568	10,54	2.488.379.089	30,14
1993	8.099.767.344	100,00	3.208.304.286	39,61	1.553.886.427	19,18	633.498.081	7,82	2.704.078.550	33,38
1994	9.693.923.862	100,00	3.721.883.181	38,39	2.018.170.248	20,82	818.612.837	8,44	3.135.257.596	32,34

Continua...

Anos	Total	%	Pessoal	%	Serviço da dívida	%	Investimento	%	Manutenção	%
1995	10.289.519.760	100,00	4.589.447.691	44,60	1.918.592.990	18,65	642.362.545	6,24	3.139.116.535	30,51
1996	11.602.146.097	100,00	5.013.316.478	43,21	1.727.381.627	14,89	1.231.241.098	10,61	3.630.206.894	31,29
1997	12.592.968.378	100,00	4.912.904.228	39,01	2.174.738.171	17,27	2.057.862.960	16,34	3.447.463.019	27,38
1998	15.990.274.001	100,00	5.737.453.172	35,88	2.330.040.983	14,57	4.904.803.088	30,67	3.017.976.758	18,87
1999	9.641.873.525	100,00	5.428.238.471	56,30	893.544.218	9,27	504.209.714	5,23	2.815.881.122	29,20
2000	9.832.666.825	100,00	5.188.157.694	52,76	880.041.385	8,95	801.681.948	8,15	2.962.785.797	30,13

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice K.

**APÊNDICE V – DESPESA REALIZADA COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000 DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Total	Civil e militar	Pessoal Ativo Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1971	1.272.615.197	947.450.805	-	13.872.417	290.755.304	10.790.705	9.402.655	343.310
1972	1.296.981.706	906.008.266	59.281.027	30.196.413	269.109.264	10.328.600	9.579.370	12.478.767
1973	1.598.492.850	1.082.275.925	89.244.471	51.860.918	315.548.658	13.128.474	13.809.410	32.624.993
1974	1.653.937.777	1.179.441.065	82.658.372	45.665.844	315.942.320	14.074.274	16.155.901	-
1975	2.026.951.291	1.478.858.693	81.431.980	54.378.168	377.379.787	16.779.879	18.122.784	-
1976	2.120.251.080	1.545.899.731	84.547.448	51.791.503	397.826.654	21.222.552	18.963.193	-
1977	2.065.582.045	1.465.205.476	123.012.823	8.563.231	392.226.997	23.134.478	19.675.299	33.763.743
1978	2.324.222.237	1.658.498.370	87.253.423	12.081.432	481.850.308	26.293.245	20.735.462	37.509.997
1979	2.415.354.308	1.816.971.580	-	9.693.421	511.430.374	29.479.584	21.180.135	26.599.214
1980	2.491.043.027	1.827.045.655	-	10.869.795	555.938.252	32.172.402	22.000.487	43.016.437
1981	2.666.661.964	1.938.656.814	-	14.830.636	628.718.109	34.203.484	22.746.995	27.505.926
1982	3.013.396.128	2.191.158.096	-	16.128.285	725.434.022	36.559.647	24.419.585	19.696.492
1983	2.849.528.739	2.033.997.755	-	15.285.825	728.919.673	33.147.902	22.016.309	16.161.275
1984	2.830.350.490	1.921.417.649	-	13.216.717	823.579.128	34.200.649	19.823.734	18.112.613
1985	3.269.230.775	2.176.598.591	-	14.581.522	1.002.040.764	45.571.664	20.178.836	10.259.398
1986	4.075.449.744	2.668.006.450	-	12.548.050	1.261.039.920	53.158.983	20.969.991	59.726.349
1987	3.160.496.364	2.023.078.798	-	5.879.135	1.053.541.556	33.497.711	13.044.416	31.454.749
1988	2.678.503.198	1.638.129.428	-	8.538.489	983.235.060	33.340.758	10.217.866	5.041.596
1989	3.203.571.628	2.017.161.593	-	7.915.499	1.130.184.693	38.298.734	7.850.227	2.160.881

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Total	Civil e militar	Pessoal Ativo Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1990	3.705.625.121	2.380.139.489	-	14.857.762	1.250.192.189	44.372.080	5.208.327	10.855.275
1991	2.937.547.294	1.833.935.893	-	13.047.945	1.030.413.336	37.442.839	4.331.596	18.375.684
1992	3.476.181.295	2.126.065.949	-	15.572.470	1.253.606.949	45.364.075	30.767.926	4.803.927
1993	3.208.304.286	1.954.135.586	-	13.204.471	1.171.451.300	41.661.145	23.803.851	4.047.933
1994	3.721.883.181	2.243.411.704	-	5.241.318	1.392.582.723	46.340.812	31.016.182	3.290.442
1995	4.589.447.691	2.653.290.345	-	2.524.916	1.780.378.767	55.949.865	38.288.733	59.015.065
1996	5.013.316.478	2.842.564.387	-	3.157.837	2.003.325.722	47.555.709	42.162.324	74.550.499
1997	4.912.904.228	2.679.506.614	-	5.261.427	2.044.360.619	44.952.984	37.767.468	101.055.116
1998	5.737.453.172	2.758.730.235	407.986.514	8.303.277	2.348.247.169	49.525.665	35.185.046	129.475.265
1999	5.428.238.471	2.644.366.665	497.170.003	8.253.147	2.162.350.834	42.872.657	30.417.639	42.807.526
2000	5.188.157.694	2.346.620.847	621.398.584	5.005.274	2.004.606.673	37.317.349	28.444.864	144.764.103

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice L.

**APÊNDICE W - DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Serviço da dívida	%	Amortização	%	Juros	%	Encargos	%
1971	158.076.084	100,00	72.854.423	46,09	42.520.627	26,90	42.701.033	27,01
1972	167.730.184	100,00	73.315.623	43,71	40.111.961	23,91	54.302.600	32,37
1973	232.323.775	100,00	60.502.408	26,04	52.184.413	22,46	119.636.955	51,50
1974	324.383.127	100,00	130.329.906	40,18	58.230.762	17,95	135.822.458	41,87
1975	545.472.429	100,00	303.499.734	55,64	92.710.792	17,00	149.261.903	27,36
1976	487.661.540	100,00	246.415.774	50,53	162.585.913	33,34	78.659.854	16,13
1977	619.914.011	100,00	341.393.879	55,07	217.556.950	35,09	60.963.182	9,83
1978	591.039.627	100,00	261.892.117	44,31	236.302.794	39,98	92.844.715	15,71
1979	690.876.346	100,00	323.188.487	46,78	223.343.144	32,33	144.344.715	20,89
1980	723.652.766	100,00	400.019.231	55,28	213.324.427	29,48	110.309.109	15,24
1981	667.857.377	100,00	250.777.392	37,55	250.590.418	37,52	166.489.568	24,93
1982	1.051.408.850	100,00	259.487.659	24,68	342.871.637	32,61	449.049.555	42,71
1983	1.836.594.907	100,00	455.019.967	24,78	411.346.905	22,40	970.228.035	52,83
1984	1.440.211.047	100,00	421.621.463	29,27	530.150.800	36,81	488.438.784	33,91
1985	3.486.178.704	100,00	663.788.328	19,04	1.168.169.307	33,51	1.654.221.069	47,45
1986	1.986.408.667	100,00	607.144.326	30,56	1.007.312.474	50,71	371.951.867	18,72
1987	2.341.440.195	100,00	727.734.980	31,08	683.997.547	29,21	929.707.667	39,71
1988	1.127.693.708	100,00	736.431.023	65,30	361.223.201	32,03	30.039.484	2,66
1989	697.335.573	100,00	632.889.963	90,76	58.205.852	8,35	6.239.758	0,89
1990	832.133.973	100,00	704.469.454	84,66	116.832.499	14,04	10.832.020	1,30
1991	905.888.736	100,00	773.735.947	85,41	81.733.408	9,02	50.419.381	5,57

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Serviço da dívida	%	Amortização	%	Juros	%	Encargos	%
1992	1.421.006.271	100,00	1.062.744.533	74,79	353.285.836	24,86	4.975.902	0,35
1993	1.553.886.427	100,00	1.290.510.158	83,05	112.463.378	7,24	150.912.891	9,71
1994	2.018.170.248	100,00	1.863.049.458	92,31	120.189.780	5,96	34.931.011	1,73
1995	1.918.592.990	100,00	1.736.980.311	90,53	165.785.760	8,64	15.826.919	0,82
1996	1.727.381.627	100,00	1.481.644.968	85,77	216.657.484	12,54	29.079.175	1,68
1997	2.174.738.171	100,00	1.994.886.291	91,73	141.857.800	6,52	37.994.080	1,75
1998	2.330.040.983	100,00	2.165.195.487	92,93	145.955.984	6,26	18.889.513	0,81
1999	893.544.218	100,00	667.362.507	74,69	218.571.868	24,46	7.609.843	0,85
2000	880.041.385	100,00	641.743.098	72,92	230.565.518	26,20	7.732.768	0,88

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice M.

APÊNDICE X - DESPESA COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E PARTICIPAÇÕES, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971 - 2000)

R\$ 1,00

Anos	Amortização	%	Fundada interna	%	Fundada externa	%
1971	72.854.423	100,00	68.221.757	93,64	4.632.666	6,36
1972	73.315.623	100,00	69.027.912	94,15	4.287.712	5,85
1973	60.502.408	100,00	56.509.650	93,40	3.992.758	6,60
1974	130.329.906	100,00	127.412.183	97,76	2.917.723	2,24
1975	303.499.734	100,00	302.504.671	99,67	995.063	0,33
1976	246.415.774	100,00	236.055.826	95,80	10.359.947	4,20
1977	341.393.879	100,00	331.929.112	97,23	9.464.767	2,77
1978	261.892.117	100,00	217.381.671	83,00	44.510.446	17,00
1979	323.188.487	100,00	261.941.849	81,05	61.246.638	18,95
1980	400.019.231	100,00	341.694.442	85,42	58.324.789	14,58
1981	250.777.392	100,00	202.063.100	80,57	48.714.292	19,43
1982	259.487.659	100,00	238.388.193	91,87	21.099.465	8,13
1983	455.019.967	100,00	445.243.180	97,85	9.776.787	2,15
1984	421.621.463	100,00	417.635.018	99,05	3.986.445	0,95
1985	663.788.328	100,00	635.953.973	95,81	27.834.355	4,19
1986	607.144.326	100,00	509.361.538	83,89	97.782.788	16,11
1987	727.734.980	100,00	603.667.877	82,95	124.067.103	17,05
1988	736.431.023	100,00	611.697.805	83,06	124.733.218	16,94
1989	632.889.963	100,00	603.308.376	95,33	29.581.587	4,67
1990	704.469.454	100,00	704.457.553	99,998	11.901	0,002
1991	773.735.947	100,00	773.722.552	99,998	13.395	0,002
1992	1.062.744.533	100,00	1.062.726.825	99,998	17.708	0,002
1993	1.290.510.158	100,00	1.286.408.565	99,68	4.101.593	0,32
1994	1.863.049.458	100,00	1.846.583.451	99,12	16.466.007	0,88
1995	1.736.980.311	100,00	1.694.775.609	97,57	42.204.702	2,43
1996	1.481.644.968	100,00	1.443.069.223	97,40	38.575.745	2,60
1997	1.994.886.291	100,00	1.957.152.760	98,11	37.733.531	1,89
1998	2.165.195.487	100,00	2.124.368.337	98,11	40.827.149	1,89
1999	667.362.507	100,00	615.766.353	92,27	51.596.154	7,73
2000	641.743.098	100,00	595.699.953	92,83	46.043.145	7,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice N.

**APÊNDICE Y – DESPESAS COM JUROS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, A PREÇOS DE
DEZ/2000, E PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL (1971 – 2000)**

R\$ 1,00

Anos	Juros	%	Dívida flutuante	%	Fundada interna	%	Fundada externa	%
1971	42.520.627	100,00	16.041.328	37,73	24.839.489	58,42	1.639.810	3,86
1972	40.111.961	100,00	18.904.024	47,13	20.177.601	50,30	1.030.336	2,57
1973	52.184.413	100,00	23.226.686	44,51	23.024.003	44,12	5.933.723	11,37
1974	58.230.762	100,00	25.778.045	44,27	25.532.227	43,85	6.920.491	11,88
1975	92.710.792	100,00	35.710.615	38,52	51.553.097	55,61	5.447.080	5,88
1976	162.585.913	100,00	82.703.214	50,87	71.854.476	44,19	8.028.222	4,94
1977	217.556.950	100,00	123.368.397	56,71	77.844.598	35,78	16.343.956	7,51
1978	236.302.794	100,00	129.439.877	54,78	84.399.628	35,72	22.463.290	9,51
1979	223.343.144	100,00	58.921.968	26,38	138.508.146	62,02	25.913.030	11,60
1980	213.324.427	100,00	22.734.888	10,66	154.109.889	72,24	36.479.650	17,10
1981	250.590.418	100,00	46.637.852	18,61	152.029.529	60,67	51.923.037	20,72
1982	342.871.637	100,00	114.549.735	33,41	177.631.143	51,81	50.690.758	14,78
1983	411.346.905	100,00	143.063.439	34,78	222.062.705	53,98	46.220.761	11,24
1984	530.150.800	100,00	296.636.384	55,95	176.925.919	33,37	56.588.497	10,67
1985	1.168.169.307	100,00	804.161.691	68,84	253.857.361	21,73	110.150.255	9,43
1986	1.007.312.474	100,00	685.698.313	68,07	255.810.641	25,40	65.803.520	6,53
1987	683.997.547	100,00	444.064.284	64,92	186.895.146	27,32	53.038.117	7,75
1988	361.223.201	100,00	42.578.119	11,79	245.162.539	67,87	73.482.543	20,34
1989	58.205.852	100,00	366.977	0,63	36.355.618	62,46	21.483.256	36,91
1990	116.832.499	100,00	15.452.558	13,23	100.876.782	86,34	503.159	0,43

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Juros	%	Dívida flutuante	%	Fundada interna	%	Fundada externa	%
1991	81.733.408	100,00	3.454.273	4,23	69.163.199	84,62	9.115.936	11,15
1992	353.285.836	100,00	267.667.066	75,77	70.000.857	19,81	15.617.913	4,42
1993	112.463.378	100,00	805	0,00	55.453.319	49,31	57.009.254	50,69
1994	120.189.780	100,00	1.576.532	1,31	84.293.833	70,13	34.319.414	28,55
1995	165.785.760	100,00	39.026.357	23,54	120.027.217	72,40	6.732.186	4,06
1996	216.657.484	100,00	35.099.683	16,20	174.033.271	80,33	7.524.530	3,47
1997	141.857.800	100,00	3.833.792	2,70	130.537.423	92,02	7.486.585	5,28
1998	145.955.984	100,00	-	-	130.311.046	89,28	15.644.939	10,72
1999	218.571.868	100,00	452.203	0,21	165.317.654	75,64	52.802.011	24,16
2000	230.565.518	100,00	-	-	177.830.507	77,13	52.735.012	22,87

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice O.

**APÊNDICE Z – DESPESA TOTAL COM ENCARGOS INCIDENTES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, A PREÇOS
DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Total de encargos		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1971	42.701.033,47	100,00	38.666.131	90,55	4.034.902	9,45	-	0,00
1972	54.302.599,79	100,00	49.148.626	90,51	4.008.901	7,38	1.145.073	2,11
1973	119.636.954,61	100,00	108.022.114	90,29	9.881.551	8,26	1.733.290	1,45
1974	135.822.458,35	100,00	101.706.944	74,88	34.115.514	25,12	-	0,00
1975	149.261.902,79	100,00	112.025.566	75,05	37.236.337	24,95	-	0,00
1976	78.659.853,69	100,00	59.148.937	75,20	19.510.916	24,80	-	0,00
1977	60.963.181,85	100,00	56.232.013	92,24	4.395.029	7,21	336.140	0,55
1978	92.844.715,42	100,00	83.617.079	90,06	3.716.285	4,00	5.511.351	5,94
1979	144.344.715,15	100,00	91.849.641	63,63	49.689.961	34,42	2.805.113	1,94
1980	110.309.109,12	100,00	78.892.061	71,52	24.014.118	21,77	7.402.929	6,71
1981	166.489.567,55	100,00	119.901.801	72,02	37.031.889	22,24	9.555.878	5,74
1982	449.049.555,16	100,00	413.585.479	92,10	25.440.745	5,67	10.023.331	2,23
1983	970.228.034,90	100,00	943.595.732	97,26	21.306.352	2,20	5.325.951	0,55
1984	488.438.784,17	100,00	459.582.117	94,09	16.552.682	3,39	12.303.985	2,52
1985	1.654.221.069,22	100,00	1.605.926.904	97,08	44.191.828	2,67	4.102.337	0,25
1986	371.951.866,75	100,00	7.082.717	1,90	362.995.630	97,59	1.873.520	0,50
1987	929.707.667,39	100,00	906.592.791	97,51	22.736.417	2,45	378.459	0,04
1988	30.039.483,68	100,00	12.512.263	41,65	16.506.320	54,95	1.020.900	3,40
1989	6.239.758,31	100,00	487.365	7,81	5.637.338	90,35	115.055	1,84
1990	10.832.020,08	100,00	5.668.965	52,34	4.731.224	43,68	431.831	3,99
1991	50.419.381,04	100,00	45.286.674	89,82	4.808.492	9,54	324.215	0,64
1992	4.975.902,05	100,00	-	0,00	4.352.246	87,47	623.656	12,53

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Total de encargos		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1993	150.912.891,50	100,00	146.408.394	97,02	4.151.981	2,75	352.516	0,23
1994	34.931.010,87	100,00	30.864.206	88,36	3.792.611	10,86	274.194	0,78
1995	15.826.918,57	100,00	11.454.584	72,37	4.252.587	26,87	119.748	0,76
1996	29.079.175,23	100,00	16.627.199	57,18	11.943.299	41,07	508.677	1,75
1997	37.994.080,31	100,00	32.560.227	85,70	4.215.035	11,09	1.218.819	3,21
1998	18.889.512,62	100,00	11.184.417	59,21	4.859.864	25,73	2.845.232	15,06
1999	7.609.842,99	100,00	-	0,00	5.277.513	69,35	2.332.330	30,65
2000	7.732.767,99	100,00	-	0,00	5.506.255	71,21	2.226.513	28,79

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anexo A e Apêndice P.

**APÊNDICE AA – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DA DESPESA DE PESSOAL DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971–2000)**

Anos	Total Despesa com Pessoal	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-Família	Desp.Exerc.Ant.
		Civil e Militar	Encargos Diversos	Obrigações Patronais				
1971	100,00	74,45	0,00	1,09	22,85	0,85	0,74	0,03
1972	100,00	69,86	4,57	2,33	20,75	0,80	0,74	0,96
1973	100,00	67,71	5,58	3,24	19,74	0,82	0,86	2,04
1974	100,00	71,31	5,00	2,76	19,10	0,85	0,98	0,00
1975	100,00	72,96	4,02	2,68	18,62	0,83	0,89	0,00
1976	100,00	72,91	3,99	2,44	18,76	1,00	0,89	0,00
1977	100,00	70,93	5,96	0,41	18,99	1,12	0,95	1,63
1978	100,00	71,36	3,75	0,52	20,73	1,13	0,89	1,61
1979	100,00	75,23	0,00	0,40	21,17	1,22	0,88	1,10
1980	100,00	73,34	0,00	0,44	22,32	1,29	0,88	1,73
1981	100,00	72,70	0,00	0,56	23,58	1,28	0,85	1,03
1982	100,00	72,71	0,00	0,54	24,07	1,21	0,81	0,65
1983	100,00	71,38	0,00	0,54	25,58	1,16	0,77	0,57
1984	100,00	67,89	0,00	0,47	29,10	1,21	0,70	0,64
1985	100,00	66,58	0,00	0,45	30,65	1,39	0,62	0,31
1986	100,00	65,47	0,00	0,31	30,94	1,30	0,51	1,47
1987	100,00	64,01	0,00	0,19	33,33	1,06	0,41	1,00
1988	100,00	61,16	0,00	0,32	36,71	1,24	0,38	0,19
1989	100,00	62,97	0,00	0,25	35,28	1,20	0,25	0,07
1990	100,00	64,23	0,00	0,40	33,74	1,20	0,14	0,29
1991	100,00	62,43	0,00	0,44	35,08	1,27	0,15	0,63

Continua...

Anos	Total Despesa com Pessoal	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-Família	Desp.Exerc.Ant.
		Civil e Militar	Encargos Diversos	Obrigações Patronais				
1992	100,00	61,16	0,00	0,45	36,06	1,30	0,89	0,14
1993	100,00	60,91	0,00	0,41	36,51	1,30	0,74	0,13
1994	100,00	60,28	0,00	0,14	37,42	1,25	0,83	0,09
1995	100,00	57,81	0,00	0,06	38,79	1,22	0,83	1,29
1996	100,00	56,70	0,00	0,06	39,96	0,95	0,84	1,49
1997	100,00	54,54	0,00	0,11	41,61	0,91	0,77	2,06
1998	100,00	48,08	7,11	0,14	40,93	0,86	0,61	2,26
1999	100,00	48,72	9,16	0,15	39,84	0,79	0,56	0,79
2000	100,00	45,23	11,98	0,10	38,64	0,72	0,55	2,79

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice V.

**APÊNDICE AB - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS
(1971-2000)**

Anos	Total		Pessoal		Serviço da Dívida		Investimento		Manutenção	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	112,24	12,24	101,91	1,91	106,11	6,11	155,40	55,40	107,25	7,25
1973	139,11	23,94	125,61	23,25	146,97	38,51	193,11	24,27	130,69	21,85
1974	151,94	9,22	129,96	3,47	205,21	39,63	215,09	11,38	143,22	9,59
1975	185,18	21,88	159,27	22,55	345,07	68,16	238,17	10,73	166,80	16,46
1976	182,46	(1,47)	166,61	4,60	308,50	(10,60)	238,61	0,18	152,95	(8,30)
1977	176,64	(3,19)	162,31	(2,58)	392,16	27,12	171,61	(28,08)	159,21	4,09
1978	190,36	7,77	182,63	12,52	373,90	(4,66)	189,51	10,43	166,46	4,55
1979	200,76	5,46	189,79	3,92	437,05	16,89	205,60	8,49	168,46	1,21
1980	206,49	2,85	195,74	3,13	457,79	4,74	192,52	(6,36)	180,82	7,33
1981	225,88	9,39	209,54	7,05	422,49	(7,71)	276,78	43,77	185,76	2,73
1982	273,10	20,91	236,79	13,00	665,13	57,43	315,07	13,84	230,79	24,24
1983	271,23	(0,69)	223,91	(5,44)	1.161,84	74,68	219,61	(30,30)	196,29	(14,95)
1984	246,31	(9,19)	222,40	(0,67)	911,09	(21,58)	199,11	(9,34)	176,53	(10,07)
1985	360,23	46,25	256,89	15,51	2.205,38	142,06	180,92	(9,13)	252,00	42,76
1986	335,21	(6,95)	320,24	24,66	1.256,62	(43,02)	177,87	(1,69)	257,95	2,36
1987	299,92	(10,53)	248,35	(22,45)	1.481,21	17,87	208,16	17,03	194,80	(24,48)
1988	252,82	(15,70)	210,47	(15,25)	713,39	(51,84)	165,51	(20,49)	275,18	41,27
1989	264,98	4,81	251,73	19,60	441,14	(38,16)	294,30	77,81	235,45	(14,44)
1990	311,65	17,61	291,18	15,67	526,41	19,33	316,82	7,65	298,86	26,93

Continua...

Anos	Total		Pessoal		Serviço da Dívida		Investimento		Manutenção	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1991	254,52	(18,33)	230,83	(20,73)	573,07	8,86	129,80	(59,03)	295,10	(1,26)
1992	313,20	23,05	273,15	18,34	898,94	56,86	208,05	60,29	316,16	7,14
1993	307,29	(1,89)	252,10	(7,71)	983,00	9,35	151,51	(27,17)	343,56	8,67
1994	367,77	19,68	292,46	16,01	1.276,71	29,88	195,79	29,22	398,34	15,95
1995	390,36	6,14	360,63	23,31	1.213,71	(4,93)	153,63	(21,53)	398,84	0,12
1996	440,16	12,76	393,94	9,24	1.092,75	(9,97)	294,48	91,67	461,23	15,64
1997	477,75	8,54	386,05	(2,00)	1.375,75	25,90	492,18	67,14	438,01	(5,03)
1998	606,64	26,98	450,84	16,78	1.474,00	7,14	1.173,09	138,34	383,44	(12,46)
1999	365,79	(39,70)	426,54	(5,39)	565,26	(61,65)	120,59	(89,72)	357,77	(6,70)
2000	373,03	1,98	407,68	(4,42)	556,72	(1,51)	191,74	59,00	376,43	5,22

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice U.

**APÊNDICE AC - ÍNDICE DE VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000,
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971=100)**

Anos	Total	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1971	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1972	101,91	95,63	100,00	217,67	92,56	95,72	101,88	3.634,84
1973	125,61	114,23	150,54	373,84	108,53	121,66	146,87	9.503,07
1974	129,96	124,49	139,43	329,18	108,66	130,43	171,82	0,00
1975	159,27	156,09	137,37	391,99	129,79	155,50	192,74	0,00
1976	166,61	163,16	142,62	373,34	136,83	196,67	201,68	0,00
1977	162,31	154,65	207,51	61,73	134,90	214,39	209,25	9.834,77
1978	182,63	175,05	147,19	87,09	165,72	243,67	220,53	10.925,98
1979	189,79	191,77	0,00	69,88	175,90	273,19	225,26	7.747,87
1980	195,74	192,84	0,00	78,36	191,20	298,15	233,98	12.529,91
1981	209,54	204,62	0,00	106,91	216,24	316,97	241,92	8.011,98
1982	236,79	231,27	0,00	116,26	249,50	338,81	259,71	5.737,23
1983	223,91	214,68	0,00	110,19	250,70	307,19	234,15	4.707,49
1984	222,40	202,80	0,00	95,27	283,26	316,95	210,83	5.275,88
1985	256,89	229,73	0,00	105,11	344,63	422,32	214,61	2.988,38
1986	320,24	281,60	0,00	90,45	433,71	492,64	223,02	17.397,21
1987	248,35	213,53	0,00	42,38	362,35	310,43	138,73	9.162,20
1988	210,47	172,90	0,00	61,55	338,17	308,98	108,67	1.468,53
1989	251,73	212,90	0,00	57,06	388,71	354,92	83,49	629,43
1990	291,18	251,22	0,00	107,10	429,98	411,21	55,39	3.161,95
1991	230,83	193,57	0,00	94,06	354,39	346,99	46,07	5.352,50

Continua...

Anos	Total	Civil e militar	Pessoal Ativo Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1992	273,15	224,40	0,00	112,25	431,16	420,40	327,23	1.399,30
1993	252,10	206,25	0,00	95,19	402,90	386,08	253,16	1.179,09
1994	292,46	236,78	0,00	37,78	478,95	429,45	329,87	958,45
1995	360,63	280,05	0,00	18,20	612,33	518,50	407,21	17.190,02
1996	393,94	300,02	0,00	22,76	689,01	440,71	448,41	21.715,21
1997	386,05	282,81	0,00	37,93	703,12	416,59	401,67	29.435,53
1998	450,84	291,17	688,22	59,85	807,64	458,97	374,20	37.713,80
1999	426,54	279,10	838,67	59,49	743,70	397,31	323,50	12.469,06
2000	407,68	247,68	1.048,23	36,08	689,45	345,83	302,52	42.167,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice V.

**APÊNDICE AD – TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL, A PREÇOS DE DEZ/2000,
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Total	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1971								
1972	1,91	(4,37)		117,67	(7,44)	(4,28)	1,88	3.534,84
1973	23,25	19,46	50,54	71,75	17,26	27,11	44,16	161,44
1974	3,47	8,98	(7,38)	(11,95)	0,12	7,20	16,99	(100,00)
1975	22,55	25,39	(1,48)	19,08	19,45	19,22	12,17	-
1976	4,60	4,53	3,83	(4,76)	5,42	26,48	4,64	-
1977	(2,58)	(5,22)	45,50	(83,47)	(1,41)	9,01	3,76	-
1978	12,52	13,19	(29,07)	41,08	22,85	13,65	5,39	11,10
1979	3,92	9,56	(100,00)	(19,77)	6,14	12,12	2,14	(29,09)
1980	3,13	0,55	-	12,14	8,70	9,13	3,87	61,72
1981	7,05	6,11	-	36,44	13,09	6,31	3,39	(36,06)
1982	13,00	13,02	-	8,75	15,38	6,89	7,35	(28,39)
1983	(5,44)	(7,17)	-	(5,22)	0,48	(9,33)	(9,84)	(17,95)
1984	(0,67)	(5,53)	-	(13,54)	12,99	3,18	(9,96)	12,07
1985	15,51	13,28	-	10,33	21,67	33,25	1,79	(43,36)
1986	24,66	22,58	-	(13,95)	25,85	16,65	3,92	482,16
1987	(22,45)	(24,17)	-	(53,15)	(16,45)	(36,99)	(37,79)	(47,34)
1988	(15,25)	(19,03)	-	45,23	(6,67)	(0,47)	(21,67)	(83,97)
1989	19,60	23,14	-	(7,30)	14,95	14,87	(23,17)	(57,14)
1990	15,67	17,99	-	87,70	10,62	15,86	(33,65)	402,35
1991	(20,73)	(22,95)	-	(12,18)	(17,58)	(15,62)	(16,83)	69,28

Continua...

Anos	Total	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1992	18,34	15,93	-	19,35	21,66	21,16	610,31	(73,86)
1993	(7,71)	(8,09)	-	(15,21)	(6,55)	(8,16)	(22,63)	(15,74)
1994	16,01	14,80	-	(60,31)	18,88	11,23	30,30	(18,71)
1995	23,31	18,27	-	(51,83)	27,85	20,74	23,45	1.693,53
1996	9,24	7,13	-	25,07	12,52	(15,00)	10,12	26,32
1997	(2,00)	(5,74)	-	66,61	2,05	(5,47)	(10,42)	35,55
1998	16,78	2,96	-	57,81	14,86	10,17	(6,84)	28,12
1999	(5,39)	(4,15)	21,86	(0,60)	(7,92)	(13,43)	(13,55)	(66,94)
2000	(4,42)	(11,26)	24,99	(39,35)	(7,30)	(12,96)	(6,49)	238,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AC.

**APÊNDICE AE – - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Serviço da dívida		Amortização		Juros		Encargos	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	106,11	6,11	100,63	0,63	94,34	(5,66)	127,17	27,17
1973	146,97	38,51	83,05	(17,48)	122,73	30,10	280,17	120,32
1974	205,21	39,63	178,89	115,41	136,95	11,59	318,08	13,53
1975	345,07	68,16	416,58	132,87	218,04	59,21	349,55	9,89
1976	308,50	(10,60)	338,23	(18,81)	382,37	75,37	184,21	(47,30)
1977	392,16	27,12	468,60	38,54	511,65	33,81	142,77	(22,50)
1978	373,90	(4,66)	359,47	(23,29)	555,74	8,62	217,43	52,30
1979	437,05	16,89	443,61	23,41	525,26	(5,48)	338,04	55,47
1980	457,79	4,74	549,07	23,77	501,70	(4,49)	258,33	(23,58)
1981	422,49	(7,71)	344,22	(37,31)	589,34	17,47	389,90	50,93
1982	665,13	57,43	356,17	3,47	806,37	36,83	1.051,61	169,72
1983	1.161,84	74,68	624,56	75,35	967,41	19,97	2.272,14	116,06
1984	911,09	(21,58)	578,72	(7,34)	1.246,81	28,88	1.143,86	(49,66)
1985	2.205,38	142,06	911,12	57,44	2.747,30	120,35	3.873,96	238,68
1986	1.256,62	(43,02)	833,37	(8,53)	2.369,00	(13,77)	871,06	(77,51)
1987	1.481,21	17,87	998,89	19,86	1.608,63	(32,10)	2.177,25	149,95
1988	713,39	(51,84)	1.010,83	1,19	849,52	(47,19)	70,35	(96,77)
1989	441,14	(38,16)	868,70	(14,06)	136,89	(83,89)	14,61	(79,23)
1990	526,41	19,33	966,95	11,31	274,77	100,72	25,37	73,60
1991	573,07	8,86	1.062,03	9,83	192,22	(30,04)	118,08	365,47
1992	898,94	56,86	1.458,72	37,35	830,86	332,24	11,65	(90,13)
1993	983,00	9,35	1.771,35	21,43	264,49	(68,17)	353,42	2.932,88
1994	1.276,71	29,88	2.557,22	44,37	282,66	6,87	81,80	(76,85)

Continua...

Anos	Serviço da dívida		Amortização		Juros		Encargos	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1995	1.213,71	(4,93)	2.384,18	(6,77)	389,89	37,94	37,06	(54,69)
1996	1.092,75	(9,97)	2.033,71	(14,70)	509,54	30,69	68,10	83,73
1997	1.375,75	25,90	2.738,18	34,64	333,62	(34,52)	88,98	30,66
1998	1.474,00	7,14	2.971,95	8,54	343,26	2,89	44,24	(50,28)
1999	565,26	(61,65)	916,02	(69,18)	514,04	49,75	17,82	(59,71)
2000	556,72	(1,51)	880,86	(3,84)	542,24	5,49	18,11	1,62

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice W.

**APÊNDICE AF – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS
DESPESAS COM A AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971 – 2000)**

Anos	Total de amortização		Fundada interna		Fundada externa	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00	
1972	100,63	0,63	101,18	1,18	92,55	(7,45)
1973	83,05	(17,48)	82,83	(18,14)	86,19	(6,88)
1974	178,89	115,41	186,76	125,47	62,98	(26,92)
1975	416,58	132,87	443,41	137,42	21,48	(65,90)
1976	338,23	(18,81)	346,01	(21,97)	223,63	941,13
1977	468,60	38,54	486,54	40,61	204,30	(8,64)
1978	359,47	(23,29)	318,64	(34,51)	960,80	370,28
1979	443,61	23,41	383,96	20,50	1.322,06	37,60
1980	549,07	23,77	500,86	30,45	1.258,99	(4,77)
1981	344,22	(37,31)	296,19	(40,86)	1.051,54	(16,48)
1982	356,17	3,47	349,43	17,98	455,45	(56,69)
1983	624,56	75,35	652,64	86,77	211,04	(53,66)
1984	578,72	(7,34)	612,17	(6,20)	86,05	(59,23)
1985	911,12	57,44	932,19	52,28	600,83	598,22
1986	833,37	(8,53)	746,63	(19,91)	2.110,72	251,30
1987	998,89	19,86	884,86	18,51	2.678,09	26,88
1988	1.010,83	1,19	896,63	1,33	2.692,47	0,54
1989	868,70	(14,06)	884,33	(1,37)	638,54	(76,28)
1990	966,95	11,31	1.032,60	16,77	0,26	(99,96)
1991	1.062,03	9,83	1.134,13	9,83	0,29	12,55
1992	1.458,72	37,35	1.557,75	37,35	0,38	32,20
1993	1.771,35	21,43	1.885,63	21,05	88,54	23.062,27
1994	2.557,22	44,37	2.706,74	43,55	355,43	301,45
1995	2.384,18	(6,77)	2.484,22	(8,22)	911,02	156,31
1996	2.033,71	(14,70)	2.115,26	(14,85)	832,69	(8,60)
1997	2.738,18	34,64	2.868,81	35,62	814,51	(2,18)
1998	2.971,95	8,54	3.113,92	8,54	881,29	8,20
1999	916,02	(69,18)	902,60	(71,01)	1.113,75	26,38
2000	880,86	(3,84)	873,18	(3,26)	993,88	(10,76)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice X.

**APÊNDICE AG – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM JUROS INCIDENTES
SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1971-2000)**

Anos	Total de juros		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	94,34	(5,66)	117,85	17,85	81,23	(18,77)	62,83	(37,17)
1973	122,73	30,10	144,79	22,87	92,69	14,11	361,85	475,90
1974	136,95	11,59	160,70	10,98	102,79	10,89	422,03	16,63
1975	218,04	59,21	222,62	38,53	207,54	101,91	332,18	(21,29)
1976	382,37	75,37	515,56	131,59	289,28	39,38	489,58	47,39
1977	511,65	33,81	769,07	49,17	313,39	8,34	996,70	103,58
1978	555,74	8,62	806,91	4,92	339,78	8,42	1.369,87	37,44
1979	525,26	(5,48)	367,31	(54,48)	557,61	64,11	1.580,25	15,36
1980	501,70	(4,49)	141,73	(61,42)	620,42	11,26	2.224,63	40,78
1981	589,34	17,47	290,74	105,14	612,05	(1,35)	3.166,41	42,33
1982	806,37	36,83	714,09	145,62	715,12	16,84	3.091,26	(2,37)
1983	967,41	19,97	891,84	24,89	893,99	25,01	2.818,67	(8,82)
1984	1.246,81	28,88	1.849,20	107,35	712,28	(20,33)	3.450,92	22,43
1985	2.747,30	120,35	5.013,06	171,09	1.021,99	43,48	6.717,26	94,65
1986	2.369,00	(13,77)	4.274,57	(14,73)	1.029,85	0,77	4.012,87	(40,26)
1987	1.608,63	(32,10)	2.768,25	(35,24)	752,41	(26,94)	3.234,41	(19,40)
1988	849,52	(47,19)	265,43	(90,41)	986,99	31,18	4.481,16	38,55
1989	136,89	(83,89)	2,29	(99,14)	146,36	(85,17)	1.310,11	(70,76)
1990	274,77	100,72	96,33	4.110,77	406,11	177,47	30,68	(97,66)
1991	192,22	(30,04)	21,53	(77,65)	278,44	(31,44)	555,91	1.711,74

Continua...

Anos	Total de juros		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1992	830,86	332,24	1.668,61	7.648,87	281,81	1,21	952,42	71,33
1993	264,49	(68,17)	0,01	(100,00)	223,25	(20,78)	3.476,58	265,02
1994	282,66	6,87	9,83	195.622,28	339,35	52,01	2.092,89	(39,80)
1995	389,89	37,94	243,29	2.375,46	483,21	42,39	410,55	(80,38)
1996	509,54	30,69	218,81	(10,06)	700,63	44,99	458,87	11,77
1997	333,62	(34,52)	23,90	(89,08)	525,52	(24,99)	456,55	(0,50)
1998	343,26	2,89	-	(100,00)	524,61	(0,17)	954,07	108,97
1999	514,04	49,75	2,82		665,54	26,86	3.220,01	237,50
2000	542,24	5,49	-	(100,00)	715,92	7,57	3.215,92	(0,13)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice Y.

**APÊNDICE AH – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA COM ENCARGOS INCIDENTES
SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1971–2000)**

Anos	Total de encargos		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00			
1972	127,17	27,17	127,11	27,11	99,36	(0,64)	100,00	
1973	280,17	120,32	279,37	119,79	244,90	146,49	151,37	51,37
1974	318,08	13,53	263,04	(5,85)	845,51	245,24	-	-
1975	349,55	9,89	289,73	10,15	922,86	9,15	-	-
1976	184,21	(47,30)	152,97	(47,20)	483,55	(47,60)	-	-
1977	142,77	(22,50)	145,43	(4,93)	108,93	(77,47)	29,36	-
1978	217,43	52,30	216,25	48,70	92,10	(15,44)	481,31	1.539,60
1979	338,04	55,47	237,55	9,85	1.231,50	1.237,09	244,97	(49,10)
1980	258,33	(23,58)	204,03	(14,11)	595,16	(51,67)	646,50	163,91
1981	389,90	50,93	310,10	51,98	917,79	54,21	834,52	29,08
1982	1.051,61	169,72	1.069,63	244,94	630,52	(31,30)	875,34	4,89
1983	2.272,14	116,06	2.440,37	128,15	528,05	(16,25)	465,12	(46,86)
1984	1.143,86	(49,66)	1.188,59	(51,29)	410,24	(22,31)	1.074,52	131,02
1985	3.873,96	238,68	4.153,32	249,43	1.095,24	166,98	358,26	(66,66)
1986	871,06	(77,51)	18,32	(99,56)	8.996,39	721,41	163,62	(54,33)
1987	2.177,25	149,95	2.344,67	12.700,07	563,49	(93,74)	33,05	(79,80)
1988	70,35	(96,77)	32,36	(98,62)	409,09	(27,40)	89,16	169,75
1989	14,61	(79,23)	1,26	(96,10)	139,71	(65,85)	10,05	(88,73)
1990	25,37	73,60	14,66	1.063,19	117,26	(16,07)	37,71	275,33
1991	118,08	365,47	117,12	698,85	119,17	1,63	28,31	(24,92)

Continua...

Anos	Total de encargos		Dívida flutuante		Fundada interna		Fundada externa	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1992	11,65	(90,13)	-	(100,00)	107,86	(9,49)	54,46	92,36
1993	353,42	2.932,88	378,65	-	102,90	(4,60)	30,79	(43,48)
1994	81,80	(76,85)	79,82	(78,92)	94,00	(8,66)	23,95	(22,22)
1995	37,06	(54,69)	29,62	(62,89)	105,40	12,13	10,46	(56,33)
1996	68,10	83,73	43,00	45,16	296,00	180,85	44,42	324,79
1997	88,98	30,66	84,21	95,83	104,46	(64,71)	106,44	139,61
1998	44,24	(50,28)	28,93	(65,65)	120,45	15,30	248,48	133,44
1999	17,82	(59,71)	-	(100,00)	130,80	8,59	203,68	(18,03)
2000	18,11	1,62	-	-	136,47	4,33	194,44	(4,54)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice Z.

**APÊNDICE AI – PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS NO PIB PM RS
(1971-2000)**

	Total do gasto (% s/ PIB)	Pessoal (% s/ PIB)	Serviço da dívida (% s/ PIB)	Investimento (% s/ PIB)	Manutenção (% s/ PIB)
1971	8,82	4,26	0,53	1,40	2,63
1972	9,90	3,91	0,51	1,96	2,55
1973	12,27	3,76	0,55	1,90	2,42
1974	13,40	3,47	0,68	1,89	2,37
1975	16,33	3,88	1,04	1,90	2,51
1976	16,09	3,71	0,85	1,75	2,11
1977	15,57	3,46	1,04	1,20	2,10
1978	16,78	3,65	0,93	1,24	2,06
1979	17,70	3,54	1,01	1,26	1,95
1980	18,21	3,55	1,03	1,15	2,03
1981	19,91	3,94	0,99	1,71	2,16
1982	24,08	4,38	1,53	1,92	2,64
1983	23,91	4,26	2,74	1,37	2,31
1984	21,72	4,26	2,17	1,25	2,09
1985	31,76	4,86	5,18	1,12	2,95
1986	29,55	5,41	2,64	0,99	2,70
1987	26,44	4,34	3,22	1,20	2,11
1988	22,29	3,71	1,56	0,96	3,00
1989	23,36	4,13	0,90	1,58	2,39
1990	27,48	5,42	1,22	1,94	3,44
1991	22,44	4,46	1,37	0,82	3,52
1992	27,61	4,89	2,00	1,22	3,50
1993	27,09	4,33	2,10	0,86	3,65
1994	32,43	4,53	2,45	1,00	3,81
1995	34,42	5,18	2,17	0,73	3,54
1996	38,81	5,33	1,84	1,31	3,86
1997	42,12	5,15	2,28	2,16	3,62
1998	53,49	6,14	2,49	5,24	3,23
1999	32,25	6,12	1,01	0,57	3,18
2000	32,89	5,96	1,01	0,92	3,40

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice G e U.

**APÊNDICE AJ - GASTOS PÚBLICOS PER CAPITA DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE
DEZ/2000 (1971-2000)**

R\$ 1,00

	Total	Pessoal	Serviço da Dívida	Investimento	Manutenção
1971	388,21	187,43	23,28	61,58	115,92
1972	428,06	187,65	24,27	94,01	122,13
1973	521,54	227,35	33,04	114,84	146,30
1974	560,35	231,41	45,39	125,83	157,72
1975	672,31	279,19	75,13	137,16	180,82
1976	652,57	287,69	66,17	135,36	163,35
1977	622,78	276,28	82,92	95,97	167,61
1978	662,05	306,66	77,98	104,54	172,86
1979	689,19	314,57	89,98	111,96	172,68
1980	700,14	320,44	93,09	103,54	183,07
1981	754,78	338,06	84,67	146,70	185,35
1982	899,07	376,35	131,31	164,53	226,87
1983	879,40	350,50	225,91	112,95	190,04
1984	786,71	342,96	174,52	100,88	168,36
1985	1.133,13	390,14	416,03	90,27	236,70
1986	1.038,32	478,92	233,43	87,39	238,58
1987	915,01	365,81	271,01	100,74	177,46
1988	760,09	305,50	128,62	78,93	247,03
1989	785,43	360,25	78,42	138,37	208,39
1990	910,98	410,94	92,28	146,90	260,86
1991	734,11	321,44	99,13	59,38	254,16
1992	893,56	376,26	153,81	94,16	269,34
1993	867,31	343,54	166,39	67,83	289,55
1994	1.026,96	394,29	213,80	86,72	332,15
1995	1.078,49	481,04	201,10	67,33	329,02
1996	1.204,21	520,34	179,29	127,79	376,79
1997	1.289,13	502,93	222,63	210,66	352,91
1998	1.614,46	579,28	235,25	495,21	304,71
1999	960,15	540,55	88,98	50,21	280,41
2000	965,14	509,25	86,38	78,69	290,82

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice G e U.

**APÊNDICE AK – PARTICIPAÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO PIB
PM RS (1971-2000)**

Anos	Serviço da dívida (% s/PIB)	Amortização (% s/PIB)	Juros (% s/PIB)	Encargos (% s/PIB)
1971	0,53	0,24	0,14	0,14
1972	0,51	0,22	0,12	0,16
1973	0,55	0,14	0,12	0,28
1974	0,68	0,27	0,12	0,29
1975	1,04	0,58	0,18	0,29
1976	0,85	0,43	0,28	0,14
1977	1,04	0,57	0,36	0,10
1978	0,93	0,41	0,37	0,15
1979	1,01	0,47	0,33	0,21
1980	1,03	0,57	0,30	0,16
1981	0,99	0,37	0,37	0,25
1982	1,53	0,38	0,50	0,65
1983	2,74	0,68	0,61	1,45
1984	2,17	0,64	0,80	0,74
1985	5,18	0,99	1,74	2,46
1986	2,64	0,81	1,34	0,49
1987	3,22	1,00	0,94	1,28
1988	1,56	1,02	0,50	0,04
1989	0,90	0,81	0,07	0,01
1990	1,22	1,03	0,17	0,02
1991	1,37	1,17	0,12	0,08
1992	2,00	1,49	0,50	0,01
1993	2,10	1,74	0,15	0,20
1994	2,45	2,27	0,15	0,04
1995	2,17	1,96	0,19	0,02
1996	1,84	1,58	0,23	0,03
1997	2,28	2,09	0,15	0,04
1998	2,49	2,32	0,16	0,02
1999	1,01	0,75	0,25	0,01
2000	1,01	0,74	0,26	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice G e W.

**APÊNDICE AL – SERVIÇO DA DÍVIDA PER CAPITA DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS DE
DEZ/2000 (1971-2000)**

Anos	Total serviço da dívida (em R\$)	Amortização (em R\$)	Juros (em R\$)	Encargos (em R\$)
1971	23,28	10,73	6,26	6,29
1972	24,27	10,61	5,80	7,86
1973	33,04	8,61	7,42	17,02
1974	45,39	18,24	8,15	19,00
1975	75,13	41,80	12,77	20,56
1976	66,17	33,43	22,06	10,67
1977	82,92	45,66	29,10	8,15
1978	77,98	34,55	31,18	12,25
1979	89,98	42,09	29,09	18,80
1980	93,09	51,46	27,44	14,19
1981	84,67	31,79	31,77	21,11
1982	131,31	32,41	42,82	56,08
1983	225,91	55,97	50,60	119,34
1984	174,52	51,09	64,24	59,19
1985	416,03	79,21	139,40	197,41
1986	233,43	71,35	118,37	43,71
1987	271,01	84,23	79,17	107,61
1988	128,62	84,00	41,20	3,43
1989	78,42	71,17	6,55	0,70
1990	92,28	78,12	12,96	1,20
1991	99,13	84,67	8,94	5,52
1992	153,81	115,03	38,24	0,54
1993	166,39	138,19	12,04	16,16
1994	213,80	197,37	12,73	3,70
1995	201,10	182,06	17,38	1,66
1996	179,29	153,78	22,49	3,02
1997	222,63	204,21	14,52	3,89
1998	235,25	218,61	14,74	1,91
1999	88,98	66,46	21,77	0,76
2000	86,38	62,99	22,63	0,76

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice G e W.

**APÊNDICE AM – DESPESA COM PESSOAL PER CAPITA, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Total despesa com pessoal	Pessoal Ativo			Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
		Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais				
1971	187,43	139,54		2,04	42,82	1,59	1,38	0,05
1972	187,65	131,08	8,58	4,37	38,94	1,49	1,39	1,81
1973	227,35	153,93	12,69	7,38	44,88	1,87	1,96	4,64
1974	231,41	165,02	11,57	6,39	44,21	1,97	2,26	-
1975	279,19	203,69	11,22	7,49	51,98	2,31	2,50	-
1976	287,69	209,76	11,47	7,03	53,98	2,88	2,57	-
1977	276,28	195,98	16,45	1,15	52,46	3,09	2,63	4,52
1978	306,66	218,82	11,51	1,59	63,58	3,47	2,74	4,95
1979	314,57	236,64	-	1,26	66,61	3,84	2,76	3,46
1980	320,44	235,02	-	1,40	71,51	4,14	2,83	5,53
1981	338,06	245,77	-	1,88	79,70	4,34	2,88	3,49
1982	376,35	273,66	-	2,01	90,60	4,57	3,05	2,46
1983	350,50	250,19	-	1,88	89,66	4,08	2,71	1,99
1984	342,96	232,82	-	1,60	99,80	4,14	2,40	2,19
1985	390,14	259,75	-	1,74	119,58	5,44	2,41	1,22
1986	478,92	313,53	-	1,47	148,19	6,25	2,46	7,02
1987	365,81	234,16	-	0,68	121,94	3,88	1,51	3,64
1988	305,50	186,84	-	0,97	112,14	3,80	1,17	0,58
1989	360,25	226,83	-	0,89	127,09	4,31	0,88	0,24
1990	410,94	263,95	-	1,65	138,64	4,92	0,58	1,20
1991	321,44	200,68	-	1,43	112,75	4,10	0,47	2,01
1992	376,26	230,12	-	1,69	135,69	4,91	3,33	0,52

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Total despesa com pessoal	Pessoal Ativo Civil e militar	Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1993	343,54	209,25	-	1,41	125,44	4,46	2,55	0,43
1994	394,29	237,66	-	0,56	147,53	4,91	3,29	0,35
1995	481,04	278,10	-	0,26	186,61	5,86	4,01	6,19
1996	520,34	295,03	-	0,33	207,93	4,94	4,38	7,74
1997	502,93	274,30	-	0,54	209,28	4,60	3,87	10,34
1998	579,28	278,54	41,19	0,84	237,09	5,00	3,55	13,07
1999	540,55	263,33	49,51	0,82	215,33	4,27	3,03	4,26
2000	509,25	230,34	60,99	0,49	196,77	3,66	2,79	14,21

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e V.

**APÊNDICE AN – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL NO PIB PM RS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1971-2000)**

Anos	Total despesa com pessoal	Civil e militar	Pessoal Ativo Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1971	4,26	3,17		0,05	0,97	0,04	0,03	0,00
1972	4,34	2,73	0,18	0,09	0,81	0,03	0,03	0,04
1973	5,35	2,54	0,21	0,12	0,74	0,03	0,03	0,08
1974	5,53	2,48	0,17	0,10	0,66	0,03	0,03	-
1975	6,78	2,83	0,16	0,10	0,72	0,03	0,03	-
1976	7,09	2,71	0,15	0,09	0,70	0,04	0,03	-
1977	6,91	2,45	0,21	0,01	0,66	0,04	0,03	0,06
1978	7,77	2,61	0,14	0,02	0,76	0,04	0,03	0,06
1979	8,08	2,67	-	0,01	0,75	0,04	0,03	0,04
1980	8,33	2,60	-	0,02	0,79	0,05	0,03	0,06
1981	8,92	2,86	-	0,02	0,93	0,05	0,03	0,04
1982	10,08	3,19	-	0,02	1,06	0,05	0,04	0,03
1983	9,53	3,04	-	0,02	1,09	0,05	0,03	0,02
1984	9,47	2,89	-	0,02	1,24	0,05	0,03	0,03
1985	10,94	3,23	-	0,02	1,49	0,07	0,03	0,02
1986	13,63	3,54	-	0,02	1,67	0,07	0,03	0,08
1987	10,57	2,78	-	0,01	1,45	0,05	0,02	0,04
1988	8,96	2,27	-	0,01	1,36	0,05	0,01	0,01
1989	10,72	2,60	-	0,01	1,46	0,05	0,01	0,00
1990	12,39	3,48	-	0,02	1,83	0,06	0,01	0,02
1991	9,83	2,78	-	0,02	1,56	0,06	0,01	0,03
1992	11,63	2,99	-	0,02	1,76	0,06	0,04	0,01
1993	10,73	2,64	-	0,02	1,58	0,06	0,03	0,01

Continua...

Anos	Total despesa com pessoal	Civil e militar	Pessoal Ativo Encargos diversos	Obrigações patronais	Inativos	Pensionistas	Salário-família	Desp.exerc.ant.
1994	12,45	2,73	-	0,01	1,69	0,06	0,04	0,00
1995	15,35	3,00	-	0,00	2,01	0,06	0,04	0,07
1996	16,77	3,02	-	0,00	2,13	0,05	0,04	0,08
1997	16,43	2,81	-	0,01	2,14	0,05	0,04	0,11
1998	19,19	2,95	0,44	0,01	2,51	0,05	0,04	0,14
1999	18,16	2,98	0,56	0,01	2,44	0,05	0,03	0,05
2000	17,35	2,70	0,71	0,01	2,30	0,04	0,03	0,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e V.

**APÊNDICE AO – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS NO PIB PM RS (1971-2000)**

Anos	Total do gasto		Pessoal		Serviço da dívida		Investimento		Manutenção	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	112,24	12,24	91,94	(8,06)	95,73	(4,27)	140,20	40,20	96,76	(3,24)
1973	139,11	23,94	88,23	(4,04)	103,23	7,84	135,64	(3,25)	91,79	(5,13)
1974	151,94	9,22	81,54	(7,58)	128,74	24,72	134,94	(0,51)	89,86	(2,11)
1975	185,18	21,88	91,03	11,65	197,23	53,19	136,13	0,88	95,33	6,10
1976	182,46	(1,47)	87,18	(4,23)	161,43	(18,15)	124,86	(8,28)	80,04	(16,04)
1977	176,64	(3,19)	81,21	(6,85)	196,22	21,55	85,87	(31,23)	79,66	(0,47)
1978	190,36	7,77	85,78	5,62	175,61	(10,51)	89,00	3,66	78,18	(1,86)
1979	200,76	5,46	83,24	(2,95)	191,69	9,16	90,17	1,31	73,89	(5,49)
1980	206,49	2,85	83,37	0,15	194,98	1,72	82,00	(9,07)	77,01	4,23
1981	225,88	9,39	92,54	11,00	186,59	(4,31)	122,23	49,07	82,04	6,52
1982	273,10	20,91	102,96	11,26	289,21	55,00	137,00	12,08	100,35	22,32
1983	271,23	(0,69)	99,99	(2,89)	518,82	79,39	98,07	(28,42)	87,66	(12,65)
1984	246,31	(9,19)	100,16	0,18	410,32	(20,91)	89,67	(8,56)	79,50	(9,30)
1985	360,23	46,25	114,09	13,90	979,45	138,70	80,35	(10,39)	111,92	40,78
1986	335,21	(6,95)	127,10	11,40	498,72	(49,08)	70,59	(12,15)	102,37	(8,53)
1987	299,92	(10,53)	101,95	(19,79)	608,06	21,92	85,45	21,05	79,97	(21,89)
1988	252,82	(15,70)	87,15	(14,51)	295,41	(51,42)	68,54	(19,79)	113,95	42,50
1989	264,98	4,81	96,91	11,20	169,83	(42,51)	113,30	65,32	90,64	(20,45)
1990	311,65	17,61	127,43	31,49	230,38	35,65	138,65	22,38	130,79	44,29
1991	254,52	(18,33)	104,66	(17,87)	259,84	12,79	58,85	(57,56)	133,80	2,30
1992	313,20	23,05	114,76	9,65	377,68	45,35	87,41	48,53	132,83	(0,73)
1993	307,29	(1,89)	101,75	(11,34)	396,75	5,05	61,15	(30,04)	138,66	4,39

Continua...

Anos	Total do gasto		Pessoal		Serviço da dívida		Investimento		Manutenção	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1994	367,77	19,68	106,31	4,48	464,09	16,97	71,17	16,38	144,80	4,43
1995	390,36	6,14	121,71	14,49	409,62	(11,74)	51,85	(27,15)	134,60	(7,04)
1996	440,16	12,76	125,26	2,91	347,46	(15,18)	93,63	80,58	146,66	8,95
1997	477,75	8,54	121,06	(3,35)	431,42	24,16	154,34	64,84	137,36	(6,34)
1998	606,64	26,98	144,13	19,06	471,23	9,23	375,03	142,99	122,59	(10,75)
1999	365,79	(39,70)	143,85	(0,19)	190,64	(59,54)	40,67	(89,16)	120,66	(1,57)
2000	373,03	1,98	140,07	(2,63)	191,27	0,33	65,88	61,97	129,33	7,19

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AI.

**APÊNDICE AP – ÍNDICE E TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL DAS DESPESAS COM PESSOAL PER
CAPITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971 -2000)**

Anos	Total despesa		Pessoal ativo		Inativos		Pensionistas		Salário-família		Desp.exerc.ant.	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1971	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1972	101,91	1,91	103,55	3,55	92,56	(7,44)	95,72	(4,28)	101,88	1,88	3.634,84	3.534,84
1973	125,61	23,25	127,26	22,89	108,53	17,26	121,66	27,11	146,87	44,16	9.503,07	161,44
1974	129,96	3,47	136,04	6,90	108,66	0,12	130,43	7,20	171,82	16,99	-	-
1975	159,27	22,55	167,96	23,47	129,79	19,45	155,50	19,22	192,74	12,17	-	-
1976	166,61	4,60	174,99	4,18	136,83	5,42	196,67	26,48	201,68	4,64	-	-
1977	162,31	(2,58)	166,10	(5,08)	134,90	(1,41)	214,39	9,01	209,25	3,76	9.834,77	-
1978	182,63	12,52	182,86	10,09	165,72	22,85	243,67	13,65	220,53	5,39	10.925,98	11,10
1979	189,79	3,92	190,02	3,92	175,90	6,14	273,19	12,12	225,26	2,14	7.747,87	(29,09)
1980	195,74	3,13	191,19	0,62	191,20	8,70	298,15	9,13	233,98	3,87	12.529,91	61,72
1981	209,54	7,05	203,21	6,29	216,24	13,09	316,97	6,31	241,92	3,39	8.011,98	(36,06)
1982	236,79	13,00	229,61	12,99	249,50	15,38	338,81	6,89	259,71	7,35	5.737,23	(28,39)
1983	223,91	(5,44)	213,17	(7,16)	250,70	0,48	307,19	(9,33)	234,15	(9,84)	4.707,49	(17,95)
1984	222,40	(0,67)	201,25	(5,59)	283,26	12,99	316,95	3,18	210,83	(9,96)	5.275,88	12,07
1985	256,89	15,51	227,93	13,26	344,63	21,67	422,32	33,25	214,61	1,79	2.988,38	(43,36)
1986	320,24	24,66	278,84	22,33	433,71	25,85	492,64	16,65	223,02	3,92	17.397,21	482,16
1987	248,35	(22,45)	211,06	(24,31)	362,35	(16,45)	310,43	(36,99)	138,73	(37,79)	9.162,20	(47,34)
1988	210,47	(15,25)	171,29	(18,84)	338,17	(6,67)	308,98	(0,47)	108,67	(21,67)	1.468,53	(83,97)
1989	251,73	19,60	210,66	22,98	388,71	14,95	354,92	14,87	83,49	(23,17)	629,43	(57,14)
1990	291,18	15,67	249,14	18,27	429,98	10,62	411,21	15,86	55,39	(33,65)	3.161,95	402,35
1991	230,83	(20,73)	192,13	(22,88)	354,39	(17,58)	346,99	(15,62)	46,07	(16,83)	5.352,50	69,28
1992	273,15	18,34	222,78	15,95	431,16	21,66	420,40	21,16	327,23	610,31	1.399,30	(73,86)
1993	252,10	(7,71)	204,65	(8,14)	402,90	(6,55)	386,08	(8,16)	253,16	(22,63)	1.179,09	(15,74)

Continua...

Anos	Total despesa		Pessoal ativo		Inativos		Pensionistas		Salário-família		Desp.exerc.ant.	
	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano	(1971=100)	Var.% ano
1994	292,46	16,01	233,91	14,30	478,95	18,88	429,45	11,23	329,87	30,30	958,45	(18,71)
1995	360,63	23,31	276,27	18,11	612,33	27,85	518,50	20,74	407,21	23,45	17.190,02	1.693,53
1996	393,94	9,24	296,02	7,15	689,01	12,52	440,71	(15,00)	448,41	10,12	21.715,21	26,32
1997	386,05	(2,00)	279,28	(5,66)	703,12	2,05	416,59	(5,47)	401,67	(10,42)	29.435,53	35,55
1998	450,84	16,78	330,28	18,26	807,64	14,86	458,97	10,17	374,20	(6,84)	37.713,81	28,12
1999	426,54	(5,39)	327,65	(0,79)	743,70	(7,92)	397,31	(13,43)	323,50	(13,55)	12.469,06	(66,94)
2000	407,68	(4,42)	309,26	(5,61)	689,45	(7,30)	345,83	(12,96)	302,52	(6,49)	42.167,17	238,17

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AM.

**APÊNDICE AQ – DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A PREÇOS CORRENTES, DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Total	%	Manutenção		Transferência	%
			Própria	%		
1971	584.612	100,00	136.176	23,29	448.436	76,71
1972	735.728	100,00	190.477	25,89	545.251	74,11
1973	1.030.219	100,00	351.507	34,12	678.712	65,88
1974	1.439.913	100,00	479.492	33,30	960.421	66,70
1975	2.139.962	100,00	655.445	30,63	1.484.517	69,37
1976	2.778.180	100,00	721.840	25,98	2.056.340	74,02
1977	4.126.823	100,00	1.084.581	26,28	3.042.242	73,72
1978	5.981.822	100,00	1.668.072	27,89	4.313.750	72,11
1979	9.267.286	100,00	1.858.281	20,05	7.409.005	79,95
1980	19.833.866	100,00	3.769.721	19,01	16.064.145	80,99
1981	42.765.187	100,00	7.641.407	17,87	35.123.780	82,13
1982	103.847.811	100,00	18.537.205	17,85	85.310.606	82,15
1983	224.809.306	100,00	41.987.794	18,68	182.821.512	81,32
1984	648.138.523	100,00	119.662.714	18,46	528.475.809	81,54
1985	3.012.094.119	100,00	416.145.929	13,82	2.595.948.190	86,18
1986	7.469.181.259	100,00	1.199.603.057	16,06	6.269.578.202	83,94
1987	18.324.293.282	100,00	2.968.378.144	16,20	15.355.915.138	83,80
1988	203.101.203.295	100,00	24.463.050.317	12,04	178.638.152.978	87,96
1989	2.467.400.176	100,00	355.885.903	14,42	2.111.514.273	85,58
1990	88.951.096.700	100,00	13.237.263.052	14,88	75.713.833.648	85,12
1991	452.093.343.577	100,00	86.991.888.083	19,24	365.101.455.494	80,76
1992	5.285.869.063.373	100,00	1.010.727.813.265	19,12	4.275.141.250.108	80,88
1993	126.573.911.254	100,00	20.202.626.538	15,96	106.371.284.716	84,04
1994	1.186.678.340	100,00	185.544.305	15,64	1.001.134.035	84,36
1995	1.901.306.045	100,00	318.914.151	16,77	1.582.391.894	83,23
1996	2.442.560.733	100,00	510.496.485	20,90	1.932.064.248	79,10

Continua...

Anos	Total	%	Manutenção		Transferência	%
			Própria	%		
1997	2.503.109.193	100,00	591.665.003	23,64	1.911.444.190	76,36
1998	2.276.595.454	100,00	335.435.177	14,73	1.941.160.277	85,27
1999	2.364.956.007	100,00	171.484.020	7,25	2.193.471.987	92,75
2000	2.830.733.467	100,00	256.024.055	9,04	2.574.709.412	90,96

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices B e P.

- Nota:
- a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
 - b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
 - c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
 - d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
 - e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
 - f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

APÊNDICE AR – DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000)

Anos	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Agricultura	Comunicações	Defesa nacional e segurança pública	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais
1975	83.660	240.632	1.374.553	178.463	51.999	626.436	1.175.781	1.814.256	404.928
1976	120.760	336.662	1.830.148	204.897	51.679	865.681	1.454.695	2.492.085	313.678
1977	168.777	466.857	2.988.578	249.382	65.945	1.296.655	2.245.529	3.475.073	257.501
1978	262.906	666.837	4.029.168	355.421	130.869	2.052.453	3.113.968	5.222.192	830.977
1979	383.959	1.086.845	6.755.433	599.661	57.293	3.313.833	4.794.064	7.891.328	481.025
1980	811.932	2.564.778	15.173.823	1.491.032	49.827	6.046.333	10.743.820	15.727.357	1.329.181
1981	1.884.083	5.763.742	35.206.501	4.076.187	303.991	13.272.348	21.215.969	37.310.788	3.110.694
1982	4.053.606	14.576.060	97.469.318	9.314.796	442.000	30.914.357	50.493.099	82.277.526	8.726.067
1983	9.982.287	35.271.423	309.208.090	20.075.787	1.781.644	63.817.411	104.256.868	191.152.577	16.811.731
1984	37.198.043	108.258.142	850.387.826	54.624.321	10.939.574	241.189.350	310.102.175	511.311.678	52.171.943
1985	170.637.270	498.758.605	6.261.869.245	188.181.524	12.280.206	805.492.982	1.182.004.515	1.864.105.536	101.337.141
1986	442.178.287	1.328.051.226	9.182.719.486	477.893.333	7.786.760	2.270.068.140	3.972.934.818	5.873.609.582	253.378.926
1987	937.894.344	3.314.020.030	33.003.897.452	1.005.653.665	1.373.055.057	5.994.833.825	10.902.143.920	14.896.899.836	1.054.248.950
1988	7.864.816.214	27.604.522.595	198.951.463.423	10.215.026.433	584.726.190	39.703.320.800	72.417.290.293	94.709.479.837	15.308.347.394
1989	135.723.633	487.163.082	1.235.658.428	150.822.830	35.642.620	667.117.407,68	1.537.202.041	1.743.002.235	346.586.958
1990	3.891.064.895	15.117.357.966	47.237.408.567	5.297.626.270	248.431.713	25.118.251.632	49.287.501.408	55.840.688.518	3.540.233.654
1991	21.889.745.979	73.545.809.126	270.536.349.248	24.457.830.942	5.253.594.145	103.533.205.849	237.980.385.580	205.232.291.374	11.884.051.768
1992	268.653.262.407	932.039.891.850	4.752.292.683.272	373.294.929.867	270.735.656	1.379.542.172.695	2.744.974.292.441	2.628.439.439.799	21.972.785.759
1993	6.350.424.214	22.637.638.112	114.173.267.915	7.634.011.317	-	21.000.953.243	58.554.673.868	53.813.476.218	98.919.832
1994	54.258.011	185.978.961	1.056.712.524	67.164.919	-	219.411.897	617.320.957	467.917.750	16.731.227
1995	114.649.668	380.963.658	1.595.743.831	79.472.569	-	407.190.576	1.042.620.618	628.126.973	19.122.281
1996	139.499.317	438.192.305	1.892.644.811	118.848.239	-	501.167.055	1.201.673.069	1.231.446.874	6.474.092

Continua...

Anos	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Agricultura	Comunicações	Defesa nacional e segurança pública	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais
1997	149.596.071	488.891.120	2.759.214.429	104.123.166	-	493.885.934	1.234.704.968	952.401.397	7.456.295
1998	158.445.054	597.626.143	3.811.159.764	149.830.383	7.042.977	633.039.132	1.308.125.208	1.148.285.017	8.123.452
1999	156.866.809	594.183.667	1.199.518.948	141.292.820	-	578.300.297	1.404.008.421	1.167.844.685	2.529.149
2000	166.572.195	509.275.418	1.460.203.838	238.029.834	-	683.445.179	1.681.894.363	2.006.811.592	1.291.721

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;

b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;

c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;

d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;

e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;

f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

APÊNDICE AS – CONCLUSÃO - DESPESA POR FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000)

Anos	Habitação e urbanismo	Indústria, comércio e serviços	Relações exteriores	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência	Transporte	Total
1975	5.443	319.143		276.844	7.830	775.250	621.160	7.956.378
1976	115.658	482.252		546.665	12.819	1.194.404	1.076.744	11.098.827
1977	482.795	649.495	89	497.670	17.058	1.748.542	723.857	15.333.803
1978	88.957	872.983		687.897	54.147	2.975.798	1.565.658	22.910.231
1979	1.180.771	2.355.375		1.127.180	84.200	4.737.553	2.137.617	36.986.137
1980	1.050.497	2.925.985		2.196.418	245.316	9.917.689	5.609.575	75.883.563
1981	1.909.333	5.987.248		6.145.456	544.104	22.700.140	14.718.543	174.149.127
1982	4.231.601	6.678.843		20.258.527	1.779.521	52.535.519	27.791.799	411.542.639
1983	9.813.942	26.920.629		42.192.887	3.136.316	131.793.691	74.084.124	1.040.299.407
1984	15.141.199	27.835.825		80.814.418	6.706.090	455.989.009	266.000.974	3.028.670.567
1985	59.511.238	114.346.474		276.078.723	20.672.307	1.842.068.291	1.022.356.157	14.419.700.214
1986	172.306.639	145.018.680		673.803.060	47.599.154	5.614.738.432	2.044.694.809	32.506.781.332
1987	251.232.634	429.465.543		1.556.465.848	129.578.801	14.510.334.264	5.124.881.733	94.484.605.903
1988	5.218.897.843	2.805.566.717		10.117.953.170	866.870.532	108.845.226.583	29.704.230.259	624.917.738.284
1989	69.842.585	165.020.473		194.623.739	11.280.002	1.750.654.713	769.328.028	9.299.668.776
1990	2.443.067.651	10.394.615.254		6.823.096.980	370.707.404	55.803.731.649	29.226.122.662	310.639.906.222
1991	3.827.725.755	3.584.218.092	57.852.000	33.596.285.520	1.972.871.922	248.576.381.563	59.901.483.632	1.305.830.082.494
1992	70.014.124.410	68.711.615.105		374.865.426.071	72.972.643.304	3.074.446.243.818	773.910.565.759	17.536.400.812.212
1993	1.146.338.374	2.012.919.317		7.616.345.785	1.717.196.673	68.952.417.792	13.429.528.130	379.138.110.791
1994	27.769.769	14.035.896		96.162.092	15.214.710	661.361.387	169.058.570	3.669.098.670
1995	59.504.653	99.420.494		186.293.621	21.021.931	1.387.350.820	210.694.113	6.232.175.806
1996	13.003.269	34.179.304	227.647	218.119.908	27.939.806	1.745.143.381	237.868.298	7.806.427.375

Continua...

Anos	Habitação e urbanismo	Indústria, comércio e serviços	Relações exteriores	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência	Transporte	Total
1997	33.162.516	354.763.107	780.069	333.476.936	27.907.869	1.777.936.777	425.111.397	9.143.412.051
1998	17.553.280	1.110.198.721	621.941	393.286.457	27.304.464	1.974.375.022	717.165.040	12.062.182.056
1999	15.684.639	29.635.191	378.610	430.295.831	18.543.223	2.053.875.387	304.900.767	8.097.858.443
2000	27.936.631	138.890.576	108.022	483.338.973	113.134.094	1.553.394.438	330.094.781	9.394.421.653

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até

Nota: 1985;

b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;

c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;

d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;

e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;

f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE AT – ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL, A PREÇOS CORRENTES (1975-2000)**

Anos	Total do gasto	Investimento social	Consumo	Despesas sociais	Despesas financeiras
1975	7.956.378	4.565.730	1.065.367	1.436.135	889.146
1976	11.098.827	6.076.030	1.869.546	2.027.858	1.125.393
1977	15.333.803	7.666.782	2.746.065	2.879.414	2.041.542
1978	22.910.231	12.092.068	3.806.799	4.312.766	2.698.598
1979	36.986.137	18.316.363	7.129.704	6.711.273	4.828.797
1980	75.883.563	37.876.777	13.409.920	14.511.672	10.085.194
1981	174.149.127	86.723.420	31.299.033	36.591.805	19.534.869
1982	411.542.639	185.724.130	78.805.168	86.905.016	60.108.325
1983	1.040.299.407	435.083.360	186.936.836	151.035.965	267.243.246
1984	3.028.670.567	1.232.986.490	558.650.716	565.188.497	671.844.864
1985	14.419.700.214	4.484.611.553	2.198.330.559	2.442.608.182	5.294.149.920
1986	32.506.781.332	12.775.316.908	6.508.447.285	5.915.017.291	7.307.999.848
1987	94.484.605.903	34.786.348.705	16.447.611.547	15.266.168.295	27.984.477.356
1988	624.917.738.284	225.744.667.124	125.048.948.128	168.375.681.032	105.748.442.000
1989	9.299.668.776	4.747.605.186	2.026.401.039	1.597.190.095	928.472.456
1990	310.639.906.222	153.835.219.479	65.440.603.683	59.896.820.809	31.467.262.251
1991	1.305.830.082.494	548.293.855.533	287.973.264.760	293.236.348.263	176.326.613.938
1992	17.536.400.812.212	6.611.574.364.385	3.592.298.437.603	4.313.995.536.400	3.018.532.473.824
1993	379.138.110.791	135.543.528.682	79.432.298.624	91.427.161.668	72.735.121.817
1994	3.669.098.670	1.352.229.319	800.507.958	752.494.678	763.866.715
1995	6.232.175.806	2.079.457.048	1.654.171.025	1.336.490.699	1.162.057.034
1996	7.806.427.375	2.830.489.876	2.004.206.364	1.809.473.816	1.162.257.319
1997	9.143.412.051	3.078.560.330	2.172.484.098	2.313.349.348	1.579.018.275
1998	12.062.182.056	4.448.770.798	2.412.519.223	3.443.237.442	1.757.654.593

Continua...

Anos	Total do gasto	Investimento social	Consumo	Despesas sociais	Despesas financeiras
1999	8.097.858.443	3.050.211.032	2.518.399.081	1.778.793.082	750.455.248
2000	9.394.421.653	4.397.012.866	2.177.804.135	1.978.786.999	840.817.653

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE AU - DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO INVESTIMENTO SOCIAL, NA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)**

Anos	TOTAL	Agricultura	Comunicações	Desenvolvimento Regional	Educação e Cultura	Energia e Recursos Minerais	Transporte	Indústria, Comércio e Serviços
1975	4.565.730	178.463	51.999	1.175.781	1.814.256	404.928	621.160	319.143
1976	6.076.030	204.897	51.679	1.454.695	2.492.085	313.678	1.076.744	482.252
1977	7.666.782	249.382	65.945	2.245.529	3.475.073	257.501	723.857	649.495
1978	12.092.068	355.421	130.869	3.113.968	5.222.192	830.977	1.565.658	872.983
1979	18.316.363	599.661	57.293	4.794.064	7.891.328	481.025	2.137.617	2.355.375
1980	37.876.777	1.491.032	49.827	10.743.820	15.727.357	1.329.181	5.609.575	2.925.985
1981	86.723.420	4.076.187	303.991	21.215.969	37.310.788	3.110.694	14.718.543	5.987.248
1982	185.724.130	9.314.796	442.000	50.493.099	82.277.526	8.726.067	27.791.799	6.678.843
1983	435.083.360	20.075.787	1.781.644	104.256.868	191.152.577	16.811.731	74.084.124	26.920.629
1984	1.232.986.490	54.624.321	10.939.574	310.102.175	511.311.678	52.171.943	266.000.974	27.835.825
1985	4.484.611.553	188.181.524	12.280.206	1.182.004.515	1.864.105.536	101.337.141	1.022.356.157	114.346.474
1986	12.775.316.908	477.893.333	7.786.760	3.972.934.818	5.873.609.582	253.378.926	2.044.694.809	145.018.680
1987	34.786.348.705	1.005.653.665	1.373.055.057	10.902.143.920	14.896.899.836	1.054.248.950	5.124.881.733	429.465.543
1988	225.744.667.124	10.215.026.433	584.726.190	72.417.290.293	94.709.479.837	15.308.347.394	29.704.230.259	2.805.566.717
1989	4.747.605.186	150.822.830	35.642.620	1.537.202.041	1.743.002.235	346.586.958	769.328.028	165.020.473
1990	153.835.219.479	5.297.626.270	248.431.713	49.287.501.408	55.840.688.518	3.540.233.654	29.226.122.662	10.394.615.254
1991	548.293.855.533	24.457.830.942	5.253.594.145	237.980.385.580	205.232.291.374	11.884.051.768	59.901.483.632	3.584.218.092
1992	6.611.574.364.385	373.294.929.867	270.735.656	2.744.974.292.441	2.628.439.439.799	21.972.785.759	773.910.565.759	68.711.615.105
1993	135.543.528.682	7.634.011.317	-	58.554.673.868	53.813.476.218	98.919.832	13.429.528.130	2.012.919.317
1994	1.352.229.319	67.164.919	-	617.320.957	467.917.750	16.731.227	169.058.570	14.035.896
1995	2.079.457.048	79.472.569	-	1.042.620.618	628.126.973	19.122.281	210.694.113	99.420.494
1996	2.830.489.876	118.848.239	-	1.201.673.069	1.231.446.874	6.474.092	237.868.298	34.179.304

Continua...

1997	3.078.560.330	104.123.166	-	1.234.704.968	952.401.397	7.456.295	425.111.397	354.763.107
1998	4.448.770.798	149.830.383	7.042.977	1.308.125.208	1.148.285.017	8.123.452	717.165.040	1.110.198.721
1999	3.050.211.032	141.292.820	-	1.404.008.421	1.167.844.685	2.529.149	304.900.767	29.635.191
2000	4.397.012.866	238.029.834	-	1.681.894.363	2.006.811.592	1.291.721	330.094.781	138.890.576

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE AV - DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO CONSUMO SOCIAL, NA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)**

Anos	Total	Habitação e urbanismo	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência
1975	1.065.367	5.443	276.844	7.830	775.250
1976	1.869.546	115.658	546.665	12.819	1.194.404
1977	2.746.065	482.795	497.670	17.058	1.748.542
1978	3.806.799	88.957	687.897	54.147	2.975.798
1979	7.129.704	1.180.771	1.127.180	84.200	4.737.553
1980	13.409.920	1.050.497	2.196.418	245.316	9.917.689
1981	31.299.033	1.909.333	6.145.456	544.104	22.700.140
1982	78.805.168	4.231.601	20.258.527	1.779.521	52.535.519
1983	186.936.836	9.813.942	42.192.887	3.136.316	131.793.691
1984	558.650.716	15.141.199	80.814.418	6.706.090	455.989.009
1985	2.198.330.559	59.511.238	276.078.723	20.672.307	1.842.068.291
1986	6.508.447.285	172.306.639	673.803.060	47.599.154	5.614.738.432
1987	16.447.611.547	251.232.634	1.556.465.848	129.578.801	14.510.334.264
1988	125.048.948.128	5.218.897.843	10.117.953.170	866.870.532	108.845.226.583
1989	2.026.401.039	69.842.585	194.623.739	11.280.002	1.750.654.713
1990	65.440.603.683	2.443.067.651	6.823.096.980	370.707.404	55.803.731.649
1991	287.973.264.760	3.827.725.755	33.596.285.520	1.972.871.922	248.576.381.563
1992	3.592.298.437.603	70.014.124.410	374.865.426.071	72.972.643.304	3.074.446.243.818
1993	79.432.298.624	1.146.338.374	7.616.345.785	1.717.196.673	68.952.417.792
1994	800.507.958	27.769.769	96.162.092	15.214.710	661.361.387
1995	1.654.171.025	59.504.653	186.293.621	21.021.931	1.387.350.820
1996	2.004.206.364	13.003.269	218.119.908	27.939.806	1.745.143.381

Continua...

Anos	Total	Habitação e urbanismo	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência
1997	2.172.484.098	33.162.516	333.476.936	27.907.869	1.777.936.777
1998	2.412.519.223	17.553.280	393.286.457	27.304.464	1.974.375.022
1999	2.518.399.081	15.684.639	430.295.831	18.543.223	2.053.875.387
2000	2.177.804.135	27.936.631	483.338.973	113.134.094	1.553.394.438

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE AW – DESPESAS POR FUNÇÕES, CLASSIFICADAS COMO DESPESAS SOCIAIS, DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	Total	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Defesa nacional e segurança pública	Relações exteriores
1975	1.679.439	83.660	240.632	485.407	626.436	-
1976	2.209.385	120.760	336.662	704.755	865.681	-
1977	3.080.182	168.777	466.857	947.036	1.296.655	89
1978	4.736.681	262.906	666.837	1.330.570	2.052.453	-
1979	6.716.988	383.959	1.086.845	1.926.636	3.313.833	-
1980	14.531.956	811.932	2.564.778	5.088.629	6.046.333	-
1981	36.591.806	1.884.083	5.763.742	15.671.632	13.272.348	-
1982	86.904.387	4.053.606	14.576.060	37.360.993	30.914.357	-
1983	151.033.366	9.982.287	35.271.423	41.964.844	63.817.411	-
1984	565.182.088	37.198.043	108.258.142	178.542.962	241.189.350	-
1985	1.879.297.267	170.637.270	498.758.605	967.719.325	805.492.982	-
1986	5.915.017.300	442.178.287	1.328.051.226	1.874.719.638	2.270.068.140	-
1987	15.265.790.089	937.894.344	3.314.020.030	5.019.420.096	5.994.833.825	-
1988	98.177.681.066	7.864.816.214	27.604.522.595	93.203.021.423	39.703.320.800	-
1989	1.593.940.307	135.723.633	487.163.082	307.185.972	667.117.407,68	-
1990	56.996.729.173	3.891.064.895	15.117.357.966	15.770.146.316	25.118.251.632	-
1991	275.490.229.678	21.889.745.979	73.545.809.126	94.209.735.310	103.533.205.849	57.852.000
1992	4.235.252.823.209	268.653.262.407	932.039.891.850	1.733.760.209.448	1.379.542.172.695	-
1993	71.475.445.680	6.350.424.214	22.637.638.112	41.438.146.098	21.000.953.243	-
1994	655.212.545	54.258.011	185.978.961	292.845.809	219.411.897	-
1995	1.249.710.593	114.649.668	380.963.658	433.686.797	407.190.576	-
1996	1.715.421.328	139.499.317	438.192.305	730.387.492	501.167.055	227.647

Continua...

Anos	Total	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Defesa nacional e segurança pública	Relações exteriores
1997	2.158.463.646	149.596.071	488.891.120	1.180.196.154	493.885.934	780.069
1998	3.411.104.536	158.445.054	597.626.143	2.053.505.171	633.039.132	621.941
1999	1.778.793.078	156.866.809	594.183.667	449.063.700	578.300.297	378.610
2000	1.978.217.994	166.572.195	509.275.418	619.386.185	683.445.179	108.022

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

**APÊNDICE AX – DESPESA POR FUNÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO RS
(1975-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Agricultura	Comunicações	Defesa nacional e segurança pública	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais
1975	51.323.656	147.622.687	843.259.446	109.483.309	31.900.296	384.305.352	721.316.992	1.113.008.018	248.414.838
1976	52.328.393	145.884.246	793.049.888	88.787.105	22.393.831	375.121.695	630.356.510	1.079.884.102	135.924.692
1977	51.249.118	141.761.078	907.481.392	75.724.818	20.024.192	393.729.153	681.854.642	1.055.205.547	78.190.151
1978	57.580.960	146.048.834	882.457.465	77.843.345	28.662.574	449.522.698	682.012.839	1.143.750.351	181.998.332
1979	54.934.633	155.499.496	966.528.281	85.796.028	8.197.151	474.124.059	685.906.949	1.129.045.568	68.822.275
1980	58.259.349	184.033.019	1.088.782.129	106.987.474	3.575.285	433.848.432	770.911.800	1.128.500.394	95.374.021
1981	64.412.960	197.050.598	1.203.638.551	139.356.530	10.392.833	453.754.542	725.330.762	1.275.579.837	106.348.291
1982	70.905.274	254.962.994	1.704.923.629	162.933.486	7.731.420	540.750.862	883.220.272	1.439.190.312	152.635.497
1983	68.601.986	242.398.327	2.124.992.911	137.968.269	12.244.120	438.576.966	716.491.944	1.313.671.550	115.536.463
1984	79.740.183	232.069.307	1.822.947.539	117.096.304	23.450.794	517.029.429	664.755.514	1.096.081.501	111.839.225
1985	112.364.029	328.430.750	4.123.418.403	123.916.858	8.086.472	530.414.235	778.345.727	1.227.506.799	66.730.143
1986	120.189.765	360.981.461	2.495.981.658	129.897.575	2.116.542	617.033.815	1.079.894.954	1.596.522.882	68.871.662
1987	78.472.915	277.281.566	2.761.411.303	84.142.287	114.882.485	501.583.242	912.174.191	1.246.412.417	88.208.218
1988	83.869.829	294.372.625	2.121.603.961	108.932.300	6.235.478	423.393.330	772.252.726	1.009.975.017	163.247.105
1989	101.936.161	365.887.157	928.049.694	113.276.516	26.769.633	501.043.081	1.154.526.082	1.309.093.721	260.306.500
1990	102.897.013	399.769.991	1.249.166.584	140.092.734	6.569.636	664.237.974	1.303.380.131	1.476.675.462	93.619.479
1991	112.459.905	377.846.081	1.389.896.999	125.653.599	26.990.660	531.908.161	1.222.638.749	1.054.393.417	61.055.041
1992	126.471.381	438.767.694	2.237.192.332	175.732.559	127.452	649.434.152	1.292.225.847	1.237.365.826	10.343.923
1993	135.668.130	483.622.186	2.439.155.761	163.090.214	0	448.656.652	1.250.940.546	1.149.651.341	2.113.287
1994	143.352.108	491.364.787	2.791.882.059	177.452.740	0	579.696.109	1.630.989.759	1.236.259.760	44.204.655

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Agricultura	Comunicações	Defesa nacional e segurança pública	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais
1995	189.290.235	628.983.073	2.634.623.636	131.211.730	0	672.284.545	1.721.399.682	1.037.057.538	31.571.492
1996	207.328.062	651.254.524	2.812.905.386	176.635.811	0	744.849.483	1.785.962.494	1.830.213.215	9.621.989
1997	206.034.529	673.336.210	3.800.189.673	143.405.955	0	680.215.429	1.700.524.982	1.311.716.087	10.269.349
1998	210.043.242	792.245.195	5.052.277.324	198.623.173	9.336.548	839.190.549	1.734.120.775	1.522.228.065	10.768.883
1999	186.776.534	707.476.404	1.428.230.694	168.233.059	0	688.564.558	1.671.710.085	1.390.517.115	3.011.380
2000	174.342.706	533.032.867	1.528.321.632	249.133.809	0	715.327.562	1.760.353.911	2.100.428.370	1.351.979

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AS.

**APÊNDICE AY - CONCLUSÃO - DESPESA POR FUNÇÃO, A PREÇOS DE DEZ/2000, NA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

R\$ 1,00

Anos	Habitação e urbanismo	Indústria, comércio e serviços	Relações exteriores	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência	Transporte	Total
1975	3.339.166	195.787.539	0	169.837.990	4.803.541	475.599.621	381.068.637	4.881.071.086
1976	50.117.566	208.972.113	0	236.883.911	5.554.800	517.565.770	466.580.685	4.809.405.308
1977	146.600.650	197.219.088	27.025	151.117.443	5.179.660	530.944.592	219.799.101	4.656.107.650
1978	19.483.121	191.198.373	0	150.661.338	11.859.129	651.751.220	342.906.176	5.017.736.757
1979	168.937.885	336.993.432	0	161.270.395	12.046.849	677.821.682	305.837.877	5.291.762.558
1980	75.377.336	209.951.057	0	157.601.724	17.602.398	711.633.617	402.509.309	5.444.947.344
1981	65.276.206	204.691.813	0	210.100.622	18.601.807	776.071.545	503.197.003	5.953.803.899
1982	74.018.744	116.825.658	0	354.360.142	31.127.205	918.946.080	486.131.388	7.198.662.963
1983	67.445.057	185.008.567	0	289.965.200	21.553.929	905.735.225	509.133.633	7.149.324.149
1984	32.457.675	59.670.714	0	173.239.127	14.375.618	977.488.172	570.217.266	6.492.458.368
1985	39.187.936	75.296.742	0	181.796.847	13.612.640	1.212.995.352	673.217.857	9.495.320.791
1986	46.835.168	39.417.949	0	183.148.367	12.938.064	1.526.158.363	555.774.436	8.835.762.660
1987	21.020.446	35.933.059	0	130.228.328	10.841.761	1.214.068.766	428.795.004	7.905.455.987
1988	55.653.948	29.918.360	0	107.897.118	9.244.244	1.160.717.594	316.763.755	6.664.077.389
1989	52.455.750	123.939.752	0	146.173.487	8.471.922	1.314.841.167	577.809.065	6.984.579.688
1990	64.605.544	274.879.728	0	180.432.945	9.803.148	1.475.698.158	772.868.303	8.214.696.831
1991	19.665.175	18.414.139	297.218	172.602.966	10.135.750	1.277.076.325	307.747.527	6.708.781.713
1992	32.959.894	32.346.724	0	176.471.887	34.352.648	1.447.328.273	364.326.631	8.255.447.223
1993	24.489.952	43.003.269	0	162.712.814	36.685.559	1.473.074.128	286.903.506	8.099.767.344
1994	73.368.980	37.083.469	0	254.064.576	40.197.949	1.747.346.557	446.660.353	9.693.923.860

Continua...

R\$ 1,00

Anos	Habitação e urbanismo	Indústria, comércio e serviços	Relações exteriores	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência	Transporte	Total
1995	98.244.068	164.146.386	0	307.576.672	34.707.874	2.290.560.171	347.862.658	10.289.519.760
1996	19.325.848	50.798.305	338.336	324.176.338	41.524.976	2.593.684.344	353.526.987	11.602.146.097
1997	45.673.816	488.605.409	1.074.367	459.288.555	38.436.736	2.448.703.119	585.494.162	12.592.968.376
1998	23.269.568	1.471.738.833	824.478	521.361.573	36.196.259	2.617.337.181	950.712.354	15.990.274.000
1999	18.675.222	35.285.719	450.799	512.340.147	22.078.852	2.445.486.898	363.036.061	9.641.873.528
2000	29.239.861	145.369.753	113.062	505.886.499	118.411.744	1.625.859.528	345.493.541	9.832.666.824

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AS.

**APÊNDICE AZ -- ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO, A PREÇOS DE
DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS
(1975-2000)**

R\$1,00

Anos	Total	Investimento social	Consumo social	Despesas sociais	Despesas financeiras
1975	4.881.071.086	2.800.979.628	653.580.318	881.038.712	545.472.429
1976	4.809.405.308	2.632.899.038	810.122.048	878.722.682	487.661.540
1977	4.656.107.650	2.328.017.539	833.842.345	874.333.755	619.914.011
1978	5.017.736.757	2.648.371.990	833.754.809	944.570.331	591.039.627
1979	5.291.762.558	2.620.599.278	1.020.076.811	960.210.124	690.876.346
1980	5.444.947.344	2.717.809.341	962.215.075	1.041.270.162	723.652.766
1981	5.953.803.899	2.964.897.069	1.070.050.180	1.250.999.273	667.857.377
1982	7.198.662.963	3.248.668.034	1.378.452.171	1.520.133.908	1.051.408.850
1983	7.149.324.149	2.990.054.547	1.284.699.412	1.037.975.284	1.836.594.907
1984	6.492.458.368	2.643.111.318	1.197.560.592	1.211.575.411	1.440.211.047
1985	9.495.320.791	2.953.100.598	1.447.592.776	1.608.448.713	3.486.178.704
1986	8.835.762.660	3.472.495.999	1.769.079.962	1.607.778.032	1.986.408.667
1987	7.905.455.987	2.910.547.660	1.376.159.301	1.277.308.831	2.341.440.195
1988	6.664.077.389	2.407.324.740	1.333.512.904	1.795.546.038	1.127.693.708
1989	6.984.579.688	3.565.721.269	1.521.942.327	1.199.580.519	697.335.573
1990	8.214.696.831	4.068.085.473	1.730.539.795	1.583.937.589	832.133.973
1991	6.708.781.713	2.816.893.132	1.479.480.216	1.506.519.629	905.888.736
1992	8.255.447.223	3.112.468.962	1.691.112.702	2.030.859.288	1.421.006.271
1993	8.099.767.344	2.895.702.163	1.696.962.453	1.953.216.301	1.553.886.427
1994	9.693.923.860	3.572.650.735	2.114.978.062	1.988.124.815	2.018.170.248
1995	10.289.519.760	3.433.249.487	2.731.088.785	2.206.588.499	1.918.592.990
1996	11.602.146.097	4.206.758.801	2.978.711.506	2.689.294.163	1.727.381.627
1997	12.592.968.376	4.240.015.944	2.992.102.225	3.186.112.036	2.174.738.171
1998	15.990.274.000	5.897.528.631	3.198.164.580	4.564.539.805	2.330.040.983
1999	9.641.873.528	3.631.793.420	2.998.581.119	2.117.954.771	893.544.218
2000	9.832.666.824	4.602.131.363	2.279.397.632	2.071.096.444	880.041.385

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AT.

**APÊNDICE BA – INVESTIMENTO SOCIAL, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS, A PREÇOS
DE DEZ/2000 (1975-2000)**

R\$1,00

Anos	Total	Agricultura	Comunicações	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais	Transporte	Indústria, comércio e serviços
1975	2.800.979.628	109.483.309	31.900.296	721.316.992	1.113.008.018	248.414.838	381.068.637	195.787.539
1976	2.632.899.038	88.787.105	22.393.831	630.356.510	1.079.884.102	135.924.692	466.580.685	208.972.113
1977	2.328.017.539	75.724.818	20.024.192	681.854.642	1.055.205.547	78.190.151	219.799.101	197.219.088
1978	2.648.371.990	77.843.345	28.662.574	682.012.839	1.143.750.351	181.998.332	342.906.176	191.198.373
1979	2.620.599.278	85.796.028	8.197.151	685.906.949	1.129.045.568	68.822.275	305.837.877	336.993.432
1980	2.717.809.341	106.987.474	3.575.285	770.911.800	1.128.500.394	95.374.021	402.509.309	209.951.057
1981	2.964.897.069	139.356.530	10.392.833	725.330.762	1.275.579.837	106.348.291	503.197.003	204.691.813
1982	3.248.668.034	162.933.486	7.731.420	883.220.272	1.439.190.312	152.635.497	486.131.388	116.825.658
1983	2.990.054.547	137.968.269	12.244.120	716.491.944	1.313.671.550	115.536.463	509.133.633	185.008.567
1984	2.643.111.318	117.096.304	23.450.794	664.755.514	1.096.081.501	111.839.225	570.217.266	59.670.714
1985	2.953.100.598	123.916.858	8.086.472	778.345.727	1.227.506.799	66.730.143	673.217.857	75.296.742
1986	3.472.495.999	129.897.575	2.116.542	1.079.894.954	1.596.522.882	68.871.662	555.774.436	39.417.949
1987	2.910.547.660	84.142.287	114.882.485	912.174.191	1.246.412.417	88.208.218	428.795.004	35.933.059
1988	2.407.324.740	108.932.300	6.235.478	772.252.726	1.009.975.017	163.247.105	316.763.755	29.918.360
1989	3.565.721.269	113.276.516	26.769.633	1.154.526.082	1.309.093.721	260.306.500	577.809.065	123.939.752
1990	4.068.085.473	140.092.734	6.569.636	1.303.380.131	1.476.675.462	93.619.479	772.868.303	274.879.728
1991	2.816.893.132	125.653.599	26.990.660	1.222.638.749	1.054.393.417	61.055.041	307.747.527	18.414.139
1992	3.112.468.962	175.732.559	127.452	1.292.225.847	1.237.365.826	10.343.923	364.326.631	32.346.724
1993	2.895.702.163	163.090.214	0	1.250.940.546	1.149.651.341	2.113.287	286.903.506	43.003.269
1994	3.572.650.735	177.452.740	0	1.630.989.759	1.236.259.760	44.204.655	446.660.353	37.083.469

Continua...

R\$1,00

Anos	Total	Agricultura	Comunicações	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais	Transporte	Indústria, comércio e serviços
1995	3.433.249.487	131.211.730	0	1.721.399.682	1.037.057.538	31.571.492	347.862.658	164.146.386
1996	4.206.758.801	176.635.811	0	1.785.962.494	1.830.213.215	9.621.989	353.526.987	50.798.305
1997	4.240.015.944	143.405.955	0	1.700.524.982	1.311.716.087	10.269.349	585.494.162	488.605.409
1998	5.897.528.631	198.623.173	9.336.548	1.734.120.775	1.522.228.065	10.768.883	950.712.354	1.471.738.833
1999	3.631.793.420	168.233.059	0	1.671.710.085	1.390.517.115	3.011.380	363.036.061	35.285.719
2000	4.602.131.363	249.133.809	0	1.760.353.911	2.100.428.370	1.351.979	345.493.541	145.369.753

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AU.

**APÊNDICE BB – CONSUMO SOCIAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	TOTAL	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento	Trabalho	Assistência e Previdência
1975	653.580.318	3.339.166	169.837.990	4.803.541	475.599.621
1976	810.122.048	50.117.566	236.883.911	5.554.800	517.565.770
1977	833.842.345	146.600.650	151.117.443	5.179.660	530.944.592
1978	833.754.809	19.483.121	150.661.338	11.859.129	651.751.220
1979	1.020.076.811	168.937.885	161.270.395	12.046.849	677.821.682
1980	962.215.075	75.377.336	157.601.724	17.602.398	711.633.617
1981	1.070.050.180	65.276.206	210.100.622	18.601.807	776.071.545
1982	1.378.452.171	74.018.744	354.360.142	31.127.205	918.946.080
1983	1.284.699.412	67.445.057	289.965.200	21.553.929	905.735.225
1984	1.197.560.592	32.457.675	173.239.127	14.375.618	977.488.172
1985	1.447.592.776	39.187.936	181.796.847	13.612.640	1.212.995.352
1986	1.769.079.962	46.835.168	183.148.367	12.938.064	1.526.158.363
1987	1.376.159.301	21.020.446	130.228.328	10.841.761	1.214.068.766
1988	1.333.512.904	55.653.948	107.897.118	9.244.244	1.160.717.594
1989	1.521.942.327	52.455.750	146.173.487	8.471.922	1.314.841.167
1990	1.730.539.795	64.605.544	180.432.945	9.803.148	1.475.698.158
1991	1.479.480.216	19.665.175	172.602.966	10.135.750	1.277.076.325
1992	1.691.112.702	32.959.894	176.471.887	34.352.648	1.447.328.273
1993	1.696.962.453	24.489.952	162.712.814	36.685.559	1.473.074.128
1994	2.114.978.062	73.368.980	254.064.576	40.197.949	1.747.346.557
1995	2.731.088.785	98.244.068	307.576.672	34.707.874	2.290.560.171
1996	2.978.711.506	19.325.848	324.176.338	41.524.976	2.593.684.344
1997	2.992.102.225	45.673.816	459.288.555	38.436.736	2.448.703.119
1998	3.198.164.580	23.269.568	521.361.573	36.196.259	2.617.337.181
1999	2.998.581.119	18.675.222	512.340.147	22.078.852	2.445.486.898
2000	2.279.397.632	29.239.861	505.886.499	118.411.744	1.625.859.528

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AV.

**APÊNDICE BC – DESPESA SOCIAL, A PREÇOS DE DEZ/2000, DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

							R\$1,00
Anos	Total	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Defesa nacional e segurança pública	Relações exteriores	
1975	881.038.712	51.323.656	147.622.687	297.787.017	384.305.352	0	
1976	878.722.682	52.328.393	145.884.246	305.388.348	375.121.695	0	
1977	874.333.755	51.249.118	141.761.078	287.567.381	393.729.153	27.025	
1978	944.570.331	57.580.960	146.048.834	291.417.838	449.522.698	0	
1979	960.210.124	54.934.633	155.499.496	275.651.935	474.124.059	0	
1980	1.041.270.162	58.259.349	184.033.019	365.129.362	433.848.432	0	
1981	1.250.999.273	64.412.960	197.050.598	535.781.174	453.754.542	0	
1982	1.520.133.908	70.905.274	254.962.994	653.514.778	540.750.862	0	
1983	1.037.975.284	68.601.986	242.398.327	288.398.004	438.576.966	0	
1984	1.211.575.411	79.740.183	232.069.307	382.736.492	517.029.429	0	
1985	1.608.448.713	112.364.029	328.430.750	637.239.699	530.414.235	0	
1986	1.607.778.032	120.189.765	360.981.461	509.572.991	617.033.815	0	
1987	1.277.308.831	78.472.915	277.281.566	419.971.108	501.583.242	0	
1988	1.795.546.038	83.869.829	294.372.625	993.910.253	423.393.330	0	
1989	1.199.580.519	101.936.161	365.887.157	230.714.120	501.043.081	0	
1990	1.583.937.589	102.897.013	399.769.991	417.032.610	664.237.974	0	
1991	1.506.519.629	112.459.905	377.846.081	484.008.263	531.908.161	297.218	
1992	2.030.859.288	126.471.381	438.767.694	816.186.061	649.434.152	0	
1993	1.953.216.301	135.668.130	483.622.186	885.269.333	448.656.652	0	
1994	1.988.124.815	143.352.108	491.364.787	773.711.811	579.696.109	0	
1995	2.206.588.499	189.290.235	628.983.073	716.030.646	672.284.545	0	
1996	2.689.294.163	207.328.062	651.254.524	1.085.523.759	744.849.483	338.336	
1997	3.186.112.036	206.034.529	673.336.210	1.625.451.501	680.215.429	1.074.367	
1998	4.564.539.805	210.043.242	792.245.195	2.722.236.341	839.190.549	824.478	
1999	2.117.954.771	186.776.534	707.476.404	534.686.476	688.564.558	450.799	
2000	2.071.096.444	174.342.706	533.032.867	648.280.247	715.327.562	113.062	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AW.

**APÊNDICE BD – PARTICIPAÇÃO DA ALOCAÇÃO DO GASTO NA
DESPESA TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO
RS (1975-2000)**

Anos	Total	Investimento social	Consumo social	Despesas sociais	Despesas financeiras
1975	100,00	57,38	13,39	18,05	11,18
1976	100,00	54,74	16,84	18,27	10,14
1977	100,00	50,00	17,91	18,78	13,31
1978	100,00	52,78	16,62	18,82	11,78
1979	100,00	49,52	19,28	18,15	13,06
1980	100,00	49,91	17,67	19,12	13,29
1981	100,00	49,80	17,97	21,01	11,22
1982	100,00	45,13	19,15	21,12	14,61
1983	100,00	41,82	17,97	14,52	25,69
1984	100,00	40,71	18,45	18,66	22,18
1985	100,00	31,10	15,25	16,94	36,71
1986	100,00	39,30	20,02	18,20	22,48
1987	100,00	36,82	17,41	16,16	29,62
1988	100,00	36,12	20,01	26,94	16,92
1989	100,00	51,05	21,79	17,17	9,98
1990	100,00	49,52	21,07	19,28	10,13
1991	100,00	41,99	22,05	22,46	13,50
1992	100,00	37,70	20,48	24,60	17,21
1993	100,00	35,75	20,95	24,11	19,18
1994	100,00	36,85	21,82	20,51	20,82
1995	100,00	33,37	26,54	21,45	18,65
1996	100,00	36,26	25,67	23,18	14,89
1997	100,00	33,67	23,76	25,30	17,27
1998	100,00	36,88	20,00	28,55	14,57
1999	100,00	37,67	31,10	21,97	9,27
2000	100,00	46,80	23,18	21,06	8,95

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AZ.

**APÊNDICE BE -- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO
INVESTIMENTO SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO
ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	Total	Agricultura	Comunicações	Desenvolvimento regional	Educação e cultura	Energia e recursos minerais	Transporte	Indústria, comércio e serviços
1975	100,00	3,91	1,14	25,75	39,74	8,87	13,60	6,99
1976	100,00	3,37	0,85	23,94	41,02	5,16	17,72	7,94
1977	100,00	3,25	0,86	29,29	45,33	3,36	9,44	8,47
1978	100,00	2,94	1,08	25,75	43,19	6,87	12,95	7,22
1979	100,00	3,27	0,31	26,17	43,08	2,63	11,67	12,86
1980	100,00	3,94	0,13	28,37	41,52	3,51	14,81	7,73
1981	100,00	4,70	0,35	24,46	43,02	3,59	16,97	6,90
1982	100,00	5,02	0,24	27,19	44,30	4,70	14,96	3,60
1983	100,00	4,61	0,41	23,96	43,93	3,86	17,03	6,19
1984	100,00	4,43	0,89	25,15	41,47	4,23	21,57	2,26
1985	100,00	4,20	0,27	26,36	41,57	2,26	22,80	2,55
1986	100,00	3,74	0,06	31,10	45,98	1,98	16,01	1,14
1987	100,00	2,89	3,95	31,34	42,82	3,03	14,73	1,23
1988	100,00	4,53	0,26	32,08	41,95	6,78	13,16	1,24
1989	100,00	3,18	0,75	32,38	36,71	7,30	16,20	3,48
1990	100,00	3,44	0,16	32,04	36,30	2,30	19,00	6,76
1991	100,00	4,46	0,96	43,40	37,43	2,17	10,93	0,65
1992	100,00	5,65	0,00	41,52	39,76	0,33	11,71	1,04
1993	100,00	5,63	-	43,20	39,70	0,07	9,91	1,49
1994	100,00	4,97	-	45,65	34,60	1,24	12,50	1,04
1995	100,00	3,82	-	50,14	30,21	0,92	10,13	4,78
1996	100,00	4,20	-	42,45	43,51	0,23	8,40	1,21
1997	100,00	3,38	-	40,11	30,94	0,24	13,81	11,52
1998	100,00	3,37	0,16	29,40	25,81	0,18	16,12	24,96
1999	100,00	4,63	-	46,03	38,29	0,08	10,00	0,97
2000	100,00	5,41	-	38,25	45,64	0,03	7,51	3,16

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BA.

**APÊNDICE BF – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CONSUMO
SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS
(1975-2000)**

Anos	Total	Habitação e urbanismo	Saúde e saneamento	Trabalho	Assistência e previdência
1975	100,00	0,51	25,99	0,73	72,77
1976	100,00	6,19	29,24	0,69	63,89
1977	100,00	17,58	18,12	0,62	63,67
1978	100,00	2,34	18,07	1,42	78,17
1979	100,00	16,56	15,81	1,18	66,45
1980	100,00	7,83	16,38	1,83	73,96
1981	100,00	6,10	19,63	1,74	72,53
1982	100,00	5,37	25,71	2,26	66,67
1983	100,00	5,25	22,57	1,68	70,50
1984	100,00	2,71	14,47	1,20	81,62
1985	100,00	2,71	12,56	0,94	83,79
1986	100,00	2,65	10,35	0,73	86,27
1987	100,00	1,53	9,46	0,79	88,22
1988	100,00	4,17	8,09	0,69	87,04
1989	100,00	3,45	9,60	0,56	86,39
1990	100,00	3,73	10,43	0,57	85,27
1991	100,00	1,33	11,67	0,69	86,32
1992	100,00	1,95	10,44	2,03	85,58
1993	100,00	1,44	9,59	2,16	86,81
1994	100,00	3,47	12,01	1,90	82,62
1995	100,00	3,60	11,26	1,27	83,87
1996	100,00	0,65	10,88	1,39	87,07
1997	100,00	1,53	15,35	1,28	81,84
1998	100,00	0,73	16,30	1,13	81,84
1999	100,00	0,62	17,09	0,74	81,55
2000	100,00	1,28	22,19	5,19	71,33

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BB.

**APÊNDICE BG - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL NA DESPESA
SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS
(1975-2000)**

Anos	Total	Legislativa	Judiciário	Administração e planejamento	Defesa nacional e segurança pública	Relações exteriores
1975	100,00	5,83	16,76	33,80	43,62	0,00
1976	100,00	5,96	16,60	34,75	42,69	0,00
1977	100,00	5,86	16,21	32,89	45,03	0,00
1978	100,00	6,10	15,46	30,85	47,59	0,00
1979	100,00	5,72	16,19	28,71	49,38	0,00
1980	100,00	5,60	17,67	35,07	41,67	0,00
1981	100,00	5,15	15,75	42,83	36,27	0,00
1982	100,00	4,66	16,77	42,99	35,57	0,00
1983	100,00	6,61	23,35	27,78	42,25	0,00
1984	100,00	6,58	19,15	31,59	42,67	0,00
1985	100,00	6,99	20,42	39,62	32,98	0,00
1986	100,00	7,48	22,45	31,69	38,38	0,00
1987	100,00	6,14	21,71	32,88	39,27	0,00
1988	100,00	4,67	16,39	55,35	23,58	0,00
1989	100,00	8,50	30,50	19,23	41,77	0,00
1990	100,00	6,50	25,24	26,33	41,94	0,00
1991	100,00	7,46	25,08	32,13	35,31	0,02
1992	100,00	6,23	21,61	40,19	31,98	0,00
1993	100,00	6,95	24,76	45,32	22,97	0,00
1994	100,00	7,21	24,71	38,92	29,16	0,00
1995	100,00	8,58	28,50	32,45	30,47	0,00
1996	100,00	7,71	24,22	40,36	27,70	0,01
1997	100,00	6,47	21,13	51,02	21,35	0,03
1998	100,00	4,60	17,36	59,64	18,38	0,02
1999	100,00	8,82	33,40	25,25	32,51	0,02
2000	100,00	8,42	25,74	31,30	34,54	0,01

Fonte: Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BC.

**APÊNDICE BH – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA ALOCAÇÃO DO GASTO DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	Despesa total		Investimento social		Consumo social		Despesas sociais		Despesas financeiras	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1975	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1976	98,53	(1,47)	94,00	(6,00)	123,95	23,95	99,74	(0,26)	89,40	(10,60)
1977	95,39	(3,19)	83,11	(11,58)	127,58	2,93	99,24	(0,50)	113,65	27,12
1978	102,80	7,77	94,55	13,76	127,57	(0,01)	107,21	8,03	108,35	(4,66)
1979	108,41	5,46	93,56	(1,05)	156,08	22,35	108,99	1,66	126,66	16,89
1980	111,55	2,89	97,03	3,71	147,22	(5,67)	118,19	8,44	132,67	4,74
1981	121,98	9,35	105,85	9,09	163,72	11,21	141,99	20,14	122,44	(7,71)
1982	147,48	20,91	115,98	9,57	210,91	28,82	172,54	21,51	192,75	57,43
1983	146,47	(0,69)	106,75	(7,96)	196,56	(6,80)	117,81	(31,72)	336,70	74,68
1984	133,01	(9,19)	94,36	(11,60)	183,23	(6,78)	137,52	16,72	264,03	(21,58)
1985	194,53	46,25	105,43	11,73	221,49	20,88	182,56	32,76	639,11	142,06
1986	181,02	(6,95)	123,97	17,59	270,68	22,21	182,49	(0,04)	364,16	(43,02)
1987	161,96	(10,53)	103,91	(16,18)	210,56	(22,21)	144,98	(20,55)	429,25	17,87
1988	136,53	(15,70)	85,95	(17,29)	204,03	(3,10)	203,80	40,57	206,74	(51,84)
1989	143,10	4,81	127,30	48,12	232,86	14,13	136,16	(33,19)	127,84	(38,16)
1990	168,30	17,61	145,24	14,09	264,78	13,71	179,78	32,04	152,55	19,33
1991	137,44	(18,33)	100,57	(30,76)	226,37	(14,51)	170,99	(4,89)	166,07	8,86
1992	169,13	23,05	111,12	10,49	258,75	14,30	230,51	34,80	260,51	56,86
1993	165,94	(1,89)	103,38	(6,96)	259,64	0,35	221,69	(3,82)	284,87	9,35
1994	198,60	19,68	127,55	23,38	323,60	24,63	225,66	1,79	369,99	29,88
1995	210,80	6,14	122,57	(3,90)	417,87	29,13	250,45	10,99	351,73	(4,93)
1996	237,70	12,76	150,19	22,53	455,75	9,07	305,24	21,88	316,68	(9,97)

Continua...

Anos	Despesa total		Investimento social		Consumo social		Despesas sociais		Despesas financeiras	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1997	258,00	8,54	151,38	0,79	457,80	0,45	361,63	18,47	398,69	25,90
1998	327,60	26,98	210,55	39,09	489,33	6,89	518,09	43,26	427,16	7,14
1999	197,54	(39,70)	129,66	(38,42)	458,79	(6,24)	240,39	(53,60)	163,81	(61,65)
2000	201,44	1,98	164,30	26,72	348,76	(23,98)	235,07	(2,21)	161,34	(1,51)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AZ.

APÊNDICE BI - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL NA ADM. DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)

Anos	Total		Agricultura		Comunicações		Desenvolvimento regional		Educação e cultura		Energia e recursos minerais		Transporte		Indústria, com. e serviços	
	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano
	(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)	(1975=100)
1975	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1976	94,00	(6,00)	81,10	(18,90)	70,20	(29,80)	87,39	(12,61)	97,02	(2,98)	54,72	(45,28)	122,44	22,44	106,73	6,73
1977	83,11	(11,58)	69,17	(14,71)	62,77	(10,58)	94,53	8,17	94,81	(2,29)	31,48	(42,48)	57,68	(52,89)	100,73	(5,62)
1978	94,55	13,76	71,10	2,80	89,85	43,14	94,55	0,02	102,76	8,39	73,26	132,76	89,99	56,01	97,66	(3,05)
1979	93,56	(1,05)	78,36	10,22	25,70	(71,40)	95,09	0,57	101,44	(1,29)	27,70	(62,19)	80,26	(10,81)	172,12	76,25
1980	97,03	3,71	97,72	24,70	11,21	(56,38)	106,88	12,39	101,39	(0,05)	38,39	38,58	105,63	31,61	107,23	(37,70)
1981	105,85	9,09	127,29	30,25	32,58	190,69	100,56	(5,91)	114,61	13,03	42,81	11,51	132,05	25,01	104,55	(2,50)
1982	115,98	9,57	148,82	16,92	24,24	(25,61)	122,45	21,77	129,31	12,83	61,44	43,52	127,57	(3,39)	59,67	(42,93)
1983	106,75	(7,96)	126,02	(15,32)	38,38	58,37	99,33	(18,88)	118,03	(8,72)	46,51	(24,31)	133,61	4,73	94,49	58,36
1984	94,36	(11,60)	106,95	(15,13)	73,51	91,53	92,16	(7,22)	98,48	(16,56)	45,02	(3,20)	149,64	12,00	30,48	(67,75)
1985	105,43	11,73	113,18	5,82	25,35	(65,52)	107,91	17,09	110,29	11,99	26,86	(40,33)	176,67	18,06	38,46	26,19
1986	123,97	17,59	118,65	4,83	6,63	(73,83)	149,71	38,74	143,44	30,06	27,72	3,21	145,85	(17,45)	20,13	(47,65)
1987	103,91	(16,18)	76,85	(35,22)	360,13	5.327,84	126,46	(15,53)	111,99	(21,93)	35,51	28,08	112,52	(22,85)	18,35	(8,84)
1988	85,95	(17,29)	99,50	29,46	19,55	(94,57)	107,06	(15,34)	90,74	(18,97)	65,72	85,07	83,13	(26,13)	15,28	(16,74)
1989	127,30	48,12	103,46	3,99	83,92	329,31	160,06	49,50	117,62	29,62	104,79	59,46	151,63	82,41	63,30	314,26
1990	145,24	14,09	127,96	23,67	20,59	(75,46)	180,69	12,89	132,67	12,80	37,69	(64,03)	202,82	33,76	140,40	121,78
1991	100,57	(30,76)	114,77	(10,31)	84,61	310,84	169,50	(6,19)	94,73	(28,60)	24,58	(34,78)	80,76	(60,18)	9,41	(93,30)
1992	111,12	10,49	160,51	39,85	0,40	(99,53)	179,15	5,69	111,17	17,35	4,16	(83,06)	95,61	18,38	16,52	75,66
1993	103,38	(6,96)	148,96	(7,19)	-	(100,00)	173,42	(3,19)	103,29	(7,09)	0,85	(79,57)	75,29	(21,25)	21,96	32,94
1994	127,55	23,38	162,08	8,81	-	-	226,11	30,38	111,07	7,53	17,79	1.991,75	117,21	55,68	18,94	(13,77)
1995	122,57	(3,90)	119,85	(26,06)	-	-	238,65	5,54	93,18	(16,11)	12,71	(28,58)	91,29	(22,12)	83,84	342,64

Continua...

Anos	Total		Agricultura		Comunicações		Desenvolvimento regional		Educação e cultura		Energia e recursos minerais		Transporte		Indústria, com. e serviços	
	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc.	Tx.cresc.ano
	(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)		(1975=100)	
1996	150,19	22,53	161,34	34,62	-	-	247,60	3,75	164,44	76,48	3,87	(69,52)	92,77	1,63	25,95	(69,05)
1997	151,38	0,79	130,98	(18,81)	-	-	235,75	(4,78)	117,85	(28,33)	4,13	6,73	153,65	65,62	249,56	861,85
1998	210,55	39,09	181,42	38,50	29,27	-	240,41	1,98	136,77	16,05	4,34	4,86	249,49	62,38	751,70	201,21
1999	129,66	(38,42)	153,66	(15,30)	-	-	231,76	(3,60)	124,93	(8,65)	1,21	(72,04)	95,27	(61,81)	18,02	(97,60)
2000	164,30	26,72	227,55	48,09	-	-	244,05	5,30	188,72	51,05	0,54	(55,10)	90,66	(4,83)	74,25	311,98

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BA.

**APÊNDICE BJ – ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DO CONSUMO SOCIAL NA ADM. DIRETA DO
ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	Total		Habitação e urbanismo		Saúde e saneamento		Trabalho		Assistência e previdência	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1975	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1976	123,95	23,95	1.500,90	1.400,90	139,48	39,48	115,64	15,64	108,82	8,82
1977	127,58	2,93	4.390,34	192,51	88,98	(36,21)	107,83	(6,75)	111,64	2,58
1978	127,57	(0,01)	583,47	(86,71)	88,71	(0,30)	246,88	128,96	137,04	22,75
1979	156,08	22,35	5.059,28	767,10	94,96	7,04	250,79	1,58	142,52	4,00
1980	147,22	(5,67)	2.257,37	(55,38)	92,80	(2,27)	366,45	46,12	149,63	4,99
1981	163,72	11,21	1.954,87	(13,40)	123,71	33,31	387,25	5,68	163,18	9,05
1982	210,91	28,82	2.216,68	13,39	208,65	68,66	648,01	67,33	193,22	18,41
1983	196,56	(6,80)	2.019,82	(8,88)	170,73	(18,17)	448,71	(30,76)	190,44	(1,44)
1984	183,23	(6,78)	972,03	(51,88)	102,00	(40,26)	299,27	(33,30)	205,53	7,92
1985	221,49	20,88	1.173,58	20,74	107,04	4,94	283,39	(5,31)	255,05	24,09
1986	270,68	22,21	1.402,60	19,51	107,84	0,74	269,34	(4,96)	320,89	25,82
1987	210,56	(22,21)	629,51	(55,12)	76,68	(28,89)	225,70	(16,20)	255,27	(20,45)
1988	204,03	(3,10)	1.666,70	164,76	63,53	(17,15)	192,45	(14,73)	244,05	(4,39)
1989	232,86	14,13	1.570,92	(5,75)	86,07	35,47	176,37	(8,35)	276,46	13,28
1990	264,78	13,71	1.934,78	23,16	106,24	23,44	204,08	15,71	310,28	12,23
1991	226,37	(14,51)	588,92	(69,56)	101,63	(4,34)	211,01	3,39	268,52	(13,46)
1992	258,75	14,30	987,07	67,61	103,91	2,24	715,15	238,93	304,32	13,33
1993	259,64	0,35	733,42	(25,70)	95,80	(7,80)	763,72	6,79	309,73	1,78
1994	323,60	24,63	2.197,22	199,59	149,59	56,14	836,84	9,57	367,40	18,62
1995	417,87	29,13	2.942,17	33,90	181,10	21,06	722,55	(13,66)	481,62	31,09
1996	455,75	9,07	578,76	(80,33)	190,87	5,40	864,47	19,64	545,35	13,23

Continua...

Anos	Total		Habitação e urbanismo		Saúde e saneamento		Trabalho		Assistência e previdência	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1997	457,80	0,45	1.367,82	136,34	270,43	41,68	800,18	(7,44)	514,87	(5,59)
1998	489,33	6,89	696,87	(49,05)	306,98	13,52	753,53	(5,83)	550,32	6,89
1999	458,79	(6,24)	559,28	(19,74)	301,66	(1,73)	459,64	(39,00)	514,19	(6,57)
2000	348,76	(23,98)	875,66	56,57	297,86	(1,26)	2.465,09	436,31	341,85	(33,52)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BB.

**APÊNDICE BK - ÍNDICES E TAXAS DE CRESCIMENTO DA DESPESA SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA DO ESTADO DO RS (1975-2000)**

Anos	Total		Legislativa		Judiciário		Administração e planejamento		Defesa nacional e segurança pública	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1975	100,00		100,00		100,00		100,00		100,00	
1976	99,74	(0,26)	101,96	1,96	98,82	(1,18)	102,55	2,55	97,61	(2,39)
1977	99,24	(0,50)	99,85	(2,06)	96,03	(2,83)	96,57	(5,84)	102,45	4,96
1978	107,21	8,03	112,19	12,36	98,93	3,02	97,86	1,34	116,97	14,17
1979	108,99	1,66	107,04	(4,60)	105,34	6,47	92,57	(5,41)	123,37	5,47
1980	118,19	8,44	113,51	6,05	124,66	18,35	122,61	32,46	112,89	(8,49)
1981	141,99	20,14	125,50	10,56	133,48	7,07	179,92	46,74	118,07	4,59
1982	172,54	21,51	138,15	10,08	172,71	29,39	219,46	21,97	140,71	19,17
1983	117,81	(31,72)	133,67	(3,25)	164,20	(4,93)	96,85	(55,87)	114,12	(18,89)
1984	137,52	16,72	155,37	16,24	157,20	(4,26)	128,53	32,71	134,54	17,89
1985	182,56	32,76	218,93	40,91	222,48	41,52	213,99	66,50	138,02	2,59
1986	182,49	(0,04)	234,18	6,96	244,53	9,91	171,12	(20,03)	160,56	16,33
1987	144,98	(20,55)	152,90	(34,71)	187,83	(23,19)	141,03	(17,58)	130,52	(18,71)
1988	203,80	40,57	163,41	6,88	199,41	6,16	333,77	136,66	110,17	(15,59)
1989	136,16	(33,19)	198,61	21,54	247,85	24,29	77,48	(76,79)	130,38	18,34
1990	179,78	32,04	200,49	0,94	270,81	9,26	140,04	80,76	172,84	32,57
1991	170,99	(4,89)	219,12	9,29	255,95	(5,48)	162,54	16,06	138,41	(19,92)
1992	230,51	34,80	246,42	12,46	297,22	16,12	274,08	68,63	168,99	22,10
1993	221,69	(3,82)	264,34	7,27	327,61	10,22	297,28	8,46	116,74	(30,92)
1994	225,66	1,79	279,31	5,66	332,85	1,60	259,82	(12,60)	150,84	29,21
1995	250,45	10,99	368,82	32,05	426,07	28,01	240,45	(7,46)	174,93	15,97

Continua...

Anos	Total		Legislativa		Judiciário		Administração e planejamento		Defesa nacional e segurança pública	
	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1996	305,24	21,88	403,96	9,53	441,16	3,54	364,53	51,60	193,82	10,79
1997	361,63	18,47	401,44	(0,62)	456,12	3,39	545,84	49,74	177,00	(8,68)
1998	518,09	43,26	409,25	1,95	536,67	17,66	914,16	67,48	218,37	23,37
1999	240,39	(53,60)	363,92	(11,08)	479,25	(10,70)	179,55	(80,36)	179,17	(17,95)
2000	235,07	(2,21)	339,69	(6,66)	361,08	(24,66)	217,70	21,24	186,14	3,89

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice BC.

APÊNDICE BL – ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO PER CAPITA E PARTICIPAÇÃO NO PIB PM RS (1975-2000)

Anos	Despesa total		Investimento social		Consumo social		Despesas social		Despesa financeira	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1975	9,33	672,31	5,35	385,80	1,25	90,02	1,68	121,35	1,04	75,13
1976	8,42	652,57	4,61	357,25	1,42	109,92	1,54	119,23	0,85	66,17
1977	7,79	622,78	3,90	311,38	1,40	111,53	1,46	116,95	1,04	82,92
1978	7,88	662,05	4,16	349,43	1,31	110,01	1,48	124,63	0,93	77,98
1979	7,76	689,19	3,84	341,30	1,50	132,85	1,41	125,06	1,01	89,98
1980	7,76	700,42	3,87	349,61	1,37	123,78	1,48	133,95	1,03	93,09
1981	8,80	754,78	4,38	375,87	1,58	135,65	1,85	158,59	0,99	84,67
1982	10,47	899,07	4,72	405,74	2,00	172,16	2,21	189,85	1,53	131,31
1983	10,68	879,40	4,47	367,79	1,92	158,02	1,55	127,68	2,74	225,91
1984	9,78	786,71	3,98	320,27	1,80	145,11	1,83	146,81	2,17	174,52
1985	14,11	1.133,13	4,39	352,41	2,15	172,75	2,39	191,95	5,18	416,03
1986	11,73	1.038,32	4,61	408,07	2,35	207,89	2,13	188,94	2,64	233,43
1987	10,86	915,01	4,00	336,88	1,89	159,28	1,75	147,84	3,22	271,01
1988	9,23	760,09	3,33	274,57	1,85	152,10	2,49	204,79	1,56	128,62
1989	8,99	785,43	4,59	400,97	1,96	171,14	1,54	134,89	0,90	78,42
1990	12,03	910,98	5,96	451,14	2,53	191,91	2,32	175,65	1,22	92,28
1991	10,17	734,11	4,27	308,24	2,24	161,89	2,28	164,85	1,37	99,13
1992	11,60	893,56	4,37	336,89	2,38	183,04	2,85	219,82	2,00	153,81
1993	10,93	867,31	3,91	310,07	2,29	181,71	2,64	209,15	2,10	166,39
1994	11,79	1.026,96	4,34	378,48	2,57	224,06	2,42	210,62	2,45	213,80
1995	11,62	1.078,49	3,88	359,85	3,08	286,26	2,49	231,28	2,17	201,10
1996	12,34	1.204,21	4,47	436,63	3,17	309,17	2,86	279,13	1,84	179,29

Continua...

Anos	Despesa total		Investimento social		Consumo social		Despesas social		Despesa financeira	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1997	13,21	1.289,13	4,45	434,05	3,14	306,30	3,34	326,16	2,28	222,63
1998	17,10	1.614,46	6,31	595,44	3,42	322,90	4,88	460,86	2,49	235,25
1999	10,88	960,15	4,10	361,66	3,38	298,60	2,39	210,91	1,01	88,98
2000	11,30	965,14	5,29	451,73	2,62	223,74	2,38	203,29	1,01	86,38

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e AZ.

**APÊNDICE BM – PARTICIPAÇÃO DO INVESTIMENTO SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA
POPULAÇÃO RS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)**

Anos	Total investimento social		Agricultura		Comunicações		Desenvolvimento regional		Educação e cultura		Energia e recursos minerais		Transporte		Indústria, com. e serviços	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1975	5,35	385,80	0,21	15,08	0,06	4,39	1,38	99,35	2,13	153,30	0,47	34,22	0,73	52,49	0,37	26,97
1976	4,61	357,25	0,16	12,05	0,04	3,04	1,10	85,53	1,89	146,52	0,24	18,44	0,82	63,31	0,37	28,35
1977	3,90	311,38	0,13	10,13	0,03	2,68	1,14	91,20	1,77	141,14	0,13	10,46	0,37	29,40	0,33	26,38
1978	4,16	349,43	0,12	10,27	0,05	3,78	1,07	89,99	1,80	150,91	0,29	24,01	0,54	45,24	0,30	25,23
1979	3,84	341,30	0,13	11,17	0,01	1,07	1,01	89,33	1,66	147,04	0,10	8,96	0,45	39,83	0,49	43,89
1980	3,87	349,61	0,15	13,76	0,01	0,46	1,10	99,17	1,61	145,17	0,14	12,27	0,57	51,78	0,30	27,01
1981	4,38	375,87	0,21	17,67	0,02	1,32	1,07	91,95	1,88	161,71	0,16	13,48	0,74	63,79	0,30	25,95
1982	4,72	405,74	0,24	20,35	0,01	0,97	1,28	110,31	2,09	179,75	0,22	19,06	0,71	60,71	0,17	14,59
1983	4,47	367,79	0,21	16,97	0,02	1,51	1,07	88,13	1,96	161,59	0,17	14,21	0,76	62,63	0,28	22,76
1984	3,98	320,27	0,18	14,19	0,04	2,84	1,00	80,55	1,65	132,82	0,17	13,55	0,86	69,10	0,09	7,23
1985	4,39	352,41	0,18	14,79	0,01	0,97	1,16	92,88	1,82	146,49	0,10	7,96	1,00	80,34	0,11	8,99
1986	4,61	408,07	0,17	15,26	0,00	0,25	1,43	126,90	2,12	187,61	0,09	8,09	0,74	65,31	0,05	4,63
1987	4,00	336,88	0,12	9,74	0,16	13,30	1,25	105,58	1,71	144,26	0,12	10,21	0,59	49,63	0,05	4,16
1988	3,33	274,57	0,15	12,42	0,01	0,71	1,07	88,08	1,40	115,19	0,23	18,62	0,44	36,13	0,04	3,41
1989	4,59	400,97	0,15	12,74	0,03	3,01	1,49	129,83	1,69	147,21	0,34	29,27	0,74	64,98	0,16	13,94
1990	5,96	451,14	0,21	15,54	0,01	0,73	1,91	144,54	2,16	163,76	0,14	10,38	1,13	85,71	0,40	30,48
1991	4,27	308,24	0,19	13,75	0,04	2,95	1,85	133,79	1,60	115,38	0,09	6,68	0,47	33,68	0,03	2,01
1992	4,37	336,89	0,25	19,02	0,00	0,01	1,82	139,87	1,74	133,93	0,01	1,12	0,51	39,43	0,05	3,50
1993	3,91	310,07	0,22	17,46	-	-	1,69	133,95	1,55	123,10	0,00	0,23	0,39	30,72	0,06	4,60
1994	4,34	378,48	0,22	18,80	-	-	1,98	172,79	1,50	130,97	0,05	4,68	0,54	47,32	0,05	3,93
1995	3,88	359,85	0,15	13,75	-	-	1,94	180,43	1,17	108,70	0,04	3,31	0,39	36,46	0,19	17,20

Continua...

Anos	Total investimento social		Agricultura		Comunicações		Desenvolvimento regional		Educação e cultura		Energia e recursos minerais		Transporte		Indústria, com. e serviços	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1996	4,47	436,63	0,19	18,33	-	-	1,90	185,37	1,95	189,96	0,01	1,00	0,38	36,69	0,05	5,27
1997	4,45	434,05	0,15	14,68	-	-	1,78	174,08	1,38	134,28	0,01	1,05	0,61	59,94	0,51	50,02
1998	6,31	595,44	0,21	20,05	0,01	0,94	1,85	175,09	1,63	153,69	0,01	1,09	1,02	95,99	1,57	148,59
1999	4,10	361,66	0,19	16,75	-	-	1,89	166,47	1,57	138,47	0,00	0,30	0,41	36,15	0,04	3,51
2000	5,29	451,73	0,29	24,45	-	-	2,02	172,79	2,41	206,17	0,00	0,13	0,40	33,91	0,17	14,27

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e BA.

**APÊNDICE BN – PARTICIPAÇÃO DO CONSUMO SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA
POPULAÇÃO RS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)**

Anos	Total consumo social		Habitação e urbanismo		Saúde e saneamento		Trabalho		Assistência e Previdência	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1975	1,25	90,02	0,01	0,46	0,32	23,39	0,01	0,66	0,91	65,51
1976	1,42	109,92	0,09	6,80	0,41	32,14	0,01	0,75	0,91	70,23
1977	1,40	111,53	0,25	19,61	0,25	20,21	0,01	0,69	0,89	71,02
1978	1,31	110,01	0,03	2,57	0,24	19,88	0,02	1,56	1,02	85,99
1979	1,50	132,85	0,25	22,00	0,24	21,00	0,02	1,57	0,99	88,28
1980	1,37	123,78	0,11	9,70	0,22	20,27	0,03	2,26	1,01	91,54
1981	1,58	135,65	0,10	8,28	0,31	26,63	0,03	2,36	1,15	98,38
1982	2,00	172,16	0,11	9,24	0,52	44,26	0,05	3,89	1,34	114,77
1983	1,92	158,02	0,10	8,30	0,43	35,67	0,03	2,65	1,35	111,41
1984	1,80	145,11	0,05	3,93	0,26	20,99	0,02	1,74	1,47	118,45
1985	2,15	172,75	0,06	4,68	0,27	21,69	0,02	1,62	1,80	144,75
1986	2,35	207,89	0,06	5,50	0,24	21,52	0,02	1,52	2,03	179,34
1987	1,89	159,28	0,03	2,43	0,18	15,07	0,01	1,25	1,67	140,52
1988	1,85	152,10	0,08	6,35	0,15	12,31	0,01	1,05	1,61	132,39
1989	1,96	171,14	0,07	5,90	0,19	16,44	0,01	0,95	1,69	147,86
1990	2,53	191,91	0,09	7,16	0,26	20,01	0,01	1,09	2,16	163,65
1991	2,24	161,89	0,03	2,15	0,26	18,89	0,02	1,11	1,94	139,74
1992	2,38	183,04	0,05	3,57	0,25	19,10	0,05	3,72	2,03	156,66
1993	2,29	181,71	0,03	2,62	0,22	17,42	0,05	3,93	1,99	157,74
1994	2,57	224,06	0,09	7,77	0,31	26,92	0,05	4,26	2,12	185,11
1995	3,08	286,26	0,11	10,30	0,35	32,24	0,04	3,64	2,59	240,08
1996	3,17	309,17	0,02	2,01	0,34	33,65	0,04	4,31	2,76	269,20

Continua...

Anos	Total consumo social		Habitação e urbanismo		Saúde e saneamento		Trabalho		Assistência e Previdência	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1997	3,14	306,30	0,05	4,68	0,48	47,02	0,04	3,93	2,57	250,67
1998	3,42	322,90	0,02	2,35	0,56	52,64	0,04	3,65	2,80	264,26
1999	3,38	298,60	0,02	1,86	0,58	51,02	0,02	2,20	2,76	243,52
2000	2,62	223,74	0,03	2,87	0,58	49,66	0,14	11,62	1,87	159,59

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e BB.

**APÊNDICE BO – PARTICIPAÇÃO DA DESPESA SOCIAL NO PIB PM RS E DISTRIBUIÇÃO PELA
POPULAÇÃO RS, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1975-2000)**

Anos	Total		Legislativa		Judiciário		Administração e planejamento		Defesa nacional e segurança pública		Relações exteriores	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1975	1,68	121,35	0,10	7,07	0,28	20,33	0,57	41,02	0,57	52,93	-	-
1976	1,54	119,23	0,09	7,10	0,26	19,79	0,53	41,44	0,53	50,90	-	-
1977	1,46	116,95	0,09	6,85	0,24	18,96	0,48	38,46	0,48	52,66	0,00	0,00
1978	1,48	124,63	0,09	7,60	0,23	19,27	0,46	38,45	0,46	59,31	-	-
1979	1,41	125,06	0,08	7,15	0,23	20,25	0,40	35,90	0,40	61,75	-	-
1980	1,48	133,95	0,08	7,49	0,26	23,67	0,52	46,97	0,52	55,81	-	-
1981	1,85	158,59	0,10	8,17	0,29	24,98	0,79	67,92	0,79	57,52	-	-
1982	2,21	189,85	0,10	8,86	0,37	31,84	0,95	81,62	0,95	67,54	-	-
1983	1,55	127,68	0,10	8,44	0,36	29,82	0,43	35,47	0,43	53,95	-	-
1984	1,83	146,81	0,12	9,66		28,12	0,58	46,38	0,58	62,65	-	-
1985	2,39	191,95	0,17	13,41	0,49	39,19	0,95	76,05	0,95	63,30	-	-
1986	2,13	188,94	0,16	14,12	0,48	42,42	0,68	59,88	0,68	72,51	-	-
1987	1,75	147,84	0,11	9,08	0,38	32,09	0,58	48,61	0,58	58,06	-	-
1988	2,49	204,79	0,12	9,57	0,41	33,58	1,38	113,36	1,38	48,29	-	-
1989	1,54	134,89	0,13	11,46	0,47	41,14	0,30	25,94	0,30	56,34	-	-
1990	2,32	175,65	0,15	11,41	0,59	44,33	0,61	46,25	0,61	73,66	-	-
1991	2,28	164,85	0,17	12,31	0,57	41,35	0,73	52,96	0,73	58,20	0,00	0,03
1992	2,85	219,82	0,18	13,69	0,62	47,49	1,15	88,34	1,15	70,29	-	-
1993	2,64	209,15	0,18	14,53	0,65	51,79	1,20	94,79	1,20	48,04	-	-
1994	2,42	210,62	0,17	15,19	0,60	52,05	0,94	81,97	0,94	61,41	-	-
1995	2,49	231,28	0,21	19,84	0,71	65,93	0,81	75,05	0,81	70,46	-	-
1996	2,86	279,13	0,22	21,52	0,69	67,59	1,15	112,67	1,15	77,31	0,00	0,04

Continua...

Anos	Total		Legislativa		Judiciário		Administração e planejamento		Defesa nacional e segurança pública		Relações exteriores	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1997	3,34	326,16	0,22	21,09	0,71	68,93	1,70	166,40	1,70	69,63	0,00	0,11
1998	4,88	460,86	0,22	21,21	0,85	79,99	2,91	274,85	2,91	84,73	0,00	0,08
1999	2,39	210,91	0,21	18,60	0,80	70,45	0,60	53,24	0,60	68,57	0,00	0,04
2000	2,38	203,29	0,20	17,11	0,61	52,32	0,75	63,63	0,75	70,21	0,00	0,01

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e BC.

**APÊNDICE BP – ÍNDICE, TAXAS DE CRESCIMENTO E VALOR DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A
PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Despesa total com manutenção			Despesa com manutenção própria			Despesa com manutenção transferência		
	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1971	787.071.179	100,00		183.335.622	100,00		603.735.557	100,00	
1972	844.150.252	107,25	7,25	218.547.082	119,21	19,21	625.603.170	103,62	3,62
1973	1.028.610.827	130,69	21,85	350.958.297	191,43	60,59	677.652.530	112,24	8,32
1974	1.127.251.641	143,22	9,59	375.375.557	204,75	6,96	751.876.084	124,54	10,95
1975	1.312.821.820	166,80	16,46	402.101.765	219,33	7,12	910.720.055	150,85	21,13
1976	1.203.856.375	152,95	(8,30)	312.791.715	170,61	(22,21)	891.064.660	147,59	(2,16)
1977	1.253.109.365	159,21	4,09	329.332.905	179,63	5,29	923.776.460	153,01	3,67
1978	1.310.122.457	166,46	4,55	365.336.613	199,27	10,93	944.785.844	156,49	2,27
1979	1.325.909.680	168,46	1,21	265.872.097	145,02	(27,23)	1.060.037.583	175,58	12,20
1980	1.423.158.741	180,82	7,33	270.492.469	147,54	1,74	1.152.666.272	190,92	8,74
1981	1.462.054.628	185,76	2,73	261.244.139	142,50	(3,42)	1.200.810.489	198,90	4,18
1982	1.816.495.595	230,79	24,24	324.250.949	176,86	24,12	1.492.244.646	247,17	24,27
1983	1.544.973.101	196,29	(14,95)	288.555.725	157,39	(11,01)	1.256.417.376	208,11	(15,80)
1984	1.389.392.568	176,53	(10,07)	256.516.901	139,92	(11,10)	1.132.875.667	187,64	(9,83)
1985	1.983.453.157	252,00	42,76	274.030.599	149,47	6,83	1.709.422.558	283,14	50,89
1986	2.030.219.855	257,95	2,36	326.067.592	177,85	18,99	1.704.152.263	282,27	(0,31)
1987	1.533.179.851	194,80	(24,48)	248.361.969	135,47	(23,83)	1.284.817.882	212,81	(24,61)
1988	2.165.856.486	275,18	41,27	260.872.192	142,29	5,04	1.904.984.293	315,53	48,27
1989	1.853.157.738	235,45	(14,44)	267.290.536	145,79	2,46	1.585.867.202	262,68	(16,75)
1990	2.352.261.501	298,86	26,93	350.051.943	190,94	30,96	2.002.209.558	331,64	26,25
1991	2.322.657.133	295,10	(1,26)	446.926.132	243,77	27,67	1.875.731.001	310,69	(6,32)
1992	2.488.379.089	316,16	7,14	475.810.870	259,53	6,46	2.012.568.220	333,35	7,30
1993	2.704.078.550	343,56	8,67	431.601.493	235,42	(9,29)	2.272.477.057	376,40	12,91
1994	3.135.257.596	398,34	15,95	490.216.407	267,39	13,58	2.645.041.189	438,11	16,39
1995	3.139.116.535	398,84	0,12	526.537.370	287,20	7,41	2.612.579.165	432,74	(1,23)

Continua...

Anos	Despesa total com manutenção			Despesa com manutenção própria			Despesa com manutenção transferência		
	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	R\$ 1,00	R\$ 1,00	Índ.de cresc. (1975=100)	Tx.cresc.ano
1996	3.630.206.894	461,23	15,64	758.715.161	413,84	44,10	2.871.491.733	475,62	9,91
1997	3.447.463.019	438,01	(5,03)	814.883.834	444,48	7,40	2.632.579.184	436,05	(8,32)
1998	3.017.976.758	383,44	(12,46)	444.670.820	242,54	(45,43)	2.573.305.938	426,23	(2,25)
1999	2.815.881.122	357,77	(6,70)	204.180.802	111,37	(54,08)	2.611.700.320	432,59	1,49
2000	2.962.785.797	376,43	5,22	267.967.451	146,16	31,24	2.694.818.345	446,36	3,18

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice AQ.

**APÊNDICE BQ – ÍNDICE, TAXAS DE CRESCIMENTO E VALOR DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO, A
PREÇOS DE DEZ/2000, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS (1971-2000)**

Anos	Despesa total com manutenção		Despesa com manutenção própria		Despesa com manutenção transferência	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1971	2,63	115,92	0,61	27,00	2,02	88,92
1972	2,55	122,13	0,66	31,62	1,89	90,51
1973	2,42	146,30	0,82	49,92	1,59	96,38
1974	2,37	157,72	0,79	52,52	1,58	105,20
1975	2,51	180,82	0,77	55,38	1,74	125,44
1976	2,11	163,35	0,55	42,44	1,56	120,90
1977	2,10	167,61	0,55	44,05	1,55	123,56
1978	2,06	172,86	0,57	48,20	1,48	124,66
1979	1,95	172,68	0,39	34,63	1,56	138,06
1980	2,03	183,07	0,39	34,80	1,64	148,28
1981	2,16	185,35	0,39	33,12	1,77	152,23
1982	2,64	226,87	0,47	40,50	2,17	186,37
1983	2,31	190,04	0,43	35,49	1,88	154,54
1984	2,09	168,36	0,39	31,08	1,71	137,27
1985	2,95	236,70	0,41	32,70	2,54	204,00
1986	2,70	238,58	0,43	38,32	2,26	200,26
1987	2,11	177,46	0,34	28,75	1,76	148,71
1988	3,00	247,03	0,36	29,75	2,64	217,28
1989	2,39	208,39	0,34	30,06	2,04	178,33
1990	3,44	260,86	0,51	38,82	2,93	222,04
1991	3,52	254,16	0,68	48,90	2,84	205,25
1992	3,50	269,34	0,67	51,50	2,83	217,84
1993	3,65	289,55	0,58	46,22	3,07	243,33
1994	3,81	332,15	0,60	51,93	3,22	280,21
1995	3,54	329,02	0,59	55,19	2,95	273,83

Continua...

Anos	Despesa total com manutenção		Despesa com manutenção própria		Despesa com manutenção transferência	
	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante	% Pib pm	R\$ por habitante
1996	3,86	376,79	0,81	78,75	3,05	298,04
1997	3,62	352,91	0,85	83,42	2,76	269,49
1998	3,23	304,71	0,48	44,90	2,75	259,81
1999	3,18	280,41	0,23	20,33	2,95	260,08
2000	3,40	290,82	0,31	26,30	3,10	264,51

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Apêndices G e BP.

**APÊNDICE BR - ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA EM 31 DE DEZEMBRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DO ESTADO DO RS (1971-1998)**

Anos	Total	%	Fundada interna	%	Fundada externa	%	Flutuante	%
1971	1.004.877	100,00	212.174	21,11	16.698	1,66	776.005	77,22
1972	1.177.283	100,00	231.882	19,70	76.641	6,51	868.760	73,79
1973	1.687.033	100,00	362.427	21,48	75.632	4,48	1.248.974	74,03
1974	2.514.728	100,00	900.174	35,80	84.489	3,36	1.530.065	60,84
1975	3.933.625	100,00	1.893.672	48,14	97.213	2,47	1.942.740	49,39
1976	7.319.674	100,00	3.100.450	42,36	609.005	8,32	3.610.219	49,32
1977	10.026.216	100,00	4.538.531	45,27	773.502	7,71	4.714.183	47,02
1978	15.898.162	100,00	9.285.993	58,41	1.233.710	7,76	5.378.459	33,83
1979	29.296.357	100,00	18.171.471	62,03	1.897.893	6,48	9.226.993	31,50
1980	48.309.442	100,00	30.519.138	63,17	5.439.179	11,26	12.351.125	25,57
1981	128.821.284	100,00	88.365.518	68,60	11.566.503	8,98	28.889.263	22,43
1982	352.637.142	100,00	244.836.934	69,43	23.111.246	6,55	84.688.962	24,02
1983	1.112.948.544	100,00	674.983.743	60,65	86.181.900	7,74	351.782.901	31,61
1984	4.318.493.791	100,00	2.245.338.503	51,99	603.711.544	13,98	1.469.443.744	34,03
1985	16.534.952.750	100,00	8.477.787.888	51,27	2.012.600.192	12,17	6.044.564.670	36,56
1986	29.341.216.274	100,00	17.239.213.634	58,75	2.492.686.518	8,50	9.609.316.122	32,75
1987	151.471.416.502	100,00	109.852.509.354	72,52	9.674.312.163	6,39	31.944.594.985	21,09
1988	1.421.004.639	100,00	1.078.520.479	75,90	166.450.220	11,71	176.033.940	12,39
1989	27.197.152.751	100,00	23.700.051.995	87,14	2.578.989.917	9,48	918.110.839	3,38
1990	430.742.452.162	100,00	350.412.326.166	81,35	45.086.556.351	10,47	35.243.569.645	8,18
1991	2.452.494.744.320	100,00	1.974.179.273.679	80,50	299.151.299.298	12,20	179.164.171.343	7,31
1992	36.830.579.658.620	100,00	30.670.593.017.513	83,27	3.677.814.225.603	9,99	2.482.172.415.504	6,74

Continua...

Anos	Total	%	Fundada interna	%	Fundada externa	%	Flutuante	%
1993	1.039.580.192.750	100,00	887.736.286.250	85,39	94.342.017.000	9,08	57.501.889.500	5,53
1994	4.766.006.841	100,00	4.154.715.092	87,17	244.721.326	5,13	366.570.423	7,69
1995	8.077.843.688	100,00	6.834.162.717	84,60	167.137.450	2,07	1.076.543.521	13,33
1996	10.465.094.738	100,00	8.714.916.285	83,28	158.433.539	1,51	1.591.744.914	15,21
1997	13.538.891.837	100,00	10.761.095.824	79,48	252.274.513	1,86	2.525.521.500	18,65
1998	14.822.676.952	100,00	13.008.479.055	87,76	407.605.211	2,75	1.406.592.686	9,49

Fonte: Elaborado pelo autor com base em RIO GRANDE DO SUL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001.

- Nota :
- a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
 - b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
 - c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
 - d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
 - e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
 - f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.

ANEXO A – MULTIPLICADORES DO IGP-DI MÉDIO

Ano	Multiplicadores	Multiplicadores
	IGP-DI médio	IGP-DI médio ajustado
1971	3.702.362.835.261,27000	1,34631375827683
1972	3.155.260.087.520,37000	1,14736730455286
1973	2.745.707.247.064,83000	0,99843899893267
1974	2.152.867.578.102,77000	0,78286093749192
1975	1.687.067.342.365,35000	0,61347903358740
1976	1.191.645.260.974,62000	0,43332554944532
1977	835.037.207.548,66700	0,30364989365406
1978	602.297.553.542,83900	0,21901729219740
1979	393.454.094.294,01500	0,14307421610691
1980	197.323.433.493,55600	0,07175397581584
1981	94.016.898.077,79170	0,03418796293738
1982	48.102.726.842,07290	0,01749190066984
1983	18.899.022.029,89970	0,00687237164724
1984	5.895.081.725,27797	0,00214366608192
1985	1.810.865.121,18864	0,65849640770496
1986	747.485.488,26236	0,27181290482268
1987	230.090.433,85510	0,08366924867458
1988	29.325.800,33452	0,01066392739437
1989	2.065.406,26382	0,75105682320752
1990	72.722,19645	0,02644443507207
1991	14.128,29277	0,00513756100679
1992	1.294,59175	0,00047076063736
1993	58,74999	0,02136363270762
1994	2,64205	2,64204501747133
1995	1,65103	1,65103169110990
1996	1,48623	1,48622994102993
1997	1,37727	1,37727232526944
1998	1,32565	1,32565351155765
1999	1,19067	1,19066955730923
2000	1,04665	1,04664951043017

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002.

Nota: a) IGP-DI Médio - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - col.2 - FGV;

b) multiplicador ajustado aos diversos padrões monetários;

b) atualização para valores de Dez/2000.

**ANEXO B – POPULAÇÃO RS E PIB PM RS, TOTAL E PER CAPITA, A
PREÇO CORRENTE (1971-2000)**

Anos	População	PIB pm RS	PIB per capita
1971	6.789.791	22.206.000	3,27
1972	6.911.667	28.882.000	4,18
1973	7.030.841	42.630.000	6,06
1974	7.147.085	60.869.000	8,52
1975	7.260.197	85.263.000	11,74
1976	7.370.001	131.845.000	17,89
1977	7.476.349	196.770.000	26,32
1978	7.579.124	290.637.000	38,35
1979	7.678.232	476.428.000	62,05
1980	7.773.837	978.230.000	125,84
1981	7.888.168	1.980.070.000	251,02
1982	8.006.821	3.930.753.000	490,93
1983	8.129.798	9.741.811.000	1.198,28
1984	8.252.643	30.966.810.000	3.752,35
1985	8.379.713	102.226.636.000	12.199,30
1986	8.509.658	277.135.000	32,57
1987	8.639.748	870.410.000	100,74
1988	8.767.542	6.770.216.000	772,19
1989	8.892.716	103.395.000.000	11.626,93
1990	9.017.408	2.583.249.000.000	286.473,56
1991	9.138.670	12.834.137.000.000	1.404.376,90
1992	9.238.799	151.153.642.000.000	16.360.745,81
1993	9.338.914	3.467.223.000.000	371.266,19
1994	9.439.415	31.129.000.000	3.297,77
1995	9.540.715	53.653.000.000	5.623,58
1996	9.634.688	63.263.000.000	6.566,17
1997	9.768.568	69.221.000.000	7.086,09
1998	9.904.422	70.542.000.000	7.122,27
1999	10.042.098	74.450.000.000	7.413,79
2000	10.187.798	83.138.000.000	8.160,55

Fonte FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1988, 2000.

- Nota: a) valores em milhares de Cruzeiro (Cr\$), até 1985;
 b) valores Cruzado em (Cz\$), excluídos os centavos, de 1986 a 1988;
 c) valores em Cruzado Novo (NCz\$), excluídos os centavos, em 1989;
 d) valores em Cruzeiro (Cr\$), excluídos os centavos, de 1990 a 1992;
 e) valores em Cruzeiro Real (CR\$), excluídos os centavos, em 1993;
 f) valores em Real (R\$), excluídos os centavos, de 1994 a 2000.